

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO - PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**TAIANA DE OLIVEIRA**

**ENTRE AS DIMENSÕES DO AFETO E DOS DIREITOS SOCIAIS: AS MÚLTIPLAS  
FORMAS DO PRIMEIRO-DAMISMO BRASILEIRO E SUAS CONEXÕES COM AS  
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1995-2020)**

**CRICIÚMA  
2022**

**TAIANA DE OLIVEIRA**

**ENTRE AS DIMENSÕES DO AFETO E DIREITOS SOCIAIS: AS MÚLTIPLAS  
FORMAS DO PRIMEIRO-DAMISMO BRASILEIRO E SUAS CONEXÕES COM AS  
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1995-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amalia Morales Villena

**CRICIÚMA**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48e Oliveira, Taiana de.

Entre as dimensões do afeto e direitos sociais : as múltiplas formas do primeiro-damismo brasileiro e suas conexões com as políticas de assistência social (1995-2020) / Taiana de Oliveira. - 2022.

135 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2022.

Orientação: Ismael Gonçalves Alves.

Coorientação: Amalia Morales Villena.

1. Cônjuges de presidentes - Assistência social. 2. Cardoso, Ruth, 1930-2008. 3. Silva, Marisa Letícia Lula da, 1974-2017. 4. Assistência social. 5. Políticas públicas. 6. Mulheres na política. 7. Direitos sociais. I. Título.

CDD 23. ed. 361.6

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC


**Taiana de Oliveira**

**ENTRE AS DIMENSÕES DO AFETO E DOS DIREITOS SOCIAIS: AS MÚLTIPLAS FORMAS DO PRIMEIRO-DAMISMO BRASILEIRO E SUAS CONEXÕES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1995-2020)**

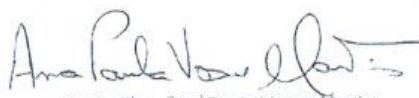
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

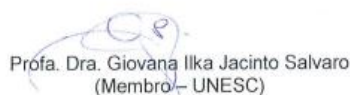
Criciúma, 06 de setembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
(Presidente e Orientador – UNESC)

  
Profa. Dra. Amalia Morales Villena  
(Coorientadora - UGR)

  
Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins  
(Membro – UFPR)

  
Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro  
(Membro – UNESC)

  
Taiana de Oliveira  
(Discente)

  
Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC

Dedico este trabalho a todas as mulheres afetadas pelo desmonte das políticas públicas no Brasil nos últimos anos. As mães, as trabalhadoras, as estudantes, as faveladas, as mulheres jovens ou não, as negras, as indígenas, as lésbicas, as *desfem*, as prostituídas, as sobreviventes, as imigrantes ou imigradas, as sem-terra, as com deficiência, as travestis. Com o pensamento e o coração em *nós*, concludo esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Iniciei o mestrado em março de 2020, poucos dias após o poder público decretar *lockdown* devido aos altos índices de contaminação pela covid-19. Por isso, as aulas, as orientações, as comunicações de trabalho, os eventos, os seminários, a qualificação, os debates e demais processos que constituem a pesquisa científica aconteceram no formato virtual. As dificuldades enfrentadas envolveram desde o manejo com as tecnologias – as velhas e as novas, surgidas a partir das demandas que se processavam – até as mais subjetivas, psicológicas, emocionais. Além disso, a pandemia intensificou a solidão comumente experienciada no trajeto da pesquisa, estabelecendo também um sentimento de melancolia e desesperança.

Rememorando os últimos anos como quem assiste a um filme, percebo que, a despeito de todo o isolamento, esse processo – de pesquisa e pandemia e ciência e isolamento – foi atravessado muitas pessoas. Se, como colocou Gloria Anzaldúa, “não existe separação entre vida e escrita”, ignorar quem cruzou e cruza a minha vida seria ignorar uma parte importante que constitui o meu trabalho.

Por isto e por tanto, inicio esses agradecimentos pela mulher que me deu a vida: a minha mãe. Ela, que me criou sozinha, me ensinou na contramão do mundo que as mulheres podem fazer o que quiserem. Muito obrigada, mãe. É por ti que dou mais esse passo.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs pela paciência quando eu exigia que a casa toda fizesse silêncio para não atrapalhar a aula ou a minha leitura. Agradeço, também, pela compreensão ante a recusa dos convites para almoçar, jantar, tomar café e passar mais tempo juntos e juntas. Amo vocês.

Maria, muito obrigada pelos finais de semana sacrificados, pela acolhida atenta dos meus choros desesperados, por todas as noites que me tirou de casa para “espairecer”, pelas análises e debates sem fim durante os cafés. Aliás, muito obrigada pelos cafés. E pelos dias em que você assumiu o preparo das refeições e a limpeza das louças, só para que eu pudesse estudar mais. Muito obrigada pela escuta atenta todas às vezes em que eu pedia “posso ler esse capítulo em voz alta para ti?”. Obrigada pelas revisões, pela troca de ideias e por me ajudar a atribuir significado ao que eu produzia pelejando quando você passou a estar mais presente. Já disse e repito: eu poderia escrever uma página inteira de agradecimento só para ti; por ora,

vou encerrar agradecendo o afeto que se transformou, mas perdura e cresce desde 2018.

As minhas amigas, agradeço pelo afeto, escuta e luta diária. Agradeço a Barcelos pela acolhida, pela presença e pela resposta imediata aos meus chamados desesperados. À Patrícia e Dani Rigo, inicio agradecendo pelo abrigo. Dani, muito obrigada pelos puxões de orelha quando fiquei tão imersa na escrita que preteri a minha saúde e alimentação, mas sobretudo obrigada pelos suquinhos de frutas. Patrícia, minha companheira no escrever, muito obrigada pelos cafézinhos, pelos intervalos de 2h, pela partilha do cotidiano da pesquisa e pela resistência diária à “sacanagem neoliberal”. À Zaira, agradeço pelas chamadas de vídeo para colocar a fofoca em dia, pela revisão atenta deste trabalho e, é claro, pelo tarot semanal (esse, essencial!). Julia Baldessar, minha melhor dupla de trabalho, de palestra, de mesa-redonda, de escrita: amiga, eu tenho muito a te agradecer, mas vou me limitar a dizer da minha alegria e felicidade por todos os espaços compartilhados. Muito do que sei, aprendi nas nossas trocas. Muito obrigada por isso e por tanto. Não posso deixar de agradecer à Letícia Manique, com quem dividi as dores e as delícias de ser bolsista CAPES no mestrado em meio a uma pandemia sem precedentes. Por todas as mensagens de whatsapp desesperadas, muito obrigada!

Ao meu orientador e amigo, Ismael Gonçalves Alves, quem me ensinou tudo o que sei sobre pesquisa em história, agradeço por cada orientação desde que iniciamos juntos, na graduação, em 2016. Muito obrigada pela dedicação e investimento na minha pesquisa e em mim, profissionalmente. Carrego com orgulho o título de “cria do Ismael” e sei que a nossa história não se encerra aqui. Obrigada por tudo e por tanto, Iga.

A minha coorientadora, professora Amalia Morales Villena, inicio agradecendo pelo aceite para a coorientação deste trabalho. Obrigada pelas leituras atenciosas e pela partilha de conhecimento, sobretudo no que se refere aos estudos de gênero e assistência social. Sinto-me segura por saber que recebi a coorientação exigente e generosa da professora. Muito obrigada.

Às professoras Ana Paula Vosne Martins e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, agradeço as contribuições feitas durante a banca de qualificação, cujos apontamentos auxiliaram o desenvolvimento dessa pesquisa e qualificaram, também, o olhar da pesquisadora que a desenvolvia. Por fim, muito obrigada pelo aceite em retornar para a banca de defesa do trabalho.

As professoras e professores do PPGDS que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo cenário da pandemia, souberam conduzir as aulas remotas sem prejuízo no processo de construção de conhecimento. Muito obrigada pelos debates, conhecimentos e discussões fomentados durante as aulas e que certamente qualificaram essa pesquisa.

Por fim, agradeço à CAPES e ao CNPq pelo financiamento dessa pesquisa, possibilitando os meus estudos e dedicação ao mestrado.



“Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. [...]”

Gloria Anzaldúa

## RESUMO

A presente pesquisa analisa o protagonismo das primeiras-damas nos governos de nível federal, de 1995 a 2020, no que envolve as políticas de assistência social. Denominado “primeiro-damismo” pela bibliografia especializada, essa prática se tornou comum no cenário político brasileiro a partir da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Fundada em 1945, a LBA foi responsável pela construção de um modelo de atuação pública para as primeiras-damas de Estado, o qual contribuiu para a aproximação da percepção sobre a assistência social à benesse estatal. Embora a Constituição de 1988 defina a assistência como um direito do cidadão a ser provido pelo Estado, e apesar de a LBA ter encerrado as suas atividades em 1995, observamos uma continuidade do primeiro-damismo e um protagonismo multifacetado das primeiras-damas em diferentes governos posteriores. Sabendo que a assistência social é um local de disputa e o primeiro-damismo representa um espaço para o exercício de poder na esfera pública, esta pesquisa busca responder a um problema central: qual a relação entre as políticas de assistência social desenvolvidas, o protagonismo das primeiras-damas e o projeto socioeconômico dos grupos políticos no poder? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia envolve o estudo de decretos, estatutos, leis, boletins de políticas públicas, jornais e revistas de circulação nacional. No que se refere aos conceitos teóricos que embasaram a pesquisa, o conceito de gênero é central nas nossas análises. Os mecanismos discursivos pelos quais o gênero opera nos servem aqui como ferramentas de interpretação das narrativas construídas sobre o primeiro-damismo, o que nos possibilita compreender as formas pelas quais as narrativas sobre as mulheres são produzidas, organizadas e perpetuadas e, por fim, como as mulheres utilizam desse discurso para defender os seus próprios ideais. Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro aborda o primeiro-damismo de Ruth Cardoso, o Programa Comunidade Solidária e a relação com as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique; o segundo capítulo trata do primeiro-damismo em Marisa Letícia, durante os governos neodesenvolvimentistas do Partido dos Trabalhadores, marcado pelo esforço em profissionalizar a assistência social; e, por fim, o terceiro capítulo abrange a ausência do primeiro-damismo nos governos Dilma Rousseff e a relação dessa ausência com os primeiros-damismos seguintes, de Marcela Temer e Michelle Bolsonaro, caracterizados pelo neoconservadorismo e um projeto de intensificação

neoliberal na esfera socioeconômica. Assim, buscamos analisar como o primeiro-damismo influenciou – e ainda influencia – nas políticas nacionais destinadas a população empobrecida.

**Palavras-chave:** Assistência Social. Primeiras-damas. Políticas Públicas. Gênero. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

This research analyzes the role of first ladies in federal governments, from 1995 to 2020, in what involves social assistance policies. Called “first damism” by the specialized bibliography, this practice became common in the Brazilian political scene from the Brazilian Legion of Assistance (LBA). Founded in 1945, the LBA was responsible for building a model of public role for the first ladies of the State, which contributed to bringing the perception of social assistance closer to a state benevolence. Although the 1988 Constitution defines assistance as a citizen’s right to be provided by the State, and despite the LBA having closed its activities in 1995, we observe a continuity of first damism and a multifaceted role of the first ladies in different governments. Knowing that social assistance is a place of dispute and that first damism represents a space for the exercise of power in the public sphere, this research seeks to answer a central problem: what is in between the social assistance policies developed, the protagonism of first ladies and the socioeconomic project of the political groups in power? This is a qualitative research, whose methodology involves the study of decrees, statutes, laws, public policy bulletins, newspapers and magazines with national circulation. The concept of gender is central to our analyses. The discursive mechanisms by which the genre operates serve us here as tools for interpreting the narratives built on First Damism, which allows us to understand the ways in which narratives about women are produced, organized and perpetuated and, finally, how women use this discourse to defend their own ideals. The work was divided into three chapters: the first deals with Ruth Cardoso's first damism, the Solidarity Community Program and with the neoliberal policies of the Fernando Henrique government; the second chapter deals with first damism in Marisa Letícia during the neo-developmental governments of Partido dos Trabalhadores (PT), marked by the effort to professionalize social assistance; and, finally, the third chapter covers the absence of first damism in Dilma Rousseff governments and the relationship of this absence with the first damisms by Marcela Temer and Michelle Bolsonaro, characterized by neoconservatism and a project of neoliberal intensification in the socioeconomic sphere. Therefore, we seek to analyze how first damism influenced – and still influences – national policies aimed at the impoverished population.

**Keywords:** Social assistance. First ladies. Public policy. Gender. Neoliberalism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - "EM CASA COM OS CANDIDATOS" .....	35
FIGURA 2 - "ARRETADO" .....	36
FIGURA 3 - "ESTRÉIA" .....	72
FIGURA 4 - BONE DA FOME .....	73
FIGURA 5 - MICHELLE BOLSONARO EM VOLUNTÁRIO EM HOSPITAL INFANTIL. .....	91
FIGURA 6- MICHELLE BOLSONARO USANDO FANTASIA DE PALHAÇO PARA TRABALHO VOLUNTÁRIO EM HOSPITAL INFANTIL .....	91
FIGURA 7 - <i>PRINT</i> DE REPORTAGEM NO JORNAL ESTADÃO .....	95
FIGURA 8 - <i>PRINT</i> DO BLOG BRASIL ACADÊMICO. ....	95
FIGURA 9 - A SEXUALIDADE DE DILMA", REPORTAGEM DA REVISTA VEJA....	96
FIGURA 10 - BOLSONARO PEDE A DILMA PARA ASSUMIR 'SE GOSTA DE HOMOSSEXUAL"', NOTICIA O G1. ....	98
FIGURA 11 - CAPA DA REVISTA ISTOÉ .....	99
FIGURA 12 - <i>PRINT</i> DA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA. ....	100
FIGURA 13 - <i>PRINT</i> DE VÍDEO DO 9º PROGRAMA ELEITORAL DA CAMPANHA DE JAIR BOLSONARO (PSL) .....	102
FIGURA 14 - <i>PRINT</i> DA REPORTAGEM "MICHELLE BOLSONARO PODE SER A POPSTAR DO NOVO GOVERNO" DO JORNAL A FOLHA DE SÃO PAULO. ....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
BIEV	Banco de Imagens e Efeitos Visuais
CBIA	Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
CCS	Conselho Comunidade Solidária
CF	Constituição Federal
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MBES	Ministério da Habitação e Bem-Estar Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PCFM	Plano de Combate à Fome e a Miséria
PCS	Programa Comunidade Solidária
PL	Projeto de Lei
PNE	Programa Nacional de Educação
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PV	Pátria Voluntária
SAS	Secretaria da Assistência Social
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	20
<b>2 A REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE RUTH CARDOSO, COMUNIDADE SOLIDÁRIA E O Esvaziamento do Primeiro Damismo</b> .....	26
2.1 AS FACES DE RUTH CARDOSO NO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA: REPENSANDO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DÉCADA DE 1990 .....	26
2.2 RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO E O PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA: CONCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS QUE SE INTERCONECTAM PARA O APAGAMENTO DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL.....	35
2.3 DESCENTRALIZAÇÃO, FOCALIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO: OS VETORES DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA PRECONIZADOS PELA IDEOLOGIA NEOLIBERAL ..	48
<b>3 A CONDUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO: ASPECTOS DO PRIMEIRO-DAMISMO EM MARISA LETÍCIA</b> .....	53
3.1 O FOME ZERO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA TENTATIVA DE DESPESSOALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	53
3.2 MARIA LETÍCIA CASA: A AUSÊNCIA DO PRIMEIRO-DAMISMO OU UMA NOVA ROUPAGEM NOS GOVERNOS DE ESQUERDA? .....	64
3.3 NEODESENVOLVIMENTISMO: OS GOVERNOS PETISTAS ENTRE 2003 E 2011	76
<b>4 PRIMEIRO-DAMISMO PÓS-GOLPE DE 2016: NEOCONSERVADORISMO E INTENSIFICAÇÃO NEOLIBERAL</b> .....	82
4.1. <i>IMPEACHMENT</i> E REAÇÃO NEOLIBERAL: OS PROGRAMAS CRIANÇA FELIZ E PÁTRIA VOLUNTÁRIA COMO OPOSIÇÃO A PROTEÇÃO SOCIAL NEODESENVOLVIMENTISTA.....	82
4.2 <i>IMPEACHMENT</i> ANTES, DURANTE E APÓS: OFENSIVA NEOCONSERVADORA E OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO EM MARCELA TEMER E MICHELLE BOLSONARO.....	94
4.3. JAIR BOLSONARO, LÍDERES RELIGIOSOS E O PROJETO POLÍTICO NEOCONSERVADOR .....	107
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central o envolvimento das primeiras-damas com as políticas de assistência, em nível federal de governo, nos anos de 1995 a 2020. Chamado de “primeiro-damismo” pela literatura especializada, a temática se inseriu nas nossas análises a partir de pesquisas de iniciação científica (IC) desenvolvidas durante a graduação em História, quando investigamos as relações de gênero experienciadas no Brasil do século XX através da Legião Brasileira de Assistência.

Durante a pesquisa de IC, analisamos as relações de gênero no interior da LBA e identificamos a criação de um modelo de atuação pública para as esposas dos governantes, edificado a partir de um forte discurso sobre a maternidade e o cuidado. Criada em 1942, a LBA previa em estatuto a participação das primeiras-damas ou, na ausência delas, de “mulher com notável dedicação cívica” nos cargos de presidência da instituição. Dessa forma, contribuiu para a institucionalização do primeiro-damismo, visto que, grosso modo, as primeiras-damas e mulheres de elite já desenvolviam atividades filantrópicas desde meados do século XVIII em instituições caritativas, sobretudo religiosas (MARTINS, 2011).

O tipo de assistência prestada pela LBA estava muito mais próximo da filantropia do que dos direitos sociais. Tratava-se de ações clientelistas, desenvolvidas sobretudo por mulheres de elite que atuavam como voluntárias da instituição. A despeito disso, a Legião Brasileira de Assistência foi a primeira grande instituição governamental voltada para a assistência do Brasil e representou um processo de reorientação das políticas, que passaram de ações pontuais realizadas por filantropos e instituições de caridade a atividades ordenadas e centralizadas no governo federal. Contudo, esse modelo de assistência prestado pela LBA acarretou prejuízos e barreiras difíceis de serem superadas pelas/os profissionais do Serviço Social (FIUZA; COSTA, 2015). Trata-se do formato de provisão da assistência que ficou consolidado no imaginário coletivo, em que “primeiras-damas/filantropia/benesse dos governantes se confundem e configuram a assistência social aos pobres” (FALCÃO, 1990, p. 145).

Sabe-se que até a criação da LBA, o único registro na historiografia de algum trabalho desenvolvido por primeira-dama foi a influência exercida por Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, durante a Proclamação da Independência

brasileira (TORRES, 2002). Portanto, Darcy Sarmanho Vargas foi a primeira esposa de um Presidente da República a exercer um cargo público e se envolver diretamente com questões políticas (SIMILI, 2008). Na condição de Presidente da instituição, Darcy participou de reuniões deliberativas, dialogou com setores públicos e privados e pensou e desenvolveu ações com vistas a amenizar as diferentes mazelas sociais. Diante dessas ações, Darcy, rapidamente se tornou um exemplo às esposas dos governantes, abrindo os caminhos da vida pública às damas de forma que o fenômeno ganhou adeptas em todas as esferas de governo. A própria LBA instalou Comissões Estaduais e Municipais em todo o país e ordenou que fossem presididas pelas primeiras-damas locais (BARBOSA, 2017). Dessa maneira, o primeiro-damismo foi criado e designado para o exercício de um grupo específico: mulheres de elite, como efeito, primeiras-damas.

Desde a criação da LBA e até após o encerramento das suas atividades, as primeiras-damas brasileiras são historicamente conhecidas pelas ações sociais que desenvolvem no interior da comunidade a que estão inseridas. Ainda que “primeira-dama” não seja um título oficial da estrutura republicana brasileira – não garantindo direitos ou prerrogativas institucionais – trata-se de um papel social desempenhado nas diferentes esferas de governo e que pode inferir, direta ou indiretamente, no desenvolvimento de capitais políticos (RODRIGUES, 2019).

Em todos os âmbitos da administração pública, seja na esfera municipal, estadual ou federal, as primeiras-damas ocupam cargos institucionais em ministérios, secretarias, programas e demais instituições responsáveis pela coordenação de políticas de assistência social. Via de regra, quando não compõem o quadro institucional dos governos, as damas interagem com a sociedade desenvolvendo trabalhos filantrópicos de natureza voluntária. Essa postura diante dos que sofrem influência de maneira decisiva o resultado das eleições, sobretudo nos menores municípios, onde o contato com o eleitorado é geograficamente facilitado. Em vista disso, as esposas dos candidatos costumam receber especial atenção durante as campanhas eleitorais e, na vida pública, são apresentadas como uma espécie de “esposa-troféu” que refletem a estabilidade política e moral de seu marido.

Embora esta seja uma prática política popularizada no território brasileiro, na academia esta temática tem sido esquecida no fundo da gaveta das produções, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais. Talvez tal situação tenha a ver

com a própria problemática de gênero, uma vez que falar de primeiras-damas implica dialogar com mulheres provenientes das camadas médias, ou seja, analisar a relação entre as políticas de assistência e as primeiras-damas é visibilizar as mulheres de elite. Esta tendência vai ao encontro dos estudos mais tradicionais sobre as questões de políticas públicas, que buscam focalizar suas análises nos beneficiários assistidos pelas políticas.

De maneira geral, a área de Serviço Social lidera os estudos sobre o tema, mobilizando em suas análises as categorias de gênero e poder como componentes edificantes da atuação das primeiras-damas nas políticas estaduais e municipais voltadas para a assistência social. Ao longo do trabalho apresentaremos alguns destes estudos, por enquanto cabe dizer que o primeiro-damismo apresenta movimentos de permanências e rupturas nos meandros do poder presencial. Uma observação inicial, responsável pelas questões introdutórias que instigaram o desenvolvimento dessa pesquisa, revela que o encerramento das atividades da Legião Brasileira de Assistência e o desenvolvimento da Constituição Federal de 1988 não foram suficientes para cessar o protagonismo das primeiras-damas.

Embora a Constituição 88 tenha definido a assistência social como um dos pilares da Seguridade Social, “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos” do cidadão (BRASIL, 2020), o documento constitucional não foi suficiente para garantir o desenvolvimento da política na prática. Como apontam Natália Sátyro e Eleonora Cunha (2014, p. 1),

[...] a construção da política de assistência social demandou, enquanto política pública no Brasil, muito mais do que o aporte constitucional ocorrido em 1988 e toda a legislação infraconstitucional que dali derivou, mas também sua presença no projeto político do partido no poder.

Por esse motivo, compreendemos que o protagonismo das primeiras-damas não é casual, é um projeto de Estado em que as damas são instrumentalizadas, assumindo “a forma de agir e de pensar do grupo político que se encontra no poder” (TORRES, 2002, p. 106). Além disso, o primeiro-damismo representa um espaço para o exercício de poder na esfera pública. Defendemos que, mais do que representar um projeto político, as primeiras-damas representam a si mesmas, suas convicções, ideais, pensamentos e projetos políticos próprios.

O recorte temporal da nossa investigação parte da criação da Constituição de 88 e do encerramento das atividades desenvolvidas historicamente na Legião Brasileira de Assistência em 1995, e abrange até o ano de 2020, momento que nos permite recolher dados consolidados até o presente. O período referido incorpora diferentes momentos da política brasileira e possibilita a avaliação da relação existente entre as políticas de assistência desenvolvidas, a orientação socioeconômica dos governos e as diferentes possibilidades de atuação pública das primeiras-damas brasileiras.

Organizamos o trabalho em três capítulos, definidos a partir de três momentos da história política e socioeconômica brasileira: o primeiro capítulo aborda o primeiro-damismo de Ruth Cardoso, o Programa Comunidade Solidária, por ela desenvolvido, e a relação com as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique; o segundo capítulo trata do primeiro-damismo em Marisa Letícia, durante os governos neodesenvolvimentistas do Partido dos Trabalhadores, marcado pelo esforço em profissionalizar a assistência social; e, por fim, o terceiro capítulo abrange a ausência do primeiro-damismo nos governos Dilma Rousseff e a relação dessa ausência com os primeiros-damismos seguintes, caracterizados pelo neoconservadorismo e um projeto de intensificação neoliberal na esfera socioeconômica.

Assim, buscamos analisar os elementos socioculturais que contribuíram – e ainda contribuem – para que o primeiro-damismo, em diferentes momentos, influencie as políticas nacionais destinadas a população afetada pelo empobrecimento e suas consequências.

## 1.1. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Definimos como objetivo geral de pesquisa analisar as permanências e rupturas do primeiro-damismo brasileiro na relação com o projeto socioeconômico dos grupos políticos no poder, no período de 1995 a 2020. Como objetivos específicos, elencamos: 1. analisar os discursos que constituem e legitimam o primeiro-damismo; 2. identificar as múltiplas formas de atuação das primeiras-damas na esfera pública e seus atravessamentos de gênero; 3. investigar a relação existente entre primeiro-damismo, gênero e políticas socioeconômicas.

Metodologicamente, enquadrámos esta investigação como uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia envolve o estudo de fontes primárias oficiais como decretos, estatutos, leis e boletins de políticas públicas. A nossa análise sobre esses documentos está pautada na perspectiva do historiador francês Jacques Le Goff, para quem o documento “[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 545). Ademais,

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 1990, p. 547-548)

Nesse sentido, os documentos oficiais e institucionais não são tomados aqui como testemunhos da verdade. Para entender o envolvimento das primeiras-damas na efetivação de projetos de Estado, o estudo dessa documentação acontece pautado na complexidade das relações sociais e políticas que levam ao desenvolvimento de tais documentos, possibilitando-nos a compreensão das disputas de poder imbricadas.

Sob a perspectiva de Le Goff (1990), recorreremos também a análise de fontes secundárias como jornais e revistas de circulação nacional. Estudamos reportagens, notícias, artigos de opinião, entrevistas e fotografias que circularam na mídia impressa e digital, e que nos são percebidas nesse trabalho a partir da historiadora Maria Helena Capelato (1988). Para Maria Helena, é preciso considerar que embora a informação seja um direito público, o jornalismo é uma atividade exercida no setor privado, onde “os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro” e assim a informação é transformada em uma “arma de poder manipulada pelos poderosos” (CAPELATO, 1988, p. 18). Portanto, os jornais não são imparciais, alheios às dinâmicas sociais, e como fonte devem ser analisados levando em conta os interesses políticos, econômicos e sociais que permeiam o contexto a que estão inseridos.

A pesquisa se deu em três momentos. Primeiro, delineamos o percurso da pesquisa, selecionando os programas e políticas públicas que seriam incorporadas à nossa análise. Para o primeiro capítulo, selecionamos o Programa Comunidade Solidária, elaborado e coordenado pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso. Nesse

capítulo, sentimos a necessidade de compreender o pensamento de Ruth e como ele aparece no programa; para tanto, analisamos as suas produções acadêmicas, reunidas sobretudo no livro “Ruth Cardoso: obra reunida”, organizado pela antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira. No segundo capítulo analisamos o Programa Bolsa Família, carro-chefe da assistência social dos governos Lula. Para compreender o damismo de Marisa Letícia, além do PBF, analisamos discursos presentes na sua biografia póstuma, escrita pelo jornalista Camilo Vannuchi. No terceiro e último capítulo abordamos os programas Criança Feliz e Pátria Voluntária.

Num segundo momento, ocupamo-nos de selecionar e analisar os jornais, revistas e reportagens que tratavam das primeiras-damas do período de 1995-2020. Utilizando como palavras-chave principalmente o nome das damas, as pesquisas referentes a Ruth Cardoso e Marisa Letícia aconteceram principalmente na Hemeroteca Digital. Quanto a presidenta Dilma e as primeiras-damas Marcela e Michelle, utilizamos a ferramenta de pesquisa do *Google*, uma vez que o período abarcado se aproxima do presente (2016-2020). O critério de seleção de periódicos foi a maior incidência de discursos de gênero que legitimavam ou depreciavam as primeiras-damas e/ou suas ações na esfera pública.

Por fim, desenvolvemos o texto da dissertação. A revisão bibliográfica aconteceu antes e durante o desenvolvimento da pesquisa.

No que se refere aos conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa, o gênero é um conceito central. Uma vez que os discursos e relações de gênero atravessam o primeiro-damismo, aqui consideramos este um local social simbólico que produz efeitos. Assim, definimos o primeiro-damismo a partir do gênero, de modo que ele se torna um espaço de produção e manutenção de capital político independentemente do envolvimento direto com as políticas públicas. Em outras palavras, uma primeira-dama que não atua no campo social ainda assim pode contribuir para a estabilidade de um governante, reproduzindo narrativas de gênero que a configuram como mãe e esposa atenciosa.

Cumpramos dizer que aqui o gênero é mobilizado na recusa ao determinismo biológico incutido à classificação dos sujeitos. Partimos do princípio de que a feminilidade e a masculinidade são características social e culturalmente atribuídas às mulheres e homens e que estas são definidas mutuamente. A masculinidade está associada à virilidade, revestida de atributos sociais como “a força, a coragem, a

capacidade de combater, o 'direito' à violência e aos privilégios associados à dominação daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças” (MOLINIER *et al.*, 2009, p. 101-102). A feminilidade, por sua vez, é constituída como antítese à masculinidade. Ou seja, os atributos da feminilidade são todos aqueles opostos à virilidade: a fragilidade, a submissão e a indulgência, por exemplo. Essa classificação dos sujeitos organiza a sociedade de forma binária: homem e mulher correspondem, respectivamente, à razão e emoção, público e privado, superior e subordinado.

Neste sentido, ancoramo-nos na definição da historiadora norte-americana Joan Scott, para quem o gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Para a historiadora, o gênero implica quatro elementos que se relacionam entre si: 1. as representações simbólicas evocadas através de signos (comumente contraditórios); 2. os conceitos normativos constituídos a partir da interpretação dos signos e que definem os sujeitos em uma oposição binária sólida (homem/mulher); 3. as instituições e a organização social pela qual o gênero é construído e perpetuado, isto inclui a família, o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; 4. a construção generificada da identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 86-88). Assim, o gênero, proposto enquanto categoria analítica pela autora, é estabelecido como “um conjunto objetivo de referências [...] [que] estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88).

Outro elemento importante para pensar o primeiro-damismo é a concepção de maternidade, pois a atenção conferida a maternidade, ao *status* matrimonial, a bondade e a compaixão das primeiras-damas são referências pelas quais o gênero, como constructo social, é operacionalizado. Todos esses elementos estão dissociados da masculinidade e são entendidos como naturais a todas as mulheres. Antes de serem primeiras-damas, essas mulheres foram esposas e mães, e são exatamente essas características que as qualificaram para o damismo e tornaram legítimas as suas atividades no mundo público. O envolvimento das damas com a política social é visto como um impulso incontrolável, como uma resposta ao suposto instinto selvagem e primitivo das mulheres, o instinto do cuidado materno.

Nesse trabalho, compreendemos o “instinto materno” como produto de um discurso. Essa concepção tem respaldo nos estudos historiográficos da francesa Elisabeth Badinter (1985), para quem o “instinto materno” é um mito, discursivamente construído como um sentimento pelas sociedades modernas ocidentais. A historiadora relata, analisando os sentidos da maternidade ao longo da história, que desde a Idade Média até meados do século XVII, não era comum que o cuidado com as crianças fosse desempenhado pelas mães. As crianças eram entregues as amas-de-leite logo nos primeiros dias de nascimento, onde permaneciam, muitas vezes, até o completar de 8 anos. Badinter observa que no final do século XVIII, dado a alta mortalidade infantil, as mães foram convocadas a retornar à atividade supostamente instintiva de cuidado das crianças. Publicações passaram a recomendar às mães que amamentassem e cuidassem pessoalmente das/os filhas/os, apontando para um novo interesse do Estado europeu, inserido ao contexto da revolução industrial: o de barrar a alta taxa de mortalidade infantil, uma vez que as crianças adquiriram valor mercantil e foram vistas como futura mão de obra industrial (BADINTER, 1985).

Revestido de moralidade, o “mito do amor materno” (BADINTER, 1985), tal como foi enraizado nas sociedades ocidentais, está protegido de possíveis objeções. Ancorado a esse discurso, portanto, o primeiro-damismo se revelou uma prática antidemocrática particularmente interessante ao Estado, uma vez que castra qualquer possibilidade de crítica. Afinal, quem irá contestar uma mãe tão amorosa e sensível que quer o bem não só dos seus filhos, mas de toda a nação? Quem irá julgar uma mãe por seu excesso de zelo? A política, relegada ao exclusivo exercício dos homens por muito tempo, era um espaço altamente burocrático, austero e viril, pouco aprazível. Logo, objetivou-se aferir sobre a prática política uma nova afeição, mais afetuosa e sentimental, capaz de alcançar lugares que a rigidez e a seriedade da “política dos homens” não conseguiam. Por esse motivo, defendemos que a escolha das primeiras-damas para o gerenciamento do social é articulada propositalmente. O Estado se exime da demanda por medidas efetivas de proteção social de forma perspicaz, sem deixar margem para ser questionado: através da instrumentalização do primeiro-damismo, revestido de um discurso do afeto e do amor “natural e instintivo” de uma mãe devota.

A noção do cuidado como um elemento essencialmente feminino também tem origem no discurso da maternidade. A partir da cientista política Joan Tronto



(1997), compreendemos o cuidado como um subproduto do gênero, definido discursivamente com base na feminilidade e na masculinidade. Ela define a existência de dois tipos de cuidado, o *cuidado com* e *cuidar de*. O *cuidado com* refere-se a formas gerais de cuidado, enquanto o *cuidar de* implica uma forma específica de cuidado, mais próxima do objeto a que o cuidado se destina. Dessa forma, a organização binária da sociedade por gênero atribui o *cuidado com* aos homens, que praticam essa forma de cuidado na vida pública – ocupando-se do *cuidado com* as questões políticas, por exemplo. As mulheres, por sua vez, ficam encarregadas da forma específica do cuidado, que acontece sobretudo na esfera privada – no interior das famílias, no cuidado dos filhos, do lar, dos enfermos e das/os idosas/os da família, para citar alguns exemplos (TRONTO, 1997). Como um subproduto do gênero, essa organização acontece, para a teórica, porque a feminilidade é vista como antítese da masculinidade; portanto, “a interpretação das mulheres como atadas à atividade mais particular de cuidar de outros está em oposição às preocupações mais públicas e sociais dos homens” (TRONTO, 1997, p. 200).

Assim, sustentamos que o gênero constrói e legitima o primeiro-damismo, ao passo que concomitantemente o primeiro-damismo reafirma e fortalece o discurso normativo de gênero. Os mecanismos discursivos pelos quais o gênero opera nos servem aqui como ferramentas de interpretação das narrativas construídas sobre o primeiro-damismo, o que nos possibilita compreender as formas pelas quais as narrativas sobre as mulheres são produzidas, organizadas e perpetuadas e, por fim, como as mulheres utilizam desse discurso para defender os seus próprios ideais. Compreendemos o gênero como uma categoria relacional pela qual o poder circula. Desse modo, ao passo que os discursos de gênero são instrumentalizados para conferir legitimidade às políticas públicas, também são mobilizados pelas primeiras-damas para ratificar seus próprios ideais.

## **2 A REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE RUTH CARDOSO, COMUNIDADE SOLIDÁRIA E O ESVAZIAMENTO DO PRIMEIRO DAMISMO**

Neste primeiro capítulo apresentaremos o Programa Comunidade Solidária, uma estratégia de enfrentamento à pobreza desenvolvido e presidido pela Ruth Villaça Correia Leite, a Ruth Cardoso, durante os governos Fernando Henrique (1995-2002). Demonstramos, no decorrer do texto, as aproximações entre os arranjos cooperativos do PCS e o pensamento intelectual da Ruth que, doutora em Antropologia, realizou estudos expressivos sobre o Estado, a democracia, participação política e movimentos sociais urbanos.

### **2.1 AS FACES DE RUTH CARDOSO NO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA: REPENSANDO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DÉCADA DE 1990**

Na introdução desse trabalho debatemos como a assistência social, no Brasil, institucionalizou-se através da Legião Brasileira de Assistência. Identificamos como a sua trajetória foi marcada por uma simbiose que combinou benesse estatal, primeiro-damismo e filantropia na assistência aos pobres (FALCÃO, 1990), relação que aconteceu ancorada ao “mito do amor materno” (BADINTER, 1985) e à noção de cuidado como um elemento essencialmente feminino (TRONTO, 1997).

Essa assistência muito mais próxima da caridade do que do direito público, a que chamamos “política do afeto”, foi sendo desmantelada paulatinamente no centro das disputas políticas no Brasil. Na década de 1980, contexto de abertura democrática após a Ditadura Militar inaugurada em 1964, a assistência social foi situada ao lado da saúde e da previdência, na Constituição Federal, como um dos pilares da Seguridade Social brasileira. Isso marcou um importante momento para a proteção social no país, em que a “satisfação das necessidades básicas dos cidadãos” passou a constituir o alvo das ações assistenciais, antes orientadas por valores como “dever moral, vocação religiosa” e “sentimento de comiseração” (PEREIRA, 2009, p. 64). De acordo com o artigo 203 da seção IV do texto constitucional, a assistência social ficou assim definida:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

VI - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2020)

Ficou definido, portanto, que a assistência social seria universalmente prestada a despeito de contribuição. Esses paradigmas estavam ancorados à um Estado Social de Direito como ideal, o que, como apontou Potyara Pereira (2009, p. 68), era “fruto das lutas democráticas por maior liberdade e justiça social”, constituído a partir “das leis, dos conceitos, das ideias e até das utopias” que foram redefinidos no processo de abertura democrática após o regime ditatorial (PEREIRA, 2009, p. 65). Uma vez que o assistencialismo prestado pelas primeiras-damas se alimentava livremente no terreno fértil do liberalismo, a Constituição de 88, muito mais próxima do direito social, foi a primeira pedra no caminho do primeiro-damismo. Ao definir a assistência como um direito de cidadania, a Constituição Federal dificultou o uso desta política pública como um objeto de negociação entre diferentes setores da sociedade.

O segundo obstáculo à livre atuação das primeiras-damas foi a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que organizou Assistência Social em todo território nacional. O texto, escrito por comissão formada pelo IPEA, regulamentou as diretrizes da política de Assistência Social previstas na Constituição. A LOAS define a assistência social como direito do cidadão a ser prestado pelo Estado e fornece as bases dessa política, cujos princípios são a universalização dos direitos sociais. As suas diretrizes foram definidas no art. 5º da Lei, como:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 2014)

A LOAS prevê um sistema descentralizado, e participativo, constituído nas três esferas de governo, envolvendo organizações da sociedade civil na gestão, articulação, desenvolvimento e controle das políticas. Ao definir comando único às ações e responsabilidade estatal na condução das políticas, contestou a fragmentação e autonomia do exercício das ações assistenciais anteriores e se projetou em condições mais democráticas e profissionalizantes, determinando que as ações deveriam se fundar em recomendações de órgãos técnicos competentes. Esse processo de institucionalização buscou retirar na esfera local a proposição de ações desconectadas das políticas federais, que em muitos casos eram instrumentalizadas por políticos e primeiras-damas como uma forma de garantir controle político sobre populações extremamente vulneráveis.

Aldaíza Sposati (2007), em “A menina LOAS”, narra a trajetória de construção da Lei e expõe parte da Comissão responsável pelo texto legislativo: o nome da própria aparece ao lado de intelectuais da área da Serviço Social, como Potyara Pereira, Carmelita Yazbek, Laura Lemos Duarte e Ana Lígia Gomes (SPOSATI, 2007). O envolvimento dessas intelectuais demonstra a abertura dos caminhos para uma assistência muito mais técnica e incorporada no conceito de política pública. Sem diretrizes de orientação e um efetivo controle, a medida da eficácia das políticas anteriores era o afeto depositado pelas primeiras-damas às assistidas/os, estrategicamente divulgado em periódicos de circulação nacional e local que por muitas vezes faziam papel de boletins de programas sociais. Nesse sentido, ao apresentar uma diretriz de orientação comum e reivindicar a participação de organizações da sociedade no controle das políticas, a LOAS se arma de uma metodologia técnica-científica para propor políticas de base democrática e constitucional.

A trajetória das políticas assistenciais após a promulgação da LOAS demonstra que a Lei, por si só, e tampouco a Constituição Federal, não foram suficientes para garantir a efetivação da política nos meandros do disposto legal. Contudo, os marcos legais elaborados na década de 1980 foram firmados sobre a recém-nascida democracia brasileira. O contexto da década é marcado pela histórica participação civil no processo constituinte, de modo que a Constituição representou mais do que uma imposição jurídica, ela nasceu no “mais profundo da consciência popular” e “não poderia ser elaborada fora da vida e das exigências humanas”

(BARRIENTOS-PARRA; LUNARDI, 2020, p. 425). A elaboração das políticas constitucionais era esperada por aqueles que participaram e acompanharam o processo de abertura democrática. A conjuntura era de forte pressão contra as possibilidades de medidas contrárias àquelas democráticas e populares.

Foi nesse contexto de disputas e reposição da assistência social como uma política pública que, em 1995, o Brasil recebeu Ruth Villaça Corrêa Leite, a Ruth Cardoso, como primeira-dama do país. Socióloga, professora universitária, doutora em Antropologia, feminista e ativista social, o seu damismo fomentou grande expectativa entre os diferentes círculos sociais, pois o Brasil recebia pela primeira vez uma intelectual de importante reconhecimento acadêmico como primeira-dama do país. Assim como as suas antecessoras, Ruth também se envolveu com as políticas de assistência social brasileiras, ação que suscitou ferrenhas críticas por parte profissionais e intelectuais que acreditaram que, assim, Ruth contribuiu para reforçar “a atuação da mulher, primeira-dama, na gestão das políticas públicas” (SILVA, 2009, p. 93).

No período de 1995 a 2002, correspondente a dois mandatos presidenciais, enquanto foi primeira-dama do país, Ruth Cardoso arquitetou e presidiu umas das mais importantes políticas sociais do período, o Programa Comunidade Solidária (PCS). Criado logo no primeiro dia da posse do governo FHC por meio da Medida Provisória nº 813, que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, o PCS foi instituído formalmente no dia 12 de janeiro de 1995 pelo Decreto Presidencial nº 1.366:

Art. 1º O Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. (BRASIL, 1995a)

O Decreto elencou como foco de “atenção preferencial” das ações do Programa as áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social (BRASIL, 1995a). Para dar conta dessa empreitada, o programa ficou organizado através de um Conselho com finalidade consultiva, denominado Conselho Comunidade Solidária (CCS), integrado:

- I – pelos Ministros de Estado;
  - a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
  - b) da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;
  - c) da Educação e do Desporto;
  - d) Extraordinário dos Esportes;
  - e) da Fazenda;
  - f) da Justiça;
  - g) do Planejamento e Orçamento;
  - h) da Previdência e Assistência Social;
  - i) da Saúde;
  - j) do Trabalho.
- II – pelo Secretário-Executivo do Programa Comunidade e Orçamento Solidária;
- III – por 21 membros da sociedade, vinculados ou não a entidades representativas da sociedade civil, designados pelo Presidente da República. (BRASIL, 1995a)

De acordo com o Art. 3º do Decreto que dispõe sobre o PCS, ao Conselho do Programa foi atribuído:

- I – propor e opinar sobre ações prioritárias na área social;
- II – incentivar na sociedade o desenvolvimento de organizações que realizem, em parceria com o governo, o combate à pobreza e à fome;
- III – incentivar a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementariedade das ações desenvolvidas;
- IV – promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando à integração de esforços do governo e da sociedade;
- V – estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais e municipais de combate à fome e à pobreza;
- VI – elaborar seu regimento interno. (BRASIL, 1995a)

Dessa forma, o CCS constituía um espaço de interlocução entre o Governo Federal e a sociedade civil. O envolvimento dos Ministérios de Estado indica que o PCS não estava alocado no interior do Ministério da Previdência e Assistência Social, mas tinha por objetivo uma articulação em rede interministerial. Isto é, o PCS atuava como uma “agência” de coordenação de programas que eram realizados pelos Ministérios, configurando-se mais como uma estratégia de ação do que um programa social (PORTO, 2006). Nesse sentido, o Conselho atuava como a “cabeça pensante” do projeto, recebendo demandas e articulando estratégias de enfrentamento às mazelas sociais.

Ademais, o programa não dispunha de orçamento próprio. O Conselho Comunidade Solidária contava com o apoio logístico da Casa Civil da Presidência da República para seu funcionamento, mas o CCS não detinha e tampouco controlava recursos governamentais para a realização das ações programáticas (BRASIL, 1996).

No que tange os fundos para o desenvolvimento dos programas sociais, estes eram angariados pelos Ministérios responsável pelo seu desenvolvimento. Frente à essa situação, o programa desobedeceu ao Art. 24 da Constituição Federal de 1988 que garante a cooptação de recursos no orçamento da Seguridade Social (BRASIL, 2020).

O arranjo corporativo do Programa Comunidade Solidária também dispunha de uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil, cuja responsabilidade era a coordenação no âmbito da administração pública. Assim ficou definida, no Art. 6º do Decreto (BRASIL, 1995a), as competências da Secretaria:

- a) participar das audiências concedidas pelo Presidente da República ao Presidente do Conselho;
- b) encaminhar as recomendações do Conselho aos Ministros de Estado;
- c) articular com os Ministérios responsáveis pela execução das ações, as estratégias para a implementação das recomendações do Conselho;
- d) articular a ação dos Ministérios responsáveis pela gestão dos programas setoriais de combate à fome e à pobreza;
- e) coordenar as ações de governo da alçada do Programa Comunidade Solidária;
- f) secretariar o Conselho do Programa. (BRASIL, 1995a)

O Programa Comunidade Solidária se apresentava como um modelo novo à assistência, baseado no “princípio da parceria” e na mobilização de “esforços disponíveis no governo e na sociedade para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população” (BRASIL, 1996, p. 3). Assim, o Programa foi organizado entre o Conselho Consultivo, responsável pela mediação entre iniciativas da sociedade e o governo; e a Secretaria-Executiva, que coube mediar a relação de parceria entre o Governo Federal e os Estados e Municípios. Coube à Secretaria, também, coordenar os órgãos vinculados aos programas públicos existentes e os criados a partir do governo, direcionando-os aos municípios-alvo. Como o PCS não tinha recursos próprios para o desenvolvimento de estratégias, a Secretaria ficava incumbida de identificar os municípios em situação de risco social e estabelecer uma ponte entre esses municípios e os Ministérios do Governo Federal.

O “princípio de parceria”, traduzido em diálogo entre Estado e sociedade, foi um ponto importante ao Programa Comunidade Solidária e apareceu como uma das estratégias de desenvolvimento já no projeto de governo lançado em 1994 pelo então candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O documento “Mãos à obra, Brasil – projeto de Governo” apontava a estratégia de combate à fome

e à pobreza no capítulo V, intitulado “A Parceria Estado-Sociedade”, afirmando que na luta contra a miséria,

[...] as experiências e iniciativas que melhores resultados apresentaram foram sempre aquelas que ocorreram em parceria entre os governos federal, estadual e municipal e as comunidades, sejam elas instituições filantrópicas ou associações comunitárias. (CARDOSO, 2008, p. 98)

De acordo com o documento, “as comunidades são mais flexíveis e criativas do que as instituições burocráticas prestadoras de serviços assistenciais”, logo, para que o projeto de combate à pobreza fosse efetivo, era necessário desburocratizar e descentralizar as ações. Para tanto, os níveis federal e estadual deveriam estabelecer diretrizes, subsidiar e supervisionar os programas, enquanto as esferas municipais de governo caberiam a gestão e execução dos planos de ação (CARDOSO, 2008, p. 98). Essa descentralização significou a desresponsabilização do governo federal frente às obrigações de provisão social, delegando-as às esferas locais de governo que, para Eduardo Fagnani (1999), foram induzidos a aceitarem novas responsabilidades administrativas e financeiras na gestão das políticas sociais.

Em 1996, passado o primeiro ano de governo, o documento “Uma Estratégia de Desenvolvimento Social” foi divulgado com o objetivo de “sistematizar as diretrizes básicas do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para a área social e apresentar [...] suas principais políticas e programas” (BRASIL, 1996, p. 13). O documento apresentou uma avaliação do sistema de proteção social existente no Brasil, afirmando que o sistema é grande e complexo, mas pouco eficiente devido a “grande centralização administrativa, escasso controle democrático, grandes ineficiências operacionais e por uma estrutura de benefícios com baixo conteúdo redistributivo” (BRASIL, 1996, p. 15). Segundo o documento, “constitui o cerne da política social do governo” reestruturar o sistema, visando:

a) Descentralizar a execução; b) elevar a participação e controle públicos; c) racionalizar gastos; d) aumentar a eficiência alocativa; e) eliminar desperdícios; f) melhorar a qualidade dos serviços prestados; g) ampliar a cobertura universalizando os serviços e, sobretudo, h) aumentar o seu impacto redistributivo. (BRASIL, 1996, p. 16)

Portanto, é possível definir o PCS em três premissas básicas: descentralização, focalização e parcerias. Essas premissas foram definidas sob a



justificativa de melhorar a efetividade do serviço social, vistos como pouco eficientes devido ao mau gerenciamento das políticas. Para Sônia Draibe (1993, p. 97), “Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes, [...] parecem ser os vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo”. Nesse sentido, essas premissas esbarram no discurso explícito no documento, que recusa a classificação “neoliberal” ao posicionar o Programa e a política social proposta pelo governo como “de inspiração nitidamente social-democrata” cujos objetivos visavam caminhar “na direção dos ideais de uma sociedade de bem-estar” (BRASIL, 1996, p. 19).

A aparente social-democracia esbarra, também, com as divisões ideológicas no interior do PSDB, partido no poder. Apesar do “Social Democracia” na sigla do PSDB, as divisões ideológicas do partido foram classificadas em social-democratas, liberais progressistas, socialistas democráticos e democratas-cristãos (VIEIRA, 2012). Em estudo realizado pela Soraia Vieira (2012), os documentos publicados no período da fundação do partido demonstram que, no que tange às políticas sociais, havia tendências social-democratas; contudo, a política econômica defendida alinhava-se ao liberalismo de mercado.

Assim, para a autora, “o partido se aproxima mais do social-liberalismo do que da social-democracia” (VIEIRA, 2012, p. 81). Soma-se a isso a coalização PSDB-PFL escolhida para a candidatura de Fernando Henrique à presidência. Na busca pelo equilíbrio de interesses entre os partidos, o Ministério da Previdência Social acabou ficando sob o comando do Partido da Frente Liberal, partido de orientação política e econômica liberal.

Ainda em “Uma Estratégia de Desenvolvimento Social”, no que se refere à implementação de um “sistema eficiente e democrático de proteção social”, o documento demonstra os traços neoliberais do projeto quando afirma que a proteção social “Não se esgota nas responsabilidades [...] do Governo Federal”, e ainda:

Exige a ação responsável dos três poderes da República, o envolvimento empenhado dos demais níveis de governo, a participação ativa e responsável da sociedade civil e de suas organizações, a colaboração de empresas, universidades, igrejas e sindicatos. Sobretudo, não é tarefa de um governo, mas de todos. (BRASIL, 1996, p. 18)

É possível afirmar que o governo federal se aproximou da direita no que dizia respeito a responsabilização social, deixando de ser o principal financiador e

organizador dos serviços sociais para ser, através do Programa Comunidade Solidária, um órgão de mediação entre interessados. Ademais, a constatação de se tratava de um “novo modelo” de assistência, mais participativo e democrático, não se sustenta ao constatar que os Ministérios, o Secretário e os/as representantes da sociedade civil no CCS eram compostos por indicação do Presidente da República. As indicações, somado ao fato de que o Programa não detinha orçamento próprio e, portanto, estava subordinado à “boa vontade” do Chefe de Estado, revelam que efetivamente o PCS não era tão democrático quanto se pretendia.

Grosso modo, a assistência social perdeu o lugar no centro das preocupações políticas do governo FHC para as questões econômicas, sobretudo a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico, apontados como fatores imprescindíveis ao desenvolvimento da assistência social (BRASIL, 1996). Nesse contexto, como apontou Amélia Cohn (1999, p. 190), as políticas do Comunidade Solidária estavam fadadas ao fracasso porque não oferecem respostas radicais no enfrentamento à pobreza, mas enfrentamentos emergenciais “[...] ao combate a determinadas carências a que estão submetidos determinados grupos sociais, produtos, por sua vez, da desigualdade gerada pelo próprio mercado e pelas políticas macroeconômicas”.

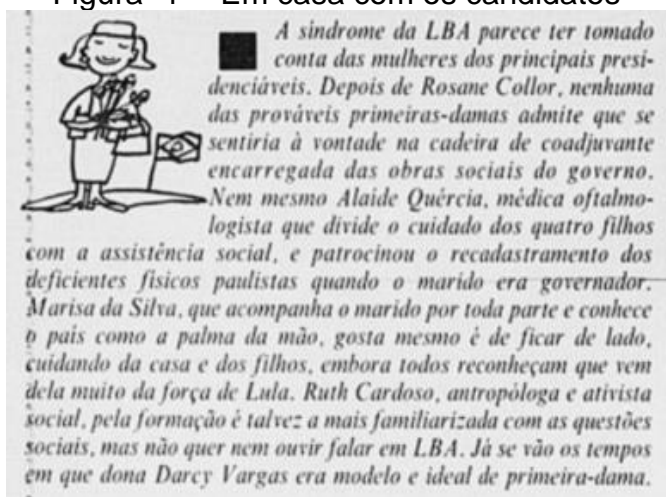
Em comparação às políticas anteriores, é preciso dizer, o Comunidade Solidária representou significativa mudança na gestão da assistência social no Brasil. Ao prever a parceria entre Estado e sociedade civil, articulação intergovernamental, avaliação de programas e comando único das ações a partir de documentos de diagnóstico social, o PCS promoveu o deslocamento da política do afeto para a política da técnica. Defendemos que esse novo formato reporta, além da conjuntura política e social de fortalecimento dos movimentos sociais na década de 1990, à intelectualidade de Ruth Cardoso, arquiteta e presidenta do CCS do programa.

A seguir, estudamos a trajetória intelectual da Ruth afim de avaliar como o programa operou no campo da racionalidade e se aproximou da própria forma de pensar a questão social presente nas ações e produções intelectuais da “primeira-dama”.

## 2.2 RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO E O PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA: CONCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS QUE SE INTERCONNECTAM PARA O APAGAMENTO DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL

No dia 24 de julho de 1994, o Jornal do Brasil publicou uma matéria sobre as esposas dos candidatos à Presidência da República no caderno de Política e Governo do periódico. Uma pequena nota introdutória às reportagens fala sobre a aparente aversão à Legião Brasileira de Assistência pelas futuras primeiras-damas:

Figura -1 - "Em casa com os candidatos"



Fonte: EM CASA..., 1994.

Citando Rosane Collor, a narrativa textual atribui o escândalo de corrupção envolvendo a LBA como o fator responsável pela aparente – e estratégica – rejeição das “mulheres dos presidencializáveis” à instituição. O título, “em casa com os candidatos” supõe que, uma vez que não se envolverão com as ações sociais desenvolvidas pela Legião, as primeiras-damas ficarão restritas ao lar, à casa que as cercam por inteiro – parafraseando Michelle Perrot (2017).

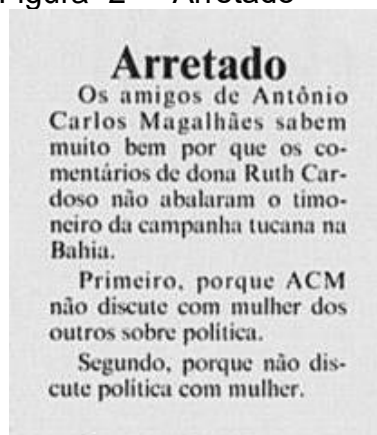
O que deveria ser somente uma reportagem de apresentação das principais futuras damas do país se transformou em uma saia justa para Ruth Cardoso e a campanha do marido. A reportagem, escrita após entrevista com a antropóloga, apresenta as perspectivas de Ruth sobre questões polêmicas como fé em Deus, descriminalização do aborto e a aliança do PSDB com o PFL. Sobre esta última, Ruth afirmou que:

Alianças são um elemento fundamental para governar ou para ganhar eleição. [...] Uma aliança com o PFL é preferível a uma com o PMDB, porque [...] o grupo quercista está baseado na corrupção. O PFL tem o ACM, mas também tem o Gustavo Krause e o Reinold Stephanes. (EM CASA..., 1994)

A colocação de Ruth foi suficiente para alimentar meses de polêmicas envolvendo o seu nome. O próprio Jornal do Brasil, dois dias após a reportagem, publicou uma notícia intitulada “Cardoso pede desculpa a ACM por dona Ruth”, onde afirmam que FHC ligou para Antônio Magalhães se desculpando (CARDOSO... 1994, p. 2). A narrativa conduz o/a leitor/a ao entendimento de que Fernando Henrique teve que “limpar a sujeira” deixada pela esposa, Ruth, que é descrita como “intelectual identificada com as ideias de esquerda” (CARDOSO... 1994, p. 2). A informação de que Ruth é uma “intelectual” precedida por “identificada com as ideias de esquerda”, informações aparentemente ocasionais e fora de contexto, corroboram com uma narrativa de que o ponto de vista de Ruth não foi construído por ela mesmo, mas absorvido de uma força externa ao seu pensamento: as “ideias de esquerda”. Por esse motivo, Ruth é representada na mídia como uma “mulher difícil”, geniosa, que exige de Fernando Henrique uma tutela constante para que possa circular na vida pública sem causar maiores danos. O pedido de desculpas de FHC a ACM corrobora com esse discurso de tutela.

No dia 28 de julho publicaram, pelo terceiro dia consecutivo, que “Antônio Carlos Magalhães já absorveu as críticas de dona Ruth Cardoso, mulher de FH: com criança e mulher não se discute”. Não satisfeitos, repetiram o ataque no dia 29:

Figura -2 – “Arretado”



Fonte: ARRETADO, 1994.

Em 1994, Ruth Cardoso já somava 30 anos de carreira como docente no ensino superior. Era uma socióloga especialista em Antropologia com pesquisas sobre o Estado, democracia, movimentos sociais, e outros temas; portanto, tinha propriedade intelectual para discutir política – e o fez. A sua opinião tinha origem na sua trajetória, contudo, nas três reportagens citadas, a intelectualidade de Ruth Cardoso recebeu espaço menor na narrativa, que insistiu, a despeito da sua formação acadêmica, em encerrá-la no seu gênero. Antes – e acima – de qualquer coisa, Ruth era mulher e, como tal, sua voz só teria validade no que se relaciona aos aspectos socialmente atribuídos à feminilidade. Durante sua trajetória acadêmica, Ruth dedicou parte de seus estudos a entender a formação e a organização política e cultural da sociedade brasileira, o que possivelmente tenha balizado sua análise acerca das negociações partidárias como elementos centrais de processos eleitorais. Ou seja, podemos considerar que sua entrevista ao jornal não se tratava de opinião, mas de anos de análise da cultura política brasileira.

Por esse motivo, Ruth Cardoso, no período em que foi primeira-dama, buscou uma ruptura com a histórica representação social das damas. Diante da imprensa, recusou o título de “primeira-dama” e exigiu que fosse referenciada como “professora” ou “doutora” (FRIAS, 1997). Luis Miguel e Flavia Biroli (2009, p. 73) afirmam que a divisão de esferas consideradas masculinas e femininas faz com que as mulheres se vejam na posição de forasteiras quando alocadas fora do espaço reservado a elas, e que tenham que constantemente reafirmar sua posição e seu direito de estar. Portanto, Ruth, ao se autorreferenciar como professora e/ou doutora, reafirmava publicamente a sua intelectualidade e associava a sua imagem à racionalidade da vida intelectual, rompendo com os signos que o primeiro-damismo evocava.

Muito mais próximo à racionalidade, defendemos que o primeiro-damismo de Ruth Cardoso representou uma ruptura com o primeiro-damismo anterior, na representação da primeira-dama e no projeto social por ela administrado. Para entender como isso se deu, interessa-nos conhecer o percurso intelectual da Ruth Cardoso, para que possamos compreender em que medida a sua trajetória contribuiu para o desenvolvimento das políticas sociais do governo FHC.

Nascida em Araraquara, interior de São Paulo, no dia 19 de setembro de 1930, Ruth era filha única de Maria Vilaça (Mariquita), farmacêutica e professora

universitária, e de José Corrêa Leite, contador. De acordo com a cientista social Margarida Gordinho (2009), no livro em que conta a biografia de Ruth Cardoso, a sua mãe, Mariquita, era conhecida na cidade por ser uma “mulher muito moderna” para a época: passava muito mais tempo fora de casa por conta das suas atividades profissionais do que cuidando da casa e da família como era esperado para uma mulher de sua época, e aos sessenta anos, defendeu um doutorado na Universidade de São Paulo.

A educação recebida pela mãe era desejada para a filha, Ruth, que aos 15 anos saiu do interior paulista para estudar na capital, no Colégio das Cônegas Regulares de Santo Agostinho – conhecido como Colégio *Des Oiseaux* por se apresentarem como uma filial do Colégio Notre-Dame *Des Oiseaux* de Paris. O colégio, criado em 1907 para a educação das filhas de membros da elite paulistana, é definido por Graziela Perosa (2006) como uma escola de formação de “futuras esposas”. Apesar disso, o *Des Oiseaux* foi responsável pela educação de mulheres importantes para a intelectualidade e a política brasileira, como Lia Zanotta Machado, Norma Telles, Martha Suplicy e Ana Maria Buarque de Hollanda, para citar alguns exemplos.

Em 1952, Ruth Cardoso passou em primeiro lugar para o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde conheceu Fernando Henrique Cardoso, com quem se casou no verão carioca de 1953 (GORDINHO, 2009). Durante a graduação, contribuiu com pesquisas sobre negritude e trabalho na indústria paulista, em projeto coordenado por Lucila Herrmann. Fez mestrado em sociologia, também na USP, em 1959, pesquisando as associações juvenis no processo de aculturação dos japoneses em São Paulo. A imigração japonesa instalada na cidade foi, também, tema da sua pesquisa de doutoramento em Antropologia Social, iniciado na USP em 1962 e interrompido por ocasião do exílio de sua família ao Chile no período da Ditadura Militar. A conclusão do doutorado aconteceu somente em 1972, e é assim descrito por ela:

Eu terminei a pesquisa em 63 e em 64 sai do Brasil. Fui para o Chile com o material da tese, mas aí era extremamente difícil eu escrever [...]. A gente passa por uma mudança de vida e tal, e isso ficou, eu fiquei dando aula. [...] quando eu terminei a tese, a tese acabou, o assunto já tinha acabado pra mim. Você imagina que durante 9 anos você vai lendo outras coisas, pensando outras coisas, vivendo outras coisas... Então aquilo era como um assunto do passado pra mim. (NARRADORES... 2010)

No trecho, retirado do documentário “Narradores urbanos: antropologia urbana e etnografia nas cidades brasileiras”, produzida e armazenada pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ruth Cardoso fala sobre como as mudanças políticas e sociais experienciadas no Brasil durante o regime militar afetaram e orientaram, além da sua vida pessoal, seus interesses de pesquisa. No momento de defesa da tese, ela já não se ocupava intelectualmente do processo de urbanização e aculturação da população imigrada do Japão, mas se preocupava com as mudanças que aconteciam debaixo do seu nariz – para usar as palavras da própria entrevistada (NARRADORES... 2010).

O exílio representou o abandono de toda sua vida no Brasil: família, amigos e a academia ficaram para trás, de forma que há um intervalo de pelo menos 10 anos entre uma publicação e outra da antropóloga (CALDEIRA, 2011). No entanto, Ruth não esteve completamente afastada dos campos das universidades: atuou como professora de Antropologia na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/UNESCO), de 1965 à 1966; foi professora de Antropologia Estrutural na Escola de Sociologia da Universidade do Chile em 1966 e em 1967 atuou como professora de Antropologia na Universidade Católica de Santiago do Chile (CURRICULUM... 2020). No início de 1968, retornou ao Brasil e retomou a vida acadêmica na Universidade de São Paulo. Sobre o seu retorno e processo de resistência à ditadura, Ruth assim descreve:

[...] o clima intelectual era muito de uma leitura de Marx [...] você viver numa cidade, em São Paulo em especial, mas em qualquer cidade brasileira, nos anos 50, nos anos 60, bom, era viver a mudança urbana no seu nariz. Esse processo de urbanização era muito impressionante, a realidade ali se impondo, então o debate era muito intenso, que levava por um lado por um interesse para temas mais políticos [...] [sic] (NARRADORES... 2010)

A referência à leitura de Marx, apontada por Ruth, leva-nos à criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, fundado em 1969 por intelectuais uspianos, incluindo Fernando Henrique, que foram aposentados compulsoriamente em decorrência do AI-5. O objetivo era reunir um grupo de intelectuais cuja preocupação voltava-se para as questões sociais, políticas e econômicas do país após o golpe militar. Para Katia Baptista (2010, p. 226-227), os membros do CEBRAP pretendiam tecer críticas ao nacionalismo e ao varguismo, distantes das vertentes esquerdistas de oposição à ditadura pela luta armada;

acreditavam, portanto, em uma “postura moderna” na construção de uma nova interpretação sobre o Brasil, e o faziam a partir de uma abordagem metodológica marxista.

Ruth participou como pesquisadora Sênior do CEBRAP no período de 1985 a 1995, sendo que em 1986 este passou a ser o seu principal espaço de pesquisa. Como colaboradora da instituição publicou, em 1986, em coautoria com Céline Sachs, “Brasil: a democracia vinda de baixo”, onde apresentam uma análise sobre os distintos movimentos sociais no processo de resistência ao regime militar. Depois desse, muitas outras pesquisas sobre o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a abertura democrática foram publicadas. Os trabalhos de Ruth nesse período demonstram um alinhamento com os temas debatidos no CEBRAP, resultado de busca por uma interferência nas formulações políticas do país “no que tange à superação do Estado autoritário, à reativação da sociedade civil e à democratização necessária” (BAPTISTA, 2010, p. 228).

Ruth também integrou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, instituição expressiva na resistência à ditadura, e fundou, em 1981, ao lado de colegas, o Centro de Estudo e Documentação para a Ação Comunitária, dedicado a estabelecer contato e assessorar grupos de ação comunitária. No início dos anos 1980, contexto de democratização, Ruth estudou os movimentos sociais e formas de participação política, pensando em novos caminhos possíveis no cenário contemporâneo brasileiro a partir das ciências sociais. Era um tempo de abertura democrática que significava, entre outras coisas, um tempo de possibilidades, de reinvenção do fazer político. Para Ruth, estudar esse processo era responder a um chamado social, uma vez que, como ela afirma, “nós tínhamos esse instrumento metodológico [das ciências sociais] e nós tínhamos uma realidade mudando na nossa frente” (NARRADORES... 2010).

Cabe dizer que Ruth não era uma entusiasta da política partidária. O seu ativismo social se deu principalmente nos movimentos sociais que, para ela, eram articulados de maneira diferente dos movimentos partidários (CALDEIRA, 2011). Por esse motivo, ao final da década de 1970, quando o MDB procurou o CEBRAP para o desenvolvimento de um programa político e Fernando Henrique se aproximou da política partidária, Ruth preferiu manter-se longe dos holofotes. FHC foi eleito senador suplente e assumiu a vaga no Senado em 1983. Reelegeu-se em 1986.



Posteriormente, de 1992 a 1993, foi Ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco. Durante todo esse tempo, Ruth manteve a sua vida e residência em São Paulo, mesmo diante da mudança do marido para a capital federal (GORDINHO, 2009).

A escolha de Ruth em manter a vida paralela à do marido foi recebida com estranheza na mídia brasileira. Uma nota no Jornal do Brasil dizia o seguinte:

Sacrifício mesmo terá que fazer a futura primeira-dama das Relações Exteriores, Ruth Cardoso.  
Será obrigada a mudar-se de vez para Brasília suspendendo temporariamente a sua atividade profissional em São Paulo.  
Ruth é professora de antropologia da USP. (ZANON, 1992)

A nota, em tom de deboche, foi um recado machista direcionado à Ruth Cardoso e expõe os indicativos da expectativa da sociedade brasileira para com a primeira-dama. Uma vez esposa do então Ministro das Relações Exteriores, Ruth Cardoso deveria se portar de acordo, sacrificando a sua atividade profissional em detrimento à profissão do marido. Ela deveria desempenhar o “papel de mulher”, abandonar a antropóloga e se dedicar a ser primeira-dama. Esses ideais são consequências de um modelo de damismo calcado em discursos de gênero que definem as mulheres sob os preceitos da subserviência, coisa que Ruth não demonstrou enquanto o seu marido foi senador. O tom debochado da nota afrontou a escolha pessoal de Ruth na recusa à sujeição e, ao afirmar que ela seria “obrigada a mudar-se”, pressupôs que a primeira-dama, por fim, poria fim àquela rebeldia. Mesmo diante da resistência, não se considerava a possibilidade de transgressão à ordem porque o papel de esposa era considerado natural; portanto, orgânico e genuíno. Assim sendo, cedo ou tarde Ruth cederia, encerraria as suas atividades profissionais e retornaria ao interior da família para ocupar o seu verdadeiro e espontâneo papel de mulher.

Cabe dizer que, nesse trabalho, ancoramo-nos aos estudos de Luis Miguel e Flavia Biroli (2009) sobre a representação política feminina no discurso midiático. Os estudos apontam que “as representações veiculadas nos meios de comunicação reforçam as visões de mundo que estabelecem expectativas e constrangimentos à ação dos diferentes grupos e indivíduos na sociedade” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 72-73). A pesquisa de Miguel e Biroli se refere à representação das mulheres em espaços de tomada de decisão, via de regra parlamentares. Contudo, ao nosso

processo investigativo, os autores nos servem à leitura de um espectro mais amplo do campo político, o primeiro-damismo, onde as mulheres expressivamente circulam. Trata-se de uma análise sobre a adequação e naturalização do primeiro-damismo como prática política através de um discurso que é veiculado na mídia, com função importante na conformação dos papéis sociais de gênero.

Na esfera política, a definição dos papéis por gênero foi definida a partir do ideal de que os homens são os seres da racionalidade – aqueles que “naturalmente” entendem de questões políticas, operacionais e burocráticas (BARBOSA, 2017).

A masculinidade foi associada ao *homo economicus*, aquele que age com racionalidade, e a feminilidade, associada ao sentimentalismo, muitas vezes irracional. Nessa lógica, ficaram reservadas aos homens as tarefas que geram mais retornos econômicos, e às mulheres, as tarefas que embora possam não gerar bons retornos econômicos têm ligação com o lado amoroso, cuidadoso, altruísta “feminino” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 126).

Assim, a delimitação de papéis por gênero encerrou as mulheres na função de consorte – papel que acabou sendo instrumentalizado a partir do primeiro-damismo. Por esse motivo, o ser primeira-dama implica a subjeção de símbolos produzidos sobre as mulheres e as suas trajetórias. A convocação dirigida à Ruth Cardoso na nota do Jornal do Brasil não era para que retornasse somente ao lar ou para que voltasse a ocupar o espaço vazio deixado ao lado do marido, mas para que retornasse à sua feminilidade, entendida, aqui, na relação com o cuidado. Cientista, ativista social e feminista, Ruth se diferenciava das primeiras-damas formadas nos moldes do damismo da LBA e tinha fortes convicções sobre o papel das mulheres na vida pública, sobretudo na política. Em “As mulheres e a democracia”, texto publicado em 1987, Ruth Cardoso afirma que as mulheres fazem “política feminina”, atuando principalmente no serviço social e na educação. Para a antropóloga,

[...] nunca se espera que ela [uma mulher] possa fazer a grande política, a não ser que passe realmente por um processo de masculinização, ou seja, ela precisa afirmar sua agressividade, tem que mostrar efetivamente seu poder de dominar. (CARDOSO, 2011a, p. 452)

Durante a democratização, Ruth escolheu o movimento feminista como centro de atuação. O seu repertório intelectual reflete o seu envolvimento com as questões feministas e a sua atividade social, marcada pelo envolvimento na Frente de Mulheres Feministas, fundada em 1979, nos conselhos da condição feminina em São

Paulo, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no corpo editorial do jornal feminista *Mulherio* e na revista acadêmica feminista *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (CALDEIRA, 2011).

Diante do exposto, nos parece um equívoco acreditar que a escolha de Ruth Cardoso pela presidência do Conselho Consultivo do PCS tem qualquer relação com a continuidade do primeiro-damismo e do populismo na assistência, como afirmou Aldaíza Sposati (1995) e tantas outras. Defendemos que o Programa Comunidade Solidária tem procedência na sua trajetória política, acadêmica e pública, e é atravessado por embates travados pela antropóloga com a mídia, a academia – especificamente as produções intelectuais a respeito do PCS e do seu damismo – e com as escolhas políticas do próprio governo FHC.

A proposta do Comunidade Solidária de parceria com as iniciativas da sociedade civil tem respaldo nos estudos que Ruth Cardoso vinha desenvolvendo ao longo da década de 1980. Estudando os movimentos populares urbanos, as análises da socióloga sugerem que a sociedade brasileira estava suficientemente organizada para contribuir na execução e planejamento das políticas sociais (PERES, 2005), o que a levou a projetar o PCS como uma ponte entre o Estado e essas novas formas de organização.

Ademais, Ruth acreditava que a produção de conhecimento acontecia coletivamente (DEBERT *et al.*, 2008) (GORDINHO, 2009) (CALDEIRAS, 2011); portanto, o seu método de pesquisa envolvia debates públicos, seminários, discussões em grupo e reuniões periódicas com as equipes de pesquisa (CALDEIRAS, 2011, p. 23). Essa metodologia de trabalho foi adotada pelo Conselho do PCS que se organizou em torno de uma certa ação coletiva. Além das reuniões periódicas do programa, o CCS realizava Rodadas de Interlocação Política com o objetivo de construir um acordo estratégico em torno de uma agenda mínima de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos de ação social (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1996). Cada encontro tinha um tema previamente estabelecido e participavam da atividade Ministros de Estado relacionados ao tema em foco, a Secretaria do PCS, os conselheiros do CCS e membros da sociedade (empresariado, sindicatos e movimentos sociais, ONGs, intelectuais e especialistas).

O processo contemplava três fases: 1. a preparação: envolvia a escolha do tema, a elaboração de um documento de consulta aos interlocutores, o recolhimento,

sistematização e a incorporação das emendas feitas pelos interlocutores e a elaboração de um documento-base; 2. a realização: reunião, onde são aprovados um documento final e uma série de encaminhamentos concretos, e a constituição de um Comitê Setorial sobre o tema; 3. o comitê setorial compunha um arquivo para compor a Agenda Mínima Social do governo, divulgação do documento-final, os encaminhamentos aprovados eram transformados em providências, com prazos para execução.

Foi através dos encontros da Interlocação Política do Comunidade Solidária que aconteceram os debates e proposições de intervenção social. Esse processo era muito bem sistematizado, como demonstrado, o que expressa o esforço técnico e científico por trás do projeto e corrobora com a trajetória de Ruth Cardoso e a sua experiência como professora e pesquisadora.

Diante disso, para compreender como o pensamento de Ruth Cardoso a levou ao Comunidade Solidária como proposta de ação política, retomamos os artigos de sua autoria publicados nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, reunidos no livro “Ruth Cardoso: obra reunida” e organizado pela antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira. No capítulo de apresentação do livro, Teresa Caldeira afirma que Ruth se tornou primeira-dama contra a sua vontade e que o PCS foi uma maneira de “aproveitar, por um lado, as vantagens da gente estar próxima de um governo e, ao mesmo tempo, querer fazer alguma coisa” [sic] (CALDEIRA, 2011, p. 9).

A produção intelectual da Ruth Cardoso girou em torno da interrogação sobre o presente, da compreensão das mudanças sociais, culturais e políticas e da identificação dos processos emergentes (CALDEIRA, 2011). Ela é conhecida como uma das fundadoras da antropologia urbana no Brasil, mas a sua produção intelectual mais expressiva trata dos movimentos sociais e políticos e do processo de abertura democrática brasileiro. Em 1982, Ruth publicou um artigo intitulado “Duas faces de uma experiência”, onde discute o papel político assumido pelas Comunidades Eclesiais de Base perante a sociedade e na busca por justiça social. Esse trabalho resultou de reflexões sobre as diferentes formas de organização civil que vinha se fortalecendo e intensificando desde a Ditadura Militar.

Os estudos sobre as diferentes formas de mobilização social continuaram e, no mesmo ano, ela apresentou no encontro Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano um estudo sobre comunidade e movimentos sociais urbanos. A

fala, transcrita e publicada nos Anais do evento, apresenta questionamentos sobre os usos e sentidos de “comunidade” que, para a Ruth, refere-se aos movimentos sociais e as organizações populares. Ela afirma que “[...] a questão da comunidade é importante porque ela foi reelaborada, quer dizer, ela se tornou o fundamento de uma ideologia que permite a mobilização das pessoas”, um novo formato do fazer político (CARDOSO, 2011b, p. 239).

No texto, Ruth tece algumas críticas, direcionadas aos cientistas sociais, sobre a aceitação passiva da definição de comunidade do senso comum, sem que haja o questionamento dessa que, para a antropologia, é uma categoria. A crítica sobre a definição de “comunidade” refere-se ao uso da palavra como um sinônimo de igualdade de um grupo de pessoas que se unem, supostamente, porque compartilham de experiências comuns. Esse uso de “comunidade”, para a Ruth, desconhece as organizações construídas por *outsiders* (e ela exemplifica: os padres nas CEBs, os advogados em loteamentos clandestinos, etc). Os *organizers*, como ela colocou, são pessoas de fora que circulam pela comunidade e desempenham diferentes funções nas organizações.

A discussão do texto nos remeteu a escolha do nome do programa, Comunidade Solidária, que não foi por acaso. Tratando-se de um programa cujo princípio está baseado nas relações de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade, a escolha de “comunidade” remonta às iniciativas populares e esse novo formato de política, conforme definido pela socióloga. Ademais, o PCS também trabalha com a noção de *organizers* da Ruth, representada no Conselho Consultivo e na Secretaria do programa como agentes de mediadores das iniciativas.

Em 1991, Ruth publicou na Revista Crítica de Ciências Sociais um estudo sobre os novos atores em diálogo com o Estado, que ela definiu como sujeitos que fazem parte de “[...] movimentos amplos, como o feminismo ou o antirracismo, [e] até os grupos reivindicativos populares que lutam por melhores condições de vida urbana” (CARDOSO, 2011c, p. 347). Esses atores, para Ruth, “contestam os critérios políticos aceitos para definir os interlocutores do Estado”, apontado como excessivamente burocrático, “ao mesmo tempo que privilegiam a solidariedade interna”, o que a leva a chamar esses movimentos de “grupos de solidariedade ou comunidades organizadas”.

Dessa vez, o sentido de “comunidade” aparece acompanhado, também, de “solidariedade”. Estudando a forma de organização desses movimentos, Ruth Cardoso aponta os seguintes aspectos:

1. são coletividades igualitárias, em que prevalece uma ativa negação da hierarquia entre líderes e liderados. Conseqüentemente, não atuam através de representantes, e toda negociação política deve envolver a consulta aos membros disponíveis do grupo;
2. as decisões sobre as formas da ação coletiva resultam de discussões cujo objetivo é produzir consenso;
3. são grupos que se definem como políticos, mas que, em suas ações, são necessariamente apartidários;
4. representam segmentos sociais que tomaram consciência da discriminação invisível de que sempre foram vítimas. (CARDOSO, 2011c, p. 347)

O segundo aspecto elencado pela socióloga, que se refere sobre a produção de consensos, aparece no texto de apresentação escrito pela Ruth do documento “Interlocação Política: Coletânea dos Documentos Finais das Cinco Primeiras Rodadas”. Ela chama a Interlocação de um “processo de entendimentos” e afirma que

[...] cada uma das rodadas de interlocação foi precedida de um cuidadoso e demorado processo de preparação, com a participação direta dos atores envolvidos, objetivando a construção de consensos orientadores da ação do Estado e da Sociedade (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1996).

Ruth definia o CCS como um espaço público e não admitia, ainda que o programa fosse institucionalizado, a sua caracterização como um espaço governamental. Outro ponto importante do Comunidade Solidária que remete às pesquisas de Ruth Cardoso é a potência da atuação local. Para ela, “os grupos engajados nas lutas urbanas estão sempre ligados a um território (bairro ou região da cidade) a partir do qual elaboram sua identidade comunitária” (CARDOSO, 2011c p. 347). No texto “Mudança sociocultural e participação política nos anos 80”, Ruth sugere que os movimentos sociais organizados contra o regime ditatorial militar construíram uma nova cultura política no país que, a partir dos anos 80, “fincaram raízes nos bairros, buscando pressionar diretamente as agências distribuidoras de serviços públicos” (CARDOSO, 2011d, p. 363). Essa leitura levou a primeira-dama a arquitetar o PCS numa estrutura que combinava Estado, sociedade civil e “setor público não-estatal” com forte potência no local. A atuação do PCS tinha por objetivo

os municípios, pois se entendia que no plano local havia maior possibilidade de parcerias e as ações poderiam ser mais bem controladas pela comunidade.

A despeito disso, a anúncio de criação do Programa Comunidade Solidária foi acompanhada de muitas críticas. De um lado, havia expectativa pela chegada ao poder de um grupo de intelectuais que, grosso modo, contribuíram com o processo de abertura democrática (cabe dizer, aliás, que Ruth ajudou a redigir a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes quando participou do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). Por outro lado, a aliança do PSDB com o PFL, partido cujas raízes estavam fincadas no ARENA, alertou ativistas de todo o país e colocou Ruth Cardoso e o PCS em uma situação difícil de contornar.

Apesar das escolhas aparentemente democráticas firmadas pelo PCS, sobretudo no que tange o envolvimento de organizações da sociedade civil no projeto, não há como negar a inconstitucionalidade do programa frente à uma série de medidas como, por exemplo, a questão dos recursos. A CF de 88 e a LOAS preveem que o Estado deve ser o financiador das políticas sociais, contudo, o sistema do PCS fragmenta essa responsabilidade e a distribui entre Estados, municípios e até mesmo o empresariado, através de organizações sociais. Isso, e a primazia de “construção de consensos” intrínseca ao programa corroborou com as críticas que afirmavam que o PCS serviu para dar condições ao trabalho político-partidário da Ruth Cardoso que desempenhava um papel de aproximação com o eleitorado de FHC (TORRES, 2002, p. 105).

Para “desmentir” críticas desse cunho, Ruth frequentemente reafirmava a natureza da sua atuação no Comunidade Solidária. Em 1997, durante uma entrevista, a antropóloga foi questionada por jornalistas sobre a falta de apoio do CS às vítimas de uma enchente que assolou Minas Gerais. Na ocasião, a professora respondeu, austera: “Eu não sou a LBA” (COMUNIDADE... 1997). Com isso, buscou afirmar que o programa que desenvolvia se diferenciava da LBA. Embora o PCS fosse um programa de atendimento às necessidades emergenciais, ele buscava o desenvolvimento local através de ações pautadas em documentos diretivos e diagnósticos sociais. Tratava-se, grosso modo, de um atendimento emergencial técnico, que visava maior efetivação para a proteção social.

Frente à indiferença do governo quanto aos marcos legais da assistência social, democraticamente construídos, pouco importou às profissionais do Serviço

Social que Ruth representasse uma ruptura com a representação social das primeiras-damas, uma vez que a sua imposição feminista e intelectual não ofereceu ao campo mudanças radicais na condução das políticas de assistência social no país.

Ressaltamos que não é do nosso interesse fazer um balanço das políticas do Programa Comunidade Solidária ou do governo Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, há uma vasta literatura esforçada em demonstrar as fragilidades da proteção social do período. Concordamos com as críticas que afirmam que o envolvimento do terceiro setor nas políticas governamentais revelou a forma cruel com que o programa serviu aos interesses do mercado liberal e deu suporte às políticas liberais implementadas pelo governo FHC (VELLOZO, 1998; SILVA, 1999; BURLANDY & LABRA, 2007). Contudo, reconhecemos o esforço de Ruth Cardoso em promover mudanças a partir da sua própria trajetória intelectual e recusamos as críticas que a encerram à condição de resignação do primeiro-damismo. É preciso dizer que Ruth Cardoso rompeu com certa expectativa da sua figura pública ao buscar uma aproximação com a racionalidade – condição esperada somente aos homens.

Em síntese, o contexto dos anos 1990 foi marcado pelo embate entre profissionais do Serviço Social e o Estado pela efetiva implementação da Lei Orgânica da Assistência Social. Por esse motivo, o que preocupava às assistentes sociais à época era o envolvimento do terceiro setor aos programas do Comunidade Solidária, prática que seguia na contracorrente às proposições da LOAS. Assim, embora recusemos as afirmações de que Ruth representou uma continuidade ao primeiro-damismo, compreendemos as preocupações, afinal, como apontou Torres (2002), imbricado às políticas sociais administradas pelas primeiras-damas havia uma ameaça de ascensão do neoliberalismo econômico que não pode ser ignorada. Ao longo da história, o neoliberalismo se serviu da atuação das primeiras-damas que, como afirmou Torres (2002, p. 103), atenderam “[...] aos interesses derivados, em última análise, da dinâmica do capitalismo”.

### 2.3 DESCENTRALIZAÇÃO, FOCALIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO: OS VETORES DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA PRECONIZADOS PELA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada na contramão do contexto econômico mundial de adesão às políticas macroeconômicas neoliberais. A eleição



de Margaret Thatcher<sup>1</sup> na Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan<sup>2</sup> nos Estados Unidos em 1981 marcam a construção de uma hegemonia econômica neoliberal.

Frente aos demais países da América Latina, a adesão ao neoliberalismo no Brasil é considerada tardia (BOITO JR., 1999), em partes porque a conjuntura política de oposição ao regime militar e a frente política de oposição, que culminou no fortalecimento dos movimentos sociais organizados, minara a possibilidade de adesão econômica à lógica neoliberal nos anos 1980.

O contexto econômico do início da década de 1990, marcado por um regime hiperinflacionário, resultou em muitas incertezas quanto a condução de políticas públicas de combate à pobreza, que se aprofundava em níveis alarmantes. Falava-se, nesse período, em estabilização econômica, apontada como necessária ao desenvolvimento da proteção social. Foi nesse cenário que o Brasil foi apresentado à economia neoliberal, implementada durante o governo Collor e aprofundada na administração Fernando Henrique Cardoso<sup>3</sup>.

O projeto econômico neoliberal adotado em toda a América Latina foi preconizado a partir do Consenso de Washington, um plano de reestruturação das economias periféricas elaborado nos Estados Unidos em 1989 cujas orientações previam o combate à inflação, a valorização das moedas nacionais, o ajuste fiscal e, por fim, a reforma do aparelho estatal – que incluía a reforma administrativa, privatizações e liberalização do mercado (BOITO JR., 1999).

Assim, a reforma do Estado ocupou o centro das preocupações do governo FHC, como demonstra o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentado pelo Executivo federal em 1995. De acordo com o documento, a crise fiscal “foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram” em que “o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo” (BRASIL, 1995, p. 9). A reforma do

---

<sup>1</sup> Margaret Thatcher é considerada a precursora do neoliberalismo devido a implementação de medidas macroeconômicas neoliberais durante o período em que exerceu o cargo de primeira-ministra do Reino Unido (1979 - 1990).

<sup>2</sup> Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos pelo período de 1981 a 1989. O seu governo ficou marcado pela adoção do neoliberalismo à economia, respaldada pelas medidas de Margaret Thatcher no Reino Unido.

<sup>3</sup> Cumpre observar que a influência de FHC à adoção de políticas neoliberais no Brasil iniciou a partir da administração de Itamar Franco, que assumiu a presidência após o *impeachment* de Collor. Como Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, FHC implementou o Plano Real para a estabilização da economia (o Plano Real é apontado como o grande projeto cujo sucesso levou FHC a vencer as eleições para a presidência em 1994).

Estado foi apresentada como “[...] instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia”, única via “[...] possível [para] promover a correção das desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1995, p. 9). Nesse sentido, elencaram cinco medidas “inadiáveis” à reforma:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995, p. 16)

A retórica de caça por maior eficiência e qualidade dos recursos do Estado, sobretudo de fundos monetários, é apontado por Sônia Draibe (1993) como uma espécie de “cultura da solução de problemas”, uma narrativa aparentemente despolitizada que é projetada a miúdo pela ideologia neoliberal. A despolitização dessa narrativa aparece no documento do Plano Diretor, que nomeia a estratégia de “administração pública gerencial”, como se não houvesse interesses – perdas e ganhos – por trás das medidas de arrefecimento das atribuições estatais.

Grosso modo, para alcançar maior desempenho e eficiência, o Estado deveria reduzir o seu tamanho, o seu papel e as suas funções, e os programas sociais deveriam ser pautados na descentralização, privatização e focalização de ações (DRAIBE, 1993). Não por acaso, o Plano Diretor conta com uma seção dedicada a discutir os rumos tomados pela transição democrática de 1985. Intitulado “O Retrocesso de 1988”, o texto afirma que a Constituição de 1988 representou um retrocesso burocrático constituído a partir de dois fatores: um novo populismo patrimonialista surgido no país e a alta burocracia, apontada como fator de crescimento excessivo do Estado (BRASIL, 1995, p. 27-28). A partir disso, o documento apresenta o seguinte diagnóstico:

Como resultado do retrocesso burocrático de 1988 houve um encarecimento significativo do custeio da máquina administrativo, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos. (1995, p. 29-30)

Essa retórica, apresentada como um diagnóstico de “crise pós-Constituição”, demonstra os traços neoliberais do Plano Diretor que conduziu a reforma do Estado do governo FHC. À nossa análise, o Plano Diretor interessa porque dimensiona as narrativas ideológicas e políticas que conduziram o governo e possibilita a compreensão das implicações desse formato de “administração pública gerencial” às políticas de assistência social.

Retomando o Programa Comunidade Solidária, observamos a presença do discurso neoliberal exposto no Plano Diretor de Reforma do Estado na organização e no gerenciamento das ações do programa. A ideia de ineficiência aparece como diagnóstico das estratégias de proteção social brasileiras anteriores e se transforma em justificativa à criação do PCS (BRASIL, 1996). São apontados como fatores de ineficiência:

[...] políticas sociais sob o controle direto da União, a fragmentação das políticas, sua excessiva centralização executiva, sua escassa capacidade de atingir as clientelas mais necessitadas e o reduzido grau de controle público e democrático que se exerce sobre essas políticas.

A partir desse diagnóstico, o Comunidade Solidária propôs estratégias de intervenção social pautadas na descentralização, na focalização e na terceirização das ações sociais – que chamaram de “princípio de parceria”, como uma estratégia de relação entre as diferentes instâncias de governo e as organizações da sociedade civil. A descentralização visa o aumento da eficácia através da aproximação entre problema e gestão social (DRAIBE, 1993), além de se justificar pela necessidade de controle social que é possibilitado pelo fortalecimento da esfera de atuação local.

No que tange a focalização, a eficácia reside na necessidade de melhor administração do gasto público, materializado no direcionamento de programas à alvos específicos, selecionados a partir de minucioso diagnóstico social. O problema social, nessa perspectiva, reside na má gestão dos recursos que são apontados como suficientes, mas mal direcionados (VILAS-BÔAS, 2011).

Ademais, a focalização é justificada no que impede o acesso aos benefícios por aqueles/as que dele não necessitam, prática considerada um “vício” que corrompia o bom funcionamento dos mecanismos de proteção social. Por fim, a terceirização é apresentada no PCS como um formato inédito de participação democrática e acesso ao aparelho estatal. Por trás do discurso de “parceria” entre

Estado e sociedade, esse arranjo do programa escondeu o *modus operandi* neoliberal de deslocamento da distribuição de serviços públicos para o setor privado o que, grosso modo, transformou a assistência social em mercadoria.

Por fim, cumpre observar que se o interesse do Estado fosse a eficiência ou a democratização no desenvolvimento dos programas sociais, a Constituição Federal e a LOAS teriam sido privilegiadas na construção do Comunidade Solidária. Dessa forma, a eficiência seria alcançada mediante a unidade das ações, que seriam orientadas respeitando o documento diretivo da assistência social – a LOAS, que oferece as diretrizes da assistência social. Além disso, a democratização, se o fosse desejada, aconteceria mediante a participação das organizações e movimentos sociais nos Conselhos Municipais, responsáveis pelo controle e proposição de políticas.

Diante do exposto, nos resta concluir que o sistema de “cooperação” público-privado do Programa respondia aos interesses e necessidades do Estado neoliberal. Além de desresponsabilizar o Estado de assumir as demandas por proteção social, também contribuía para perpetuar a “racionalidade política neoliberal”. Fhoutine Marie e Daniel Pereira Andrade afirmam que a racionalidade política neoliberal não alude a uma representatividade coletiva:

[...] a sociedade sequer existe. O que há são apenas unidades empresariais em concorrência, sendo os próprios indivíduos considerados empreendedores de si mesmos e a sociedade vista como um mercado. Nesse cenário, a função do Estado não é representar a vontade de ninguém, mas organizar a concorrência e promover a atividade econômica. (MARIE; ANDRADE, 2019, p. 163).

No próximo capítulo analisamos os aspectos do primeiro-damismo de Marisa Letícia durante os dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores. Ao analisar as nuances do damismo nos governos petistas, de orientação neodesenvolvimentista, podemos compreender as mudanças, permanências e os usos do primeiro-damismo em governos de diferentes perspectivas econômicas e ideológicas.

### **3 A CONDUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO: ASPECTOS DO PRIMEIRO-DAMISMO EM MARISA LETÍCIA**

Neste capítulo analisamos os dois primeiros mandatos dos governos petistas (2003-2008). No primeiro item, apresentamos o Programa Bolsa Família e o Fome Zero, instituídos pelo governo Lula, para compreender o projeto de combate à pobreza ansiado. No segundo item, analisamos o primeiro-damismo sob uma perspectiva de gênero, abordando a representação social de Marisa Letícia enquanto primeira-dama diante do seu afastamento das políticas de assistência social. O último item, por sua vez, explora a política econômica do governo petista, a fim de estabelecer uma relação entre o projeto político-ideológico do grupo no poder e a participação pública da primeira-dama.

#### **3.1 O FOME ZERO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA TENTATIVA DE DESPESSOALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Durante as décadas de 1980 e 1990, no Brasil, discutia-se a implementação de Programas de Renda Mínima ou Transferência de Renda como política pública de superação a pobreza. Esse modelo estava vinculado a uma agenda de erradicação da pobreza que buscava garantir a subsistência individual e/ou familiar da população empobrecida, assistindo-os nas suas necessidades mais emergenciais. De acordo com Maria Ozanira da Silva e Silva (2004), o debate e as propostas sobre os Programas de Transferência de Renda foram marcados pela seguinte conjuntura:

- a) crescimento do desemprego, precarização das relações de trabalho, com informalização crescente do trabalho e rebaixamento dos salários;
  - b) Aumento da violência, principalmente nas grandes cidades;
  - c) Baixa escolaridade e baixa qualificação do trabalhador brasileiro para responder às novas demandas postas com as transformações em curso no mundo do trabalho;
  - d) Elevados índices de trabalho infantil, com exploração da criança e do adolescente;
  - e) Crescimento da pobreza, com fortes rebatimentos nas crianças e jovens.
- (SILVA, 2004, p. 3)

Diante dessas inquietações, estudiosos/as da questão social discutiam a superação da pobreza pela complementação da renda e propunham a transferência

mensal de um mínimo monetário redistribuído pelo governo para as famílias empobrecidas. O debate em torno desse tipo de política pública é atravessado por diferentes correntes teóricas. Segundo a economista Lena Lavinas (1998), a renda mínima era tema de discussão nos círculos de pensadores liberais desde o século XVIII. Contudo, é a partir da década de 1980 que a discussão se intensificou no plano internacional, impulsionado pelas transformações ocorridas na economia e as novas demandas sociais delas decorrente (SILVA, 1997). Nesse cenário, a renda mínima emergiu como “parte de uma solução” buscada por “políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais” frente a acrescida flexibilização, precarização e terceirização do trabalho que aprofundavam os níveis de pobreza e desigualdade social (SILVA, 1997, p. 13-14).

No centro do debate, o desenho da política de renda mínima foi disputado e discutido pela perspectiva de diferentes ideologias<sup>4</sup>. A questão-problema era o tipo de política desejada. Pensadores/as liberais ora defendiam a renda mínima com perspectiva universal em substituição a outros benefícios de seguridade social (como o auxílio-desemprego e a aposentadoria, por exemplo) e ora defendiam que a política fosse focalizada, com o objetivo de suprir as necessidades mais emergenciais dos indivíduos em vulnerabilidade social.

A proposta universalista de política pública tratava da ampliação da noção de cidadania desenvolvida no século XX, em que “a redistribuição de bens e serviços, adequada às necessidades e relacionada a uma concepção de direitos, deve ser garantida igualmente a todos os cidadãos e independente de qualquer condicionante prévia [...]” (LARIÚ, 2004, p. 71). A focalização, por sua vez, consistia em concentrar os recursos disponíveis em medidas que atenderiam às necessidades da parcela mais empobrecida da população. Os defensores desse modelo o justificavam sob o argumento da necessidade de equilíbrio fiscal, afirmando que as políticas focalizadas seriam mais sustentáveis ao orçamento público e causariam maior impacto sobre as desigualdades, uma vez que os recursos alcançariam exclusivamente os mais afetados por determinados problemas sociais (LARIÚ, 2004).

---

<sup>4</sup> Maria Ozanira da Silva e Silva (1997) apresenta um estudo completo sobre as discussões em torno da necessidade e da estrutura ideal da Política de Renda Mínima, apresentando autores e diferentes leituras sobre o tema. A autora dividiu e organizou as produções entre “liberais” e “progressistas”, formato que preferimos manter nesse trabalho de dissertação. Contudo, reiteramos que o debate sobre o tema não foi/é homogêneo. Dentro de um mesmo campo (liberal/progressista) os autores divergiram nas propostas para a política. Urge a necessidade de um estudo aprofundado sobre a questão.

Críticos ao modelo focalizado de política pública, Mário Theodoro e Guilherme Delgado apontam para o mecanismo complexo pelo qual a desigualdade social se reproduz. Para os economistas, a pobreza é produzida em uma estrutura econômica operada pelo Estado, pelo mercado, pela moeda, pela ordem jurídica e por todas as “instituições fundamentais”; sendo assim, a proposta focalista não observaria esse quadro geral e provocaria um afunilamento da discussão sobre a questão social, restrita ao âmbito da política social exclusivamente (THEODORO; DELGADO, 2003). Na defesa das políticas universalistas os autores argumentam que a redução da pobreza não deveria ser papel exclusivo da política social, mas esforço de “uma nova concertação social” que “envolve um novo projeto de país” (THEODORO; DELGADO, 2003, p. 126).

Ao pensar a política de renda mínima sob uma perspectiva da focalização, as problemáticas tensionadas por Mário Theodoro e Guilherme Delgado apontaram para a solução antagônica no combate ao empobrecimento, pois a política é transformada em um mecanismo de reforço do mercado e da estrutura econômica capitalista, agentes produtores da pobreza. Por esse motivo, dentre os setores progressistas predominava a discussão sobre a redistribuição de renda em que

[...] o ponto de partida de um projeto político deve ser a diminuição do volume de trabalho economicamente necessário, e o objetivo deve ser eliminar a pobreza e o desemprego involuntário. [...] Esse objetivo exige uma política de redistribuição do volume de trabalho economicamente necessário, entre todos, sem perda da renda, de modo que *a renda de cada pessoa provenha, em parte, do trabalho produtivo e, em parte, da distribuição da riqueza socialmente produzida.* [grifo nosso] (SILVA, 1997, p. 80)

Assim, um projeto progressista para as Políticas de Transferência de Renda era pensado a partir da universalização da política e da redução do tempo de trabalho sem prejuízo de renda.

Na prática, contudo, os programas foram desenhados sob uma perspectiva focalista, focados na pobreza extrema. Na América Latina, a implementação desse tipo de política social teve início no final do século XX e foi atravessada pelas exigências do FMI – corte de gastos na máquina pública e política econômica neoliberal –, o que pode ter contribuído para a focalização das políticas públicas. O primeiro país a implementar um Programa de Transferência de Renda foi o México, que criou o *Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA)* em 1997. O

programa consistia na transferência direta de renda para famílias pobres residentes nas áreas rurais do país, sob a condição de que as crianças estivessem regularmente matriculadas nas escolas e realizando acompanhamento de saúde. No *PROGRESA* somente as mães tinham a titularidade do benefício, que era destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Na virada do século, em 2002, a Argentina implementou o *Programa Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (PJJHD), considerada a mais importante política de assistência social do país (NEFFA, 2009). O objetivo era prestar assistência financeira aos pais e mães de família desempregados, sob a condição de manter a frequência escolar e o controle de saúde das crianças das famílias assistidas. Além disso, as mães e pais que recebiam o benefício deviam participar de cursos de inserção produtiva e capacitação para o trabalho. No Chile, o *Programa Chile Solidario* foi criado também em 2002. Como os programas anteriores, o *Chile Solidario* se trata de um programa de transferência de renda com condicionalidades voltado para famílias em situação de pobreza. Caracterizado pela intersectorialidade, as condicionalidades desse programa envolviam outros seis programas voltados para a saúde, educação, dinâmica familiar, habitação, trabalho e renda (NASCIMENTO; REIS, 2009).

No Uruguai, o Programa *Ingreso Ciudadano* foi implementado em 2005. Trata-se de um programa focalizado nas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade econômica, cuja transferência mensal serviu para complementação da renda das famílias sob as condições de manter na escola as crianças e realizarem cursos de reintegração profissional. Na Costa Rica, teve início, em 2006, o *Programa Avancemos*, cujo objetivo é o de reduzir a pobreza através de uma transferência monetária mensal que garantia as condições para a permanência das crianças na escola (a frequência escolar, nesse caso, embora seja apresentado como um objetivo, também é uma condicionalidade para o recebimento do benefício).

No Brasil, o debate sobre a implementação de políticas de transferência de renda teve início a partir de uma proposta elaborada pelo ex-Senador Eduardo Suplicy, em 1990. O projeto de Lei nº 80 de 1991 foi encaminhado ao Senado Federal por Suplicy e propunha instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) no país para beneficiar todos os sujeitos maiores de 25 anos com rendimentos brutos mensais equivalentes a 2,5 vezes o salário-mínimo. O projeto, aprovado em dezembro de 1991 pelo Senado, previa ainda o progressivo alargamento do Programa para



alcançar toda a população brasileira cuja renda dependia da venda da sua força de trabalho. Encaminhado à Câmara dos Deputados, o PGRM proposto por Suplicy ficou congelado até ser arquivado, em janeiro de 2007. (CÓRDOVA, 2018).

Embora não tenha sido implementado, o PGRM abriu o debate sobre as políticas de transferência de renda para o combate à pobreza e a fome no Brasil. A partir dele, outras soluções dessa natureza se ampliaram ao redor do país, como as iniciativas dos governos municipais de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF)<sup>5</sup>. Em âmbito nacional, Fernando Henrique Cardoso implementou, em abril de 2001, a Lei nº 10.219, instituindo o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação, nomeado “Bolsa Escola”. O programa consistia em um “[...] instrumento de participação financeira da União em programas municipais de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, sem prejuízo da diversidade dos programas municipais” (BRASIL, 2001[a]). Vinculado ao Ministério da Educação, o Bolsa-Escola tinha por objetivo romper com o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza transferindo mensalmente o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por criança às famílias em situação de extrema pobreza, sob a condição de matricular e manter a frequência escolar das crianças.

Paralelamente ao Bolsa-Escola, o governo FHC criou a Medida Provisória nº 2.206 de 06 de setembro de 2001 que instituiu, vinculada ao Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Renda Mínima, nomeado Bolsa-Alimentação. De acordo com o Art. 2º da Medida, o programa se dedicou à “promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação” (BRASIL, 2001[b]).

No ano seguinte, em 2002, o Ministério de Minas e Energias lançou o Programa Auxílio-Gás pela Medida Provisória nº 18 de 28 de dezembro de 2001. Com o Auxílio-Gás, as famílias com renda *per capita* de até ½ salário-mínimo recebiam o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) a cada dois meses para a aquisição do gás de cozinha. Ainda em 2002 outro programa de transferência de renda foi implementado. Trata-se do Bolsa Renda, um programa cuja finalidade era atender as famílias das áreas rurais do país. Regulamentada pela Lei nº 10.458 de 14 de maio de 2002, o

---

<sup>5</sup> Lei nº 8.261 de 06 de janeiro de 1995 em Campinas (SP); Lei nº 7.188 de 28 de setembro de 1995 em Ribeirão Preto (SP); Lei nº 2.138 de 29 de setembro de 2003 em Santos (SP); Lei nº 890 de 14 de novembro de 1995 em Brasília (DF).

programa, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, buscava atender às famílias camponesas que sofriam com as secas e estiagens que comprometiam a renda familiar.

Cumprir observar que o aparecimento da pobreza como questão na agenda pública, aponta Ismael de Córdova (2018, p. 103), não significou a superação da desigualdade pela emancipação dos grupos familiares. A emancipação exigia, além de políticas focalizadas de transferência de renda, a distribuição de outros elementos de cidadania, como o trabalho, saúde, cultura, educação e lazer. Contudo, as políticas implementadas nesse período foram resultado das limitações da própria estrutura econômica neoliberal marcada pelo princípio do Estado Mínimo. Assim, sem oferecer efeitos significativos na redução das desigualdades, essas políticas estavam mais próximas de uma noção compensatória de política pública e:

[...] tinham como escopo central amenizar os problemas sociais decorrentes da pobreza e de um modelo de sociedade que excluía paulatinamente o acesso das famílias pobres aos bens socioculturais e de consumo. Estas ações, por parte do Estado, foram importantes mecanismos de combate a fome e a subnutrição, porém os valores dos benefícios ofertados pouco auxiliavam as famílias em sua emancipação social, pois ainda que garantissem um valor mensal mínimo, o acesso universalizado aos aparatos de Bem-Estar não se concretizou. (CÓRDOVA, 2018, p. 103-104)

Em outubro de 2003, logo no primeiro mandato do governo Lula, o Programa Bolsa Família foi criado seguindo a tendência dos programas de transferência de renda na América Latina e dos já implementados no Brasil. Instituído por Medida Provisória nº 132 e posteriormente convertida na Lei nº 10.836/2004, o objetivo do Bolsa Família era unificar os “procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal”, a saber: o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Bolsa-Escola), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde (Bolsa Alimentação) e o Auxílio-Gás (BRASIL, 2003). Para transformar os programas em uma só iniciativa, o governo utilizou o Cadastro Único, criado em 2001 com o objetivo de integrar as informações das beneficiárias e beneficiários de programas sociais do governo federal. O CadÚnico, como é chamado, é responsável pelo cadastro e gerenciamento das informações das famílias brasileiras cuja renda *per capita* é inferior a ½ salário-mínimo ou a renda familiar total equivale até a 3 salários-mínimos. O armazenamento dos dados no CadÚnico é de responsabilidade dos governos municipais, que sistematizam as informações e as

disponibilizam para as três esferas de governo para identificação e diagnóstico da assistência social.

A maneira como o Cadastro Único operou no Bolsa Família demonstra as mudanças manejadas na condução das políticas de transferência de renda a partir do PBF. Ao Programa Bolsa Família, o Cadastro Único serviu para o processamento das informações para o cálculo da renda *per capita* dos indivíduos e famílias cadastradas. Com o suporte do CadÚnico o poder público pôde identificar os sujeitos para os quais o benefício seria transferido, refinando o sistema de focalização da política, além de armazenar dados que permitiram o estabelecimento de critérios para o diagnóstico das políticas públicas. Dessa forma, a administração e o diagnóstico da assistência social passaram ao encargo de um órgão competente, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do governo federal.

Ademais, a estrutura institucional do Bolsa Família contou com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) do MDS, a Caixa Econômica Federal e um Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família. O SENARC funcionou como Secretaria-Executiva do Conselho Gestor e ficou responsável por definir valores, critérios e requisitos para o recebimento do benefício, criar as normas para a execução, estabelecer metas e orçamento anual para o Programa e outros processos operacionais. O Conselho Gestor do PBF foi criado com o objetivo de “coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa [...], a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira” (BRASIL, 2004). À Caixa Econômica coube a função de “Agente Operador”, desempenhando ações operacionais diretas como processar as informações do Cadastro Único, calcular a renda familiar *per capita* dos possíveis beneficiários, emitir os cartões e efetuar o pagamento mensal do benefício.

À medida que a estrutura do PBF se aproximou de uma base operacional técnica e profissional, a assistência social foi paulatinamente desassociada da figura da primeira-dama de Estado. Assim, o sistema cumpriu o papel de despersonalizar a política pública, rompendo com as concepções históricas próprias da assistência social: o primeiro-damismo e o clientelismo. Tendo em vista que o espaço de atuação das primeiras-damas na assistência tinha como norte a filantropia e o assistencialismo, esse rompimento também significou uma tentativa de aproximação

com a noção de assistência social como direito público. Contudo, no que se refere ao orçamento destinado ao desenvolvimento do PBF, de acordo com o Art. 6º da Lei 10.836 de 2004,

As despesas [...] ocorrerão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastro Único [...] bem como de outras dotações no Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

[...] O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. (BRASIL, 2004)

Isso significa que o PBF ficava anualmente condicionado ao orçamento da União, aumentando ou diminuindo o número de beneficiários do programa conforme o orçamento previsto. Como resultado, o Programa não atingia todas as famílias que se encaixavam nos critérios para concessão do benefício. Uma vez cadastrados no Cadastro Único, as famílias contavam com critérios que as tornavam elegíveis ou não para a concessão da Bolsa; a limitação se encontrava, portanto, no orçamento fixo do Programa, que acabou criando uma “população elegível não coberta” pela política (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Diante disso, portanto, embora o Bolsa Família tenha se aproximado de uma concepção profissional da assistência social em detrimento às práticas clientelistas sob as quais as políticas sociais se constituíram no Brasil, ele não pode ser caracterizado como uma política pública de direito. No que se refere ao benefício financeiro do PBF, ficou assim disposto no Art. 2º da Lei nº 10.836/2004:

I – o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II – o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

III – o benefício variável, vinculado ao adolescente destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família.

IV – o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:

a) tenham em sua composição crianças de zero a seis anos de idade;

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita. (BRASIL, 2004)

A distribuição dos benefícios (básico e/ou variável) considerava a renda das famílias, divididas pelo regulamento entre duas linhas de pobreza: a primeira se refere aos grupos familiares em situação de pobreza extrema, cuja renda familiar *per capita* não ultrapassava a R\$ 50,00 mensais; a segunda, trata-se do grupo em situação de pobreza, cuja renda *per capita* da família variava de R\$ 50,01 a R\$ 100,00. Assim, o valor do benefício mensal básico era de R\$ 50,00 para famílias de renda até R\$ 50,00 e o valor do benefício mensal variável era de R\$ 15,00 por beneficiário (gestante, nutriz, crianças de 0 a 12 anos ou adolescentes de 15 a 17 anos). Famílias com renda *per capita* de R\$ 50,00 a 100,00 reais não recebiam o benefício básico, apenas a variável, enquanto o valor destinado às famílias de renda *per capita* até R\$ 50,00 reais era cumulativo, ou seja, recebiam o básico e o variável, de acordo com o perfil de cada família beneficiada.<sup>6</sup>

O desenho institucional do Programa aponta para a família como a centralidade e o foco da política social. A família é assim definida pela Lei nº 10.836/2004:

família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros; (BRASIL, 2004)

A questão da família como centralidade das políticas não iniciou com o Bolsa Família. A própria Constituição Federal de 1988 definiu, no artigo 203, que o objetivo da assistência social é a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A família passou a ter importância nas discussões sobre a questão social devido aos altos índices de mortalidade infantil e de abandono de crianças e adolescentes, que inquietava estudiosas e estudiosos desde o século XVIII.

Além disso, há de se considerar o contexto de intensificação de uma agenda neoliberal no campo da proteção social a partir dos anos de 1990, em que a proteção social dependia da parceria entre mercado, sociedade e poder público. Nesse cenário a proteção social foi desenvolvida sob uma perspectiva de política “familista”. Entende-se por “familista” aquelas políticas em que as famílias assumem

---

<sup>6</sup> Valores referentes aos anos de 2004 a 2007. Os valores e caracterização dos benefícios do Bolsa Família sofreram alterações e reajustes em 2007, 2008 e 2012. Até 2020, o valor do benefício básico era de R\$ 58,00; o valor do benefício variável R\$ 18,00 e o benefício variável vinculado ao adolescente R\$ 30,00.

a responsabilidade principal pelo cuidado dos seus membros. Isto é, o principal provedor pelo bem-estar social não é o Estado, e sim a família, delegada em primeira instância à proteção de todos os seus membros - crianças, idosos, enfermos etc. (CAMPOS; MIOTO, 2009). Assim, como grande responsável pelo cuidado, as políticas familistas contribuem para a redução do papel protetivo do Estado.

Cumprir observar, também, que a preocupação com os bebês e crianças especificamente levou as mães à condição de alvos das ações sociais, das políticas e dos discursos de combate à mortalidade infantil. Por esse motivo, falar em política familista implica, como aponta Regina Célia Mioto (2006, p. 48), o debate a partir de duas linhas de interpretação:

A primeira tende a olhar a família numa perspectiva de perda de funções, de perda de autonomia e da própria capacidade de ação. Em contrapartida vê um Estado cada vez mais intrusivo, cada vez mais regulador da vida privada. A segunda, vinculada especialmente aos estudiosos da condição feminista, tem indicado que a invasão do Estado na família tem se realizado através não de uma redução de funções, mas, ao contrário, de uma sobrecarga de funções.

Voltando para o Bolsa Família, observado o *signum sectionis* 14 da Lei 10.836 que diz que “o pagamento dos benefícios previstos [...] será feito preferencialmente à mulher”, é possível dizer que a sobrecarga de funções recai sobre as mulheres das famílias assistidas pelo programa. As mulheres, em sua maioria ingressas no mercado de trabalho, são responsáveis pelo cuidado da casa, do marido e das crianças, além da responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades dos programas sociais.

Além disso, políticas de caráter familista, como é o caso do PBF, tendem a reforçar papéis tradicionais de gênero condicionando as mulheres à esfera doméstica pela responsabilização do cuidado. Essa responsabilização reduz a atividade das mulheres fora do espaço doméstico – como no mercado de trabalho, por exemplo – em uma atividade secundária. Neste sentido, as políticas de transferência de renda, como o PBF transferem boa parte das responsabilidades para as mulheres que devem acompanhar e zelar pelo cumprimento das condicionalidades. Assim, juntamente com a carga de atividades domésticas e familiares regulares, as mulheres mais pobres recebem uma sobrecarga, devendo também, responsabilizar-se pelo pela execução das contrapartidas previstas em lei, sob a pena de sofrer sanções de diversas ordens.

Sobre este aspecto da política assistencial brasileira, Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carloto (2009, p. 902) ressaltam que:

Esse processo interfere diretamente na relação entre as mulheres, brancas e negras, e o Estado. Um ponto de ilustração a esse respeito é o modo como os grupos de mulheres estão sujeitos a obrigações impostas pelo Estado e geram efeitos para o tempo e o trabalho femininos. Tais obrigações se expressam no cumprimento de atividades e responsabilidades estipuladas pelas políticas sociais, com destaque para as políticas de desenvolvimento e, mais recentemente, para as de combate à pobreza. O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social. Consideramos esse tipo de ocupação do trabalho e do tempo das mulheres um dos fatores vinculados à desigualdade, entre homens e mulheres e entre estratos sociais, pois disponibiliza menos as mulheres para o trabalho remunerado. Esse fator deve ser colocado em evidência quando nos dedicamos a investigar o modo de inclusão das mulheres nas ações estatais, a exemplo do PBF, uma vez que esse programa opera instituindo condicionalidades nas áreas de educação, saúde e atividades complementares, como os grupos socioeducativos.

Desta forma as condicionalidades presentes nos programas de transferências condicionadas de renda que priorizam os repasses de renda às mulheres, envolvem-nas em um conjunto de obrigações que reforçam exponencialmente divisão sexual do trabalho, as responsabilidades com as tarefas de reprodução, sobretudo quanto às atribuições domésticas. Quanto as condicionalidades do Bolsa Família, o Art. 3º da L10836 previa que:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (BRASIL, 2004)

As condicionalidades são um fator duramente criticado do PBF. Alguns autores, favoráveis a essa medida, justificam a necessidade de condicionalidades pela necessidade de prover o acesso da população em vulnerabilidade social à saúde e à educação. Por outro lado, a medida é criticada por autoras/es que defendem que o Programa deveria oferecer proteção social acima de tudo. Baseados na proteção social como direito de cidadania, esses autores afirmam que as famílias em maior

vulnerabilidade são frequentemente esquecidas pelo poder público e, portanto, não conseguem cumprir algumas condicionalidades mais rigorosas, como é o caso de famílias residentes em locais isolados, como comunidades indígenas e/ou ribeirinhas; ademais, ao estabelecer condicionalidades, o caráter de *direito* da política pública se enfraquece. (LINS, 2013)

A questão da centralidade na família das políticas de transferência de renda tem levantado o debate sobre o familismo como “uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 170). Nesse sentido, o PBF assumiu uma perspectiva liberal de política social, transferindo responsabilidades às famílias (sobretudo às mulheres) pela proteção social e se caracterizando como uma política de transferência de renda mais afastada do debate sobre Renda Mínima e próxima de uma noção focalizada de política pública.

Desta forma, podemos aferir que o PBF foi uma das principais políticas de assistência dos governos petistas, caracterizados por dois mandatos do governo Lula (2003 – 2011) e do governo Dilma (2011 – 2016) tendo como principal objetivo uma tentativa de superação da pobreza por meio de transferências diretas às famílias beneficiadas, reforçando, supostamente, o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, buscando romper com o secular ciclo intergeracional da pobreza.

A ideia da política assistencial apresentada pelos governos petistas era criar um programa altamente burocratizado e tecnocrático que aos poucos fosse inserido no contexto estatal como uma política pública universal, e que ao mesmo tempo fosse de forte apelo social, introjetando-se na cultura política nacional. Esta foi uma tentativa de descolar a política assistencial do primeiro-damismo, na tentativa de descolar os governos de esquerda da antiga tradição assistencialista e clientelista que durante muito tempo figurou como um elemento integrante da política social estatal. No próximo item, analisaremos como a figura da primeira-dama ou a ausência dela foi ressignificada entre os anos de 2003 a 2016.

### 3.2 MARISA LETÍCIA CASA: A AUSÊNCIA DO PRIMEIRO-DAMISMO OU UMA NOVA ROUPAGEM NOS GOVERNOS DE ESQUERDA?



A primeira visita de Marisa Letícia à Brasília aconteceu em setembro de 1980, em excursão organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos rumo ao julgamento de recurso pela absolvição dos 11 sindicalistas enquadrados no Art. 42 da Lei de Segurança Nacional, Lei 6.620, que proibia a organização de comícios e greves. Luiz Inácio, o Lula, seu companheiro, era um dos réus. À época, a absolvição dos metalúrgicos se tornou uma bandeira de luta pelos que buscavam a redemocratização; para Lula e Marisa, a absolvição permitiria que ele concorresse à Presidência da República, tão almejada desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, no mesmo ano. Em rara entrevista concedida, em 2002 Marisa contou à Carta Maior que ao passar pelo Palácio do Planalto ficou espantada com as “mansões, aquela ostentação toda” e disse: “Lula, vamos parar com tudo isso: esses caras não vão deixar você chegar ao poder nunca. Eles não vão largar isso aqui jamais. Fazem qualquer coisa, mas não abandonam essa vida...” (LEBLON, 2017).

Em 07 de abril de 1950, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, nascia a décima filha do casal Regina Rocco e Antônio João Casa. Marisa Letícia Casa, segunda geração descendente de italianos chegados no Brasil em 1877, passou a primeira infância no sítio onde os pais plantavam batatas e criavam galinhas, patos e porcos para vender. Quando Marisa completou cinco anos, a família se mudou para uma região “semirrural” da cidade, onde moraram em uma casa com espaço de quintal suficiente para continuarem a criar alguns animais e plantar verduras. Com 12 filhos (o casal teve mais duas filhas depois de Marisa), a atividade agrícola não era somente a fonte de renda da família como também grande parte dos alimentos que consumiam era produzido no próprio quintal.

Para contribuir com as despesas da – grande – família, os filhos do casal começaram a trabalhar desde muito novos. Naquele período, a Consolidação das Leis do Trabalho permitia o emprego de crianças nas indústrias a partir dos 14 anos ou menores emancipados dos pais (VILANI, 2010). No entanto, na informalidade, as crianças das camadas populares eram se submetiam a diversas formas de trabalhar e eram empregadas em contraposição a letra da lei. Marisa começou como babá aos 9 anos. Na casa da família Rocco Casa, todos os/as filhos/as trabalhavam informalmente desde pequenos, até completar 14 anos, quando passavam a trabalhar nas fábricas de móveis, nas indústrias automobilísticas e de têxteis. Aos 13 anos, mediante autorização do pai, Marisa deixou de ser babá para trabalhar no setor de

embalagens de uma fábrica de chocolates. Ali permaneceu até os 20 anos, quando pediu as contas para se dedicar à casa e ao marido, Marcos Cláudio dos Santos, de quem ficou viúva com apenas 6 meses de casamento, grávida do primeiro filho (VENNUCHI, 2020).

Viúva aos 23 anos, Marisa Letícia conheceu o ex-presidente Lula no Sindicato dos Metalúrgicos, quando foi buscar o departamento jurídico para auxiliá-la no pedido de aposentadoria para o irmão João Paulo, impossibilitado de trabalhar em razão do alcoolismo (MEDEIROS, 1994).

Marisa e Lula, que também era viúvo, casaram-se em 1974 e tiveram 3 filhos. Logo no primeiro ano de casamento, não sem resistência de Marisa, Lula se tornou Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cada vez mais envolvido nas atividades do sindicato, andando de porta em porta de fábrica, viajando, participando de reuniões, fazendo campanhas e dando entrevistas para revistas, jornais, TV e rádio, Lula foi se tornando um pai ausente. Marisa Letícia criou sozinha os quatro filhos.

Essa experiência, vivenciada por Marisa, se assemelha ao percurso de milhares de outras mulheres que se tornam as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado enquanto seus companheiros experimentam a vida pública. A fronteira persistente entre as esferas pública e privada nas sociedades ocidentais é fomentada por discursos que acentuam a divisão sexual do trabalho e definem o que cada gênero pode ou não fazer no espaço laboral e em outros ambientes sociais. Assim, na estrutura patriarcal, mulheres são socializadas para se responsabilizarem com o cuidado doméstico, enquanto dos homens é almejado o controle moral e financeiro da família.

Essa organização social não é por acaso, como demonstra a cientista política Flávia Biroli (2018) ao pensar as questões de *cuidado e responsabilidades* para as relações de gênero e desigualdade. Para a autora, o trabalho oferecido pelas mulheres na esfera privada – de cuidado com os filhos e no cotidiano da vida doméstica – possibilita que os homens se engajem no campo público e no trabalho remunerado. Biroli afirma, ainda, que esse tipo de trabalho, oferecido gratuitamente pelas mulheres, está definido no casamento e no interior da família – compreendidos como instituições, isto é, situadas na história e não na natureza. Ao encontro destes argumentos, é possível identificar na trajetória de Marisa Letícia aquilo que a autora

denúncia sobre as desigualdades de gênero reproduzidas nas estruturas familiares e matrimoniais, afinal, ainda quando sindicalista, Lula viajava por todo país possibilitado e autorizado pelo “bom desempenho” de Marisa na função social de esposa e mãe.

Inserida nesse modelo de casamento tradicional, Marisa passou a se envolver mais com a política quando Luiz Inácio foi preso, em 1980. Influenciada por Frei Betto, criou um grupo de estudos voltado para as mulheres dos metalúrgicos; nos encontros, que aconteciam semanalmente, discutiam, sob a orientação do dominicano, diferentes temas referentes à política, história, economia, sociedade, cidadania e direitos humanos. De acordo com o divulgado na imprensa (MEDEIROS, 1994; LEBLON, 2017) e na sua biografia (VANNUCHI, 2020), Marisa não havia se envolvido com política até então. À Carta Maior, afirmou que o tema era proibido na casa dos seus pais:

A gente não tinha televisão e meu pai proibia falar de política dentro de casa. Ele não gostava. Nunca comentou o porquê. A gente sabia é que os avós tinham passado momentos difíceis na Itália, vieram fugidos por causa de política e proibiam de falar no assunto. Meu pai seguiu a regra. (LEBLON, 2017)

Na fala acima destacada, Marisa justifica o distanciamento do debate político na história de conflitos políticos de seus avós, ainda na Itália. De fato, este pode ser um dos motivos. Não é possível ignorar, contudo, que a sua criação era fruto de uma longa tradição que afastava as mulheres das questões políticas. Uma vez definidos os limites entre o público e o privado, a caracterização de ambos ficou estabelecida no âmbito da universalidade/razão, onde residem as questões políticas, e da particularidade/afetos, onde se insere o universo doméstico.

Nessa estrutura, o gênero foi produzindo e reproduzindo identidades de forma que, para serem consideradas boas filhas e esposas, as mulheres deveriam se dedicar às coisas de seu gênero, como música, pintura, cuidados domésticos, culinária, corte e costura, entre outras atividades voltadas para a construção de boas esposas e mães. A criação feminina atrelada às atividades domésticas é uma das formas de socialização que ocorre desde a infância, no interior das famílias, da escola e da comunidade a que a criança está inserida. E é a socialização feminina que prepara as mulheres para buscar a atenção masculina e para o papel de dependentes do casamento, da orientação e do sustento dos homens (BIROLI, 2018). Sendo assim,

como as demais meninas da sua época, Marisa foi preparada para o trabalho doméstico não remunerado.

Além da prisão de Lula, a fundação do Partido dos Trabalhadores e as reuniões que aconteciam na casa do casal acabaram despertando o interesse de Marisa pela política. Ela conta que, à época, a sua casa virou uma “sucursal” do sindicato: “Desocupeei a sala da frente e disse: pronto, aqui é o sindicato. E a secretária era eu. Vinham políticos, almoçavam, alguns dormiam lá em casa.” (LEBLON, 2017). Ao fazer da sala de casa o sindicato, Marisa passou a “fazer sala” para políticos cotidianamente. Anfitriã, ela era responsável pela limpeza e conservação do ambiente, além de cozinhar as refeições que eram servidas aos companheiros de partido. Assim, embora envolvida no campo da política partidária, Marisa atuou como coadjuvante, ocupada das funções domésticas e de secretariado.

O posto de secretária atribuído à ex-primeira-dama correspondia ao papel esperado das mulheres inseridas na esfera pública: extensão do trabalho desenvolvido na vida privada. As concepções sobre as atribuições esperadas de uma secretária foram baseadas no denominado “mundo feminino”: presumia-se que tivessem boas habilidades de organização, cuidado, discrição, ordem, boa caligrafia, habilidades manuais, entre outras.

Nesse sentido, uma secretária é uma provedora de cuidado. Outro fator que ligou as mulheres ao secretariado se deve à própria hierarquia de gênero que sobrepôs os homens em relação às mulheres no que corresponde as atribuições do mundo público. Se o secretariado é uma atividade de cuidado, insere-se ao tipo de cuidado associado às mulheres, o “*cuidar de*”, como aponta Joan Tronto (1997) partindo da premissa de que há dois tipos de cuidado, caracterizados pelo gênero. A autora coloca a distinção entre os tipos de cuidado com base do objeto que é alvo dos cuidados. Assim é possível diferenciar “cuidado com” de “cuidar de”:

“Cuidado com” refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso. “Cuidar de” implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados. [...] a distinção é útil para revelar algo sobre a maneira como pensamos sobre cuidados em nossa sociedade, porque se ajusta à forma como ela define os cuidados de acordo com o gênero. (TRONTO, 1997, p. 188)

Quanto ao gênero, Joan Tronto afirma que:

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão tão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de”. (TRONTO, 1997, p. 189)

Notadamente, a questão da hierarquia de gênero está impressa nos dois tipos de cuidado e pode ser observada também com base no objeto. Os homens estão implicados ao *cuidado com*, essa forma geral de compromisso, ligado à vida pública, geralmente ligado à atividade intelectual: *cuidado com* a economia e a política, por exemplo. As mulheres cuidam das crianças, dos enfermos, da casa, dos homens, etc; desenvolvem uma forma de cuidado ligada aos sentimentos de abnegação e generosidade. Sendo assim, o *cuidado com* é considerado mais importante do que o *cuidar de*, a que estão encarregadas as mulheres, afinal *cuidar de* é interpretado como um cuidado de apoio.

Podemos afirmar, portanto, que Marisa Letícia *cuidava do* sindicato enquanto os sindicalistas tinham *cuidado com* as questões políticas e da sociedade. Como secretária, Marisa administrou as demandas sindicais como administrou a sua própria casa: nos bastidores dos movimentos. Marisa e Lula sempre contavam com orgulho que foi ela quem costurou a primeira bandeira do PT, o que nos serve como mais uma demonstração do trabalho ligado ao campo da feminilidade a que a ex-primeira-dama se ocupou:

Eu tinha um tecido vermelho, italiano, um recorte guardado há muito tempo. Costurei a estrela branca no fundo vermelho. Ficou lindo. A gente não tinha núcleo, não tinha nada. Minha casa era o centro. Começamos então a estampar camisetas para arrecadar fundos. Vendíamos uma para comprar duas. Estampava a estrelinha, vendia, comprava mais. Foi assim que começou o PT. (LEBLON, 2017)

Durante as campanhas eleitorais em que Lula participou, Marisa Letícia o acompanhava em visitas, caravanas, comícios e palanques, mas limitava a sua presença ao companheirismo de casal, sem discursos ou holofotes para si. Na mídia, era frequentemente definida como uma “mulher discreta” (KOZAK, 2002) que “divide o tempo entre a casa, a criação de quatro filhos [...] e a vida política do marido” (AS DAMAS... 2002). O aparecimento dos atributos de discrição e domesticidade ligados à imagem de Marisa Letícia nos jornais e revistas, indica como operam os discursos

de feminilidade sobre a imagem das primeiras-damas. No campo da feminilidade a discrição sempre foi associada as mulheres, que deveriam passar despercebidas diante dos negócios ou da política feita por seus maridos. A discrição pode ser pensada como um *confinamento simbólico*, como discutiu Pierre Bourdieu (2012, p. 39), “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’” que limita as mulheres e deixa os homens ocuparem os espaços com seu corpo. Do mesmo modo, ao destacar a discrição como um elemento da personalidade de Marisa, a mídia transmitia a mensagem de que ela era uma mulher aos moldes esperados: a que corrobora com o seu papel social de mulher e não prejudicaria o trabalho político do marido.

Com o tempo e amadurecimento do PT, a postura discreta da aspirante à primeira-dama foi sendo tomada como estratégia de campanha: Marisa era a “grande mulher por trás de um grande homem”. Assim, Marisa e Lula foram surgindo cada vez mais na mídia como um casal ideal, apaixonado, carregando fortemente os signos da família patriarcal. Era o equilíbrio perfeito: a junção entre o líder forte e corajoso e a mulher ponderada, discreta e cuidadosa, disposta a acompanhar e cuidar do marido para que ele assumisse com maestria a empreitada de governar o país.

Quando Lula finalmente foi eleito, em 2002, antes mesmo da posse que aconteceu no ano seguinte, a mídia já especulava sobre o papel que Marisa Letícia desempenharia como primeira-dama. No Jornal do Brasil, em 25 de dezembro de 2002, o colunista Gustavo Krieger publicou a seguinte nota:

Anunciado o Ministério, o presidente eleito terá de se preocupar agora com sua esposa. Marisa Letícia Lula da Silva vem sondando o marido e outros interlocutores próximos sobre que atividade poderia desenvolver no governo. Acostumada a trabalhar, a primeira-dama não pretende se tornar uma peça decorativa. Quer colocar a mão na massa. [...] (KRIEGER, 2002).

Embora Marisa Letícia não tivesse demonstrado interesse em ocupar um cargo no governo, a confiança com que o colunista especula sobre a sua “nova função” aponta para duas direções: primeiro, trata-se da sutileza com que a narrativa de tutela aparece no texto. A presunção de que Lula teria a preocupação de “ocupar” Marisa com alguma atividade no governo endossa o discurso de que as mulheres, assim como as crianças, precisam ser orientadas nas suas ações – sobretudo na vida pública. Segundo, a presunção de que Marisa Letícia ocuparia um cargo no governo remete ao imaginário coletivo sobre as primeiras-damas no Brasil (FALCÃO, 1990) de

modo que a possibilidade de não atuação nos programas sociais sequer é considerada.

Diante do eminente silêncio da primeira-dama frente a essa questão, o Jornal do Brasil publicou, em 02 de março de 2003, que “Mesmo sem cargo oficial, dona Marisa terá gabinete ao lado do de Lula” o que fará “com que a primeira-dama esteja muito mais presente do que as antecessoras. Mas, até agora, dona Marisa não tem cargo.” (LADO A... 2003). Em nota, o colunista Augusto Nunes provoca:

Marisa Letícia Lula da Silva parece ter redefinido, nos últimos quatro meses, as funções da primeira-dama: seu papel é ficar junto com o marido-presidente. A dupla não é desfeita sequer pelo futebol dominical na Granja do Torto (com Marisa na platéia, evidentemente). Não é crítica, não. Só constatação. (NUNES, 2003)

Ao dizer que Marisa “redefiniu” as funções da primeira-dama, o colunista supõe que havia um papel definido para que ela cumprisse; esqueceu-se, contudo, que esse papel não existe para além do simbólico. Marisa não atendeu as expectativas políticas de seu “cargo”. Mais do que isso, o aparente estranhamento frente a sua recusa – recusa, essa, que nunca aconteceu oficialmente (e por que haveria de acontecer?) – de se envolver com as políticas sociais é acompanhado de um desconforto diante da sua presença marcante no Palácio do Planalto: a existência de um gabinete destinado à primeira-dama “sem que ela disponha de função que justifique” (KRAMER, 2004) incomodou as/os jornalistas. Aparentemente, o gabinete oferecia livre acesso da primeira-dama ao presidente, seu companheiro. Nos jornais, diziam que Marisa entrava “sem bater no gabinete do marido” e que isso é “deselegante e impróprio” e deveria “ser proibido pelo presidente da República”. (NUNES, 2004).

O “livre acesso” de Marisa Letícia ao gabinete do Presidente da República contrariou a expectativa de primeira-dama discreta, gerando certo desconforto social, como demonstram os jornais. Afinal, o acesso ao gabinete era considerado uma inversão de papéis sociais, uma falta grave. Como aponta Dayanny Rodrigues (2019), a “posição ideal” à uma primeira-dama na esfera pública está subjugada a um plano secundário, coadjuvante.

O primeiro-damismo representa um espaço de atuação para as damas cujo dever moral é servir ao país fazendo uso dos seus atributos de mães e esposas em prol do bem-estar comum. Isso significa que, entre outras coisas, o primeiro-damismo

serve para reforçar e preservar a diferença da atuação de gênero: os homens devem cuidar dos assuntos sérios, de Estado, pois são dotados de racionalidade, enquanto as mulheres cuidam diretamente da população que delas necessita, através da assistência social e da filantropia, pois os sentimentos e a abnegação são entendidos como naturais a elas. Trata-se pura e simplesmente da reprodução da lógica de cuidado materno e matrimonial: assim como a presença de um filho/marido que necessita de cuidados implica a necessidade de uma mãe/esposa para tutelá-lo, da mesma forma, a existência de parte da população desassistida demanda a interferência de uma primeira-dama.

O gabinete de Marisa Letícia ao lado do gabinete da Presidência não incomodou somente pelo livre acesso – e possível interferência – da primeira-dama aos assuntos de Estado. Pior do que o que ela poderia fazer, era o que ela não estava fazendo. Ao menos é isso o que comunica a nota da colunista do Jornal do Brasil, Dora Kramer, quando criticou a existência de tal gabinete sob a justificativa de que ela não dispunha de função (KRAMER, 2004, n/p). Quando Lula assumiu a presidência, os jornais não poupavam palavras para dizer da expectativa quanto a atuação da nova primeira-dama, Marisa. Ainda em julho de 2003, ano da posse, a mídia anunciava com anseio que Marisa Letícia assumiria a presidência de honra do Fome Zero:

Figura 3 - “Estréia”



**Estréia**  
A primeira-dama, Marisa Letícia, vai dividir o microfone com o presidente Lula. Menos que um discurso, porém, fará uma saudação ao assumir a presidência de honra da ONG Fome Zero.  
Sempre discreta.

Fonte: TAHAN, 2003.



Figura 4 - Bone da Fome

## **Sem discurso, Marisa assume cargo em ONG**

**PLÍNIO FRAGA**  
DA REPORTAGEM LOCAL

A primeira-dama Marisa Leticia Lula da Silva, 52, tinha discurso pronto para sua posse como presidente de honra da organização não-governamental Apoio Fome Zero, mas assumiu o cargo sem fazer sua estréia como oradora. "O presidente falou. Então eu não precisava falar", disse Marisa à Folha.

**Fonte:** FRAGA, 2003.

O Fome Zero foi criado em 2003 pelo governo federal em substituição ao Programa Comunidade Solidária. O objetivo do Programa Fome Zero era o combate à fome e à miséria. Para tanto, o projeto supôs que as ações do programa fossem acompanhadas de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais, visando uma ampla atuação nas estruturas de reprodução do ciclo da pobreza, apontada como a principal causa da fome no país. Em outras palavras, o programa combinava as políticas estruturais, voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos e reforma agrária, com intercessões de ordem emergencial, as chamadas políticas compensatórias, como a distribuição de alimentos, por exemplo.

Ainda que desde o seu projeto inicial o Fome Zero tenha apresentado uma perspectiva de alinhar o propósito da segurança alimentar à medidas estruturais, cujas estratégias são o pleno desenvolvimento econômico e social, o programa convocava a participação de setores da sociedade civil, sobretudo nas ações locais do programa, pelo estímulo ao trabalho solidário. Essa medida foi duramente criticada à época. Maria Carmelita Yazbek (2003, p. 49) afirmou que essas ações se mostraram "conservadoras e apoiadas em forte apelo humanitário, sem claras referências a direitos". O convite à primeira-dama para a presidência de honra da instituição também despertava preocupação quanto ao caráter conservador do programa, afinal a figura das primeiras-damas associadas à assistência era projetada para reforçar o clientelismo frente aos direitos sociais.

Diante de forte pressão e expectativa quanto ao papel que Marisa Leticia assumiria no governo, a presidência de honra do Fome Zero parecia mais uma

resposta imediata a esses apelos do que intenção de intervenção social. Cumpre observar que a presidência de honra não passa de mero título honorário, destituído de obrigações de qualquer natureza. Isso pareceu ter sido sentido pela mídia. Em dezembro de 2003 o Jornal do Brasil publicou a seguinte nota:

A primeira-dama, Marisa Letícia, deve promover um leilão das jóias que ganhou durante visita aos Emirados Árabes, para doar o dinheiro ao programa Fome Zero. Segundo fontes do Palácio do Planalto, Marisa deve se pronunciar sobre o assunto nos próximos dias. (PRIMEIRA-DAMA, 2003)

Afirmar que a primeira-dama doaria joias ao programa social soava como uma provocação diante da falta de movimento de Marisa frente às questões sociais durante aquele primeiro ano de mandato. Tratava-se, até o momento, de uma primeira-dama que não se envolvia com a assistência social como as anteriores, o que gerava incômodo pela fixação no imaginário coletivo da relação entre primeiras-damas, benesse estatal e assistência aos pobres, como nos coloca Maria do Carmo Falcão (1990). A expectativa pela doação de joias também apontava para o tipo de ação esperada da primeira-dama: de caráter filantrópico. Ademais, havia outro chamado que Marisa Letícia não estava atendendo: ao da “natureza feminina”, responsável pela bondade e benevolência das mulheres. Ao não doar as joias, Marisa Letícia demonstrava o seu egoísmo, atributo que não correspondia as expectativas de feminilidade.

Sobretudo, o não envolvimento da primeira-dama com a assistência social demonstra menos da personalidade de Marisa Letícia e mais do esforço dos governos petistas em desvincular a figura das damas das secretarias de assistência social. Conforme o capítulo III da L8742, a instância coordenadora da assistência social deveria ficar sob a responsabilidade do Ministério do Bem-Estar. O objetivo era a profissionalização do campo e a aproximação com a ideia de direito da política social, conforme previa a LOAS e a Constituição de 88. Nesse sentido, é possível afirmar que a Marisa Letícia não foi uma primeira-dama aos moldes das damas anteriores, diferenciando-se inclusive de Ruth Cardoso, com quem era frequentemente comparada em reportagens nos jornais:

É compreensível que Marisa Letícia, de origem humilde e sofrida trajetória, protagonize momentos de deslumbramento explícito. Estaria melhor no retrato, por exemplo, se tivesse repassado à União as jóias que ganhou num emirado árabe.

[...] Ruth Cardoso seria a prova incontestável de que milagres civilizatórios ocorrem mesmo nos grotões do planeta. Foi a única que chegou a Brasília com profissão definida. E luz própria: durante oito anos, a luminosidade da antropóloga dedicada a programas sociais clareou o coração do poder. Marisa Letícia deveria mirar-se no exemplo de Ruth. Se aceitar o conselho, deixará de viajar tanto com o presidente. E nunca mais promoverá festas juninas em julho, como no ano passado. É uma desfeita aos santos fogueteiros. É pecado mortal. E é pura piração. (NUNES, 2006)

A menção às joias que Marisa não doou ao Fome Zero e a explícita comparação com Ruth Cardoso demonstram que apesar dos esforços de Ruth em se desvencilhar da imagem de primeira-dama benevolente, a sua atuação pública findou no imaginário coletivo a efígie de “mãe da pátria” – tomando emprestado a expressão que aparece no título da reportagem supracitada. As provocações à Marisa apareceram até o fim dos dois mandatos em que Lula foi presidente. Em 2009, uma nota no jornal dizia “Ela é muito discreta. [...] Nem sei qual é o cargo que ela ocupa” (CORREIA, 2009).

No dia 06 de fevereiro de 2020 foi lançado, em São Paulo, “Marisa Letícia Lula da Silva”, uma biografia de Marisa Letícia Casa, ex-primeira-dama. A obra é resultado de dois anos de trabalho do jornalista Camilo Vannuchi, filho de Paulo Vannuchi, também jornalista e ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos do segundo governo Lula (2005-2010). Em entrevista para a Rede Brasil Atual (MOTTA, 2020), Camilo afirma que para construir a biografia da ex-primeira-dama, visitou os lugares por onde Marisa passou e entrevistou cerca de 90 pessoas. A entrevista com a biografada, contudo, nunca aconteceu. O *estilo* de damismo de Marisa Letícia foi muito discreto, não era do seu feitio discursar em cerimônias oficiais ou conceder entrevistas para a mídia. Isso, somado à escrita póstuma da sua biografia, resultou em 408 páginas de história narrada a partir do olhar do outro. Lamentavelmente, a biografia de Marisa parece mais um livro sobre o ex-presidente Lula, quando muito, sobre o casal “Lula da Silva”, e é desse lugar que a sua história é narrada.

Diante do exposto, concluímos que o primeiro-damismo de Marisa Letícia teve como diferencial a ruptura com a administração das políticas de assistência social. Se tomarmos como aporte a teoria de controle social que embasa os estudos sobre as primeiras-damas desenvolvidos no campo do Serviço Social, é possível dizer que não houve primeiro-damismo nos governos Lula. Contudo, amparados pelas teóricas de gênero, identificamos discursos e posturas que apontam para outras

formas de representação da feminilidade na ex-primeira-dama. A personificação da família nuclear burguesa, constituída pelo casal heterossexual onde o homem serve como provedor, preocupado com as questões da masculinidade como a vida pública, enquanto a mulher desempenha a função e os trabalhos de cuidado, também serve para constituição de capital político. A representação simbólica imprime sobre os governantes e as suas companheiras as figuras de pai e “mãe da pátria” (NUNES, 2006), de modo que o sucesso do casal na vida privada passa a mesma confiança de estabilidade na vida pública.

No próximo item analisamos a política econômica do governo petista para compreender as permanências, as rupturas e os usos do primeiro-damismo de Marisa Letícia em relação ao projeto político do governo no poder.

### 3.3 NEODESENVOLVIMENTISMO: OS GOVERNOS PETISTAS ENTRE 2003 E 2011

Como apontamos anteriormente, foi ante um cenário de alto endividamento público e profunda crise econômica que o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições para a Presidência do Brasil em 2002, após três derrotas para o PSDB (em 1989, 1994 e 1998). Apresentando como candidato um dos mais importantes líderes sindicais do país, o Luiz Inácio Lula da Silva, *aka* Lula, a vitória do PT foi recebida com excitação pelos setores progressistas, uma vez que o partido se erigiu no cenário como a grande alternativa à esquerda do espectro político (REIS, 2007).

A criação do Partido dos Trabalhadores tem origem nas greves dos operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo, em 1978, período de declínio da ditadura militar brasileira. De acordo com Daniel Reis (2007, n/p), também ingressaram nas articulações que deram origem ao PT a Convergência Socialista, grupo revolucionário trotskistas, e grupos remanescentes de organizações que lutaram contra a ditadura militar, como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, a Ação Libertadora Nacional, a Ação Popular Marxista-Leninista, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o Movimento de Emancipação do Proletariado e militantes radicais da esquerda católica. De acordo com o autor,

Para toda esta gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia

revolucionária, enunciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de K. Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido independente do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças burguesas, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das principais tradições que haviam animado as lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas [...]. (REIS, 2007, n/p).

Fundado oficialmente em 1980, o PT teve a sua primeira experiência eleitoral já em 1982, elegendo 08 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em todo o país (REIS, 2007). Desde a sua fundação, o Partido se engajou em diferentes manifestações pelo país, ficando conhecido pela militância política em prol das/os trabalhadoras/es. Em 1984, o PT participou da campanha Diretas Já que propunha o fim das eleições indiretas impostas pela ditadura militar desde 1964.

A primeira eleição direta para a presidência aconteceu em 1989. Com propostas de caráter socialista revolucionário, como a anulação da dívida externa e uma reforma agrária radical, por exemplo, o PT lançou Lula como candidato a presidência. Para Daniel Reis (2007), a campanha tinha o objetivo de projetar o partido no cenário nacional, com vistas a acumular força política, popularizar as lideranças do PT e fomentar discussões. Embora a vitória não fosse esperada naquele momento, Lula surpreendeu alcançando o segundo turno da disputa eleitoral, onde acabou derrotado por Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional, o PRN, que reunia setores da direita e da elite brasileira (MACIEL, 2011).

O Partido dos Trabalhadores lançou Lula como candidato novamente nas eleições presidenciais de 1994, quando teve como seu maior adversário Fernando Henrique Cardoso, que decidiu se candidatar após o sucesso da implementação do Plano Real. Lula ficou em segundo lugar na disputa, perdendo para FHC que venceu logo no primeiro turno com 55,22% dos votos. Fernando Henrique garantiu a sua reeleição em 1998 no primeiro turno, com 53,06% dos votos. Lula alcançou a marca dos 31,71% de votos e, embora distante do primeiro colocado, ocupou novamente o segundo lugar na disputa.

Em 2002, em meio a uma profunda crise econômica, desvalorização cambial, aumento da inflação e conseqüente hesitação de investidores financeiros, Lula venceu o José Serra, à época a frente do PSDB, com 61,27% dos votos no segundo turno.

A ascensão de um candidato à esquerda foi vista com desconfiança por setores do mercado financeiro. Nas duas disputas para a presidência anteriores, o PT teceu duras críticas à hegemonia neoliberal e as políticas econômicas do PSDB, sobretudo aos acordos entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (NOVELLI, 2010). Na campanha de 2002, buscando credibilidade frente ao mercado financeiro, o discurso do Partido dos Trabalhadores mudou. A *Carta ao povo brasileiro*, apresentada por Lula em 22 de junho de 2002, estabeleceu um marco sobre essa mudança. No documento, o então candidato sinalizou que pouco mudaria nas políticas econômicas porque, nas palavras do próprio, “a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena”. Os ataques a hegemonia neoliberal foram apaziguados e a gestão do PSDB foi apontada como principal causa à crise econômica:

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira. (LULA DA SILVA, 2002, n/p).

Para tranquilizar o setor econômico, o Partido dos Trabalhadores assegurou o apoio do governo à competitividade na economia e políticas de incentivo à indústria. Assim, se comprometeram com a mudança dentro dos interesses do mercado e se afastaram de propostas e temáticas consideradas mais radicais. Essa mudança no discurso – e na postura – do PT foi vista, para alguns, como estratégia para obter a vitória nas eleições. “Havia quem acreditasse que, uma vez ganha a confiança dos ‘mercados’, haveria uma ‘fase 2’ ou ‘plano B’” (NOVELLI, 2010, p. 229). Passados anos no governo, contudo, a orientação do partido não mudou, o que desagradou alguns núcleos progressistas mais radicais dentro e fora do PT<sup>1</sup>.

Compreender a trajetória do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação até a ascensão à presidência nos permite analisar as relações que sustentaram a construção de um projeto de governo à esquerda. Interessa-nos, sobretudo, compreender as bases que ampararam o projeto de cidadania e proteção social que levaram a construção das políticas de assistência social no período. Grosso

modo, para a literatura especializada<sup>2</sup>, o primeiro mandato de Lula é caracterizado pela recuperação econômica e por poucas políticas sociais significativas. Significa dizer, portanto, que a questão social não esteve no centro das preocupações naquele momento. No segundo mandato, com a economia em recuperação, Lula ampliou expressivamente a cobertura das políticas de assistência social. Apesar disso, a prioridade dada à política econômica no primeiro momento manifesta que a condução da assistência social esteve subordinada à estabilidade financeira, assim como aconteceu no governo FHC.

Cumpra-se observar que, no que tange às políticas sociais, dois documentos foram criados, antes e após as eleições, para estabelecer as direções a serem seguidas pelo governo no poder. O *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*, produzido em 2001, e *Política econômica e reformas estruturais*, lançado após a posse de Lula, em abril de 2003.

As diferenças entre os dois documentos ilustram bem o deslocamento dos princípios do PT no período de campanha eleitoral. O *Projeto Fome Zero*, assinado por 45 pesquisadores petistas do Instituto Cidadania<sup>3</sup>, apresenta uma série de políticas divididas em políticas estruturais, específicas e locais. No todo, o *Fome Zero* combina geração de emprego e aumento de renda, reforma agrária, previdência social universal, distribuição de renda, incentivo à agricultura familiar, combate à desnutrição infantil, melhora e ampliação da merenda escolar, doação de cestas básicas, entre outras medidas. Assim, estabelece um projeto de política pública de combate à fome de estrutura ampla.

A apresentação do documento não mostrou nenhuma preocupação com a moderação no discurso. Falou-se em alimentação de qualidade como “direito inalienável de todo cidadão” sendo, portanto, “dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 6). Ademais, a concentração de renda foi apontada como causa para a fome no Brasil, justificando a necessidade de um projeto que combinasse medidas emergenciais – chamadas de “compensatórias” no documento – com políticas estruturais:

Limitar-se a estas últimas [ações emergenciais] quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza – como ocorre hoje no Brasil – significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 6)

O segundo documento, *Política econômica e reformas estruturais*, foi assinado pela equipe do Ministério da Fazenda do governo, composta por economistas de orientação liberal ligados à PUC-Rio (NOVELLI, 2010). Focado na política econômica, a política social apareceu em capítulo específico, denominado *Diagnóstico*, no subitem *Distribuição de renda, gastos sociais e política econômica*. Sem propostas concretas, o documento apresentou um diagnóstico da desigualdade e a relação com a economia. A possível causa para a pobreza não é discutida no texto, como acontece no documento *Projeto Fome Zero*, que aponta a concentração de renda como causa à desigualdade. Mais moderado, o termo “concentração de renda” aparece somente para justificar a necessidade de Reforma da Previdência, no capítulo referente as *Reformas Estruturais*, sob o argumento de que “as transferências de previdência realizadas pelo governo não contribuem para reduzir a concentração de renda da economia brasileira” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2003, p. 76).

Para minar os efeitos da desigualdade na sociedade brasileira, propõe-se a focalização e a eficiência dos gastos.

Na realidade, um programa de grande eficácia e gerido de forma muito eficiente, caso esteja direcionado para famílias não-pobres, seguramente não poderá ser efetivo no combate à pobreza. Em outras palavras, não se pode esperar ter uma política social efetiva no combate à pobreza e ao mesmo tempo ter grande parte dos recursos desviados para atender às necessidades de segmentos não-pobres da população, permitindo que boa parte dos realmente pobres esteja excluída. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2003, p. 50)

Longe do que se projetava com o *Fome Zero*, no *Política econômica e reformas estruturais* a focalização apareceu como medida solitária. Não se falava sobre políticas universais além da previdência, sobre a qual os esforços estavam concentrados na sua reforma, em nome do déficit fiscal. A mudança de postura expressa no documento contradiz o texto de 2001 no que se refere as “políticas compensatórias”, consideradas insuficientes, desperdício de recursos e uma grande ilusão no combate à desigualdade, pois só fazia “perpetuar o problema”.

Diante do exposto, tomamos Potyara Pereira (2012, p. 738) quando esta questiona, “por que o combate à concentração de riquezas não é alvo preferencial dos governos, mas sim, a redução ou o alívio da pobreza?”. Para responder esta questão, Potyara chama a atenção para um “contínuo e crescente esvaziamento do padrão



capitalista de Estado social de direito em favor do padrão capitalista de Estado neoliberal meritocrático” (PEREIRA, 2012, p. 738).

## 4 PRIMEIRO-DAMISMO PÓS-GOLPE DE 2016: NEOCONSERVADORISMO E INTENSIFICAÇÃO NEOLIBERAL

Neste, que é o terceiro e último capítulo desse trabalho, a nossa pesquisa desenha o trajeto do golpe de Estado que depôs a primeira mulher eleita para o cargo de Presidenta da República no Brasil e as características socioeconômicas dos governos subsequentes: governos Temer e Bolsonaro. Analisando os discursos que atravessaram o processo de *impeachment*, refletimos sobre as narrativas que assentaram o terreno para o primeiro-damismo de Marcela Temer e Michelle Bolsonaro, caracterizado pelo neoconservadorismo.

### 4.1. IMPEACHMENTE REAÇÃO NEOLIBERAL: OS PROGRAMAS CRIANÇA FELIZ E PÁTRIA VOLUNTÁRIA COMO OPOSIÇÃO A PROTEÇÃO SOCIAL NEODESENVOLVIMENTISTA

Como vimos no capítulo anterior, os governos Lula (2003-2011) foram marcados pela continuidade de políticas econômicas neoliberais somados a priorização da redução das desigualdades pela ampliação do acesso da população aos direitos sociais. Essa característica da governabilidade petista foi denominada por alguns autores como neodesenvolvimentismo (ALVES, 2014; SAMPAIO JR., 2012; BOITO JR., 2018; MATTEI, 2012), e teve sua continuidade nos anos seguintes, com a sucessão do Partido dos Trabalhadores pela vitória eleitoral de Dilma Vana Rousseff.

Dilma, a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil, fez parte do governo Lula como Ministra de Minas e Energia, no primeiro mandato, e como Ministra-chefe da Casa Civil, no segundo. Dessa forma, Dilma conseguiu visibilidade para a candidatura à presidência que ocorreu em 2010. Eleita no segundo turno, Dilma iniciou o primeiro mandato (2011-2014) mantendo a governabilidade de seu antecessor, caracterizada por um cenário político-econômico positivo, apesar da crise financeira que atravessava o mercado europeu desde 2008 (KELLER, 2019). Em agosto de 2011, buscando sustentar o equilíbrio econômico do país frente à crise, Dilma apostou em ações intervencionistas como redução das taxas de juros, uso intensivo do BNDES, implementação de políticas industriais, desonerações, plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do

real, controle sobre o fluxo de capitais estrangeiros e proteção ao produto nacional (SINGER, 2018, n/p). Para André Singer (2018), essas medidas adotadas por Dilma confrontavam o “poderoso setor financeiro” e significavam a compra de “brigas inéditas”, uma vez tomadas direções diferentes das medidas de conciliação pactuadas por Lula:

[...] do ponto de vista político ocorre uma inflexão [entre Lula e Dilma]. Lula sempre operou nas margens, evitando o confronto. Quando a resistência surgia, ele a tangenciava. Dilma, ao contrário, entrava em combate. [...] Além de enfrentar o núcleo que organiza o capital, Dilma decidiu publicizar a queda de braço. Em fevereiro de 2012, o boletim do Ministério da Fazenda publicava que o spread no Brasil era "elevado na comparação com outras economias". Explicitava, então, que a expectativa era de que o spread caísse "devido ao ciclo de queda dos juros" iniciado em agosto do ano anterior. Duas semanas mais tarde, [...] em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado declarou que a redução do spread era "prioridade do governo" e "determinação" da presidente da República. A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem emanada do topo do poder Executivo. O recado [...] não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir no motor da atividade capitalista, a saber, o lucro. (SINGER, 2018, n/p)

Apesar dos conflitos gerados com o setor financeiro, até os protestos iniciados em Junho de 2013 o governo Dilma tinha grande aprovação nas pesquisas. De acordo com a assistente social Suéllen Bezerra Alves Keller (2019), a estabilidade política do governo Dilma sofreu uma queda devido a quatro elementos: os protestos de Junho de 2013; o processo de desaceleração econômica e aumento do desemprego; os escândalos de corrupção denunciados na operação denominada “Lava-Jato”; e a crise política do presidencialismo de coalização (KELLER, 2019, p. 85). Esses fatores combinados levaram o índice de aprovação da ex-presidenta cair de 57% para 30% em 2013. (SINGER, 2018). Apesar disso, Dilma Rousseff tomou posse para o seu segundo mandato como Presidenta da República no dia 1º de janeiro de 2015, após vencer no segundo turno, com 51,64% dos votos, em disputa acirrada contra Aécio Neves (PSDB).

No pós-eleição, pela primeira vez desde a redemocratização, uma auditoria foi solicitada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo PSDB, que alegava falta de confiabilidade da apuração dos votos e na urna eletrônica. Em dezembro de 2014, o PSDB pediu a cassação do registro da coalizão vitoriosa, solicitação arquivada em fevereiro de 2015 pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, mas reaberta pelo ministro Gilmar Mendes. Em janeiro de 2016 já havia dois projetos paralelos para

destituir a ex-presidenta Dilma do poder, acompanhados de forte agitação nas ruas, em protestos organizados pelo *impeachment*. O ponto chave para o impedimento do mandato da presidenta foi, contudo, um documento acusatório formulado por Miguel Reale Jr.<sup>7</sup>, Hélio Bicudo<sup>8</sup> e Janaina Paschoal<sup>9</sup>. O documento mencionava a Lava-Jato, compra da refinaria de Pasadena, as investigações em curso no TSE e as chamadas pedaladas fiscais – sendo, esta última, a principal delação contra Dilma, acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal.

Após três meses de tramitação do processo de *impeachment*, em 31 de agosto de 2016 Dilma Rousseff foi afastada do cargo de Presidenta da República, após caricata votação em plenário que aconteceu ante gritos de guerra que ecoavam “pela família e por Deus”<sup>10</sup>, denunciando o caráter conservador imbricado ao processo. Nas ruas, parte da população denunciava um golpe de Estado em curso, “empenhado sobre novas estratégias políticas, que não a repressão militar” (KELLER, 2019, p. 86).

Alysson Leandro Mascaro (2018), analisando o processo de *impeachment* da ex-presidenta, afirmou que este evento simboliza tanto a crise capitalista, originada no declínio econômico mundial de 2008, quanto o colapso da faceta neoliberal de desenvolvimentismos divergentes na política brasileira. Suéllen B. A. Keller (2019) concorda com esta tese, afirmando que o golpe de 2016 se situa na abrupta ruptura do projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas. Em outras palavras, significa dizer que o golpe se deu motivado, entre outras coisas, pela necessidade de

---

<sup>7</sup> Miguel Reale Júnior é um jurista, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras. Foi Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo em 1983; em 1995, foi Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público, também do Estado de São Paulo; e em 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, atuou como Ministro da Justiça. No momento da construção do documento acusatório contra a ex-presidenta Dilma, Reale Jr. era filiado ao PSDB.

<sup>8</sup> Hélio Pereira Bicudo foi um jurista e militante de Direitos Humanos. Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1947. Foi vice-prefeito de São Paulo (2001-2005); Deputado Federal de SP (1991-1999); Secretário de Negócios Jurídicos de SP (1989-1990); e Ministro da Fazenda do Brasil no governo João Goulart (1963). Hélio Bicudo foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, partido ao qual foi filiado até 2005. No momento do *impeachment*, Hélio Bicudo estava sem filiação partidária. O jurista faleceu em 2018, aos 96 anos, em decorrência de problemas cardíacos.

<sup>9</sup> Janaina Conceição Paschoal é Doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, título concebido em 2002 a partir de tese orientada por Miguel Reale Júnior. Professora da USP, Janaina se filiou ao Partido Social Liberal (PSL) em 2018 para concorrer à Deputada Estadual, vencendo as eleições como a deputada mais votada do Brasil. Atualmente Janaina é filiada do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro.

<sup>10</sup> O G1 publicou uma matéria sobre os termos mais citados durante a votação do *impeachment*. De acordo com a reportagem, além de “Deus”, foram citadas as palavras “família”, “golpe” (pelos deputados contrários ao impedimento), “ruas” (em relação às manifestações pró e contra o processo), “democracia”, “povo”, “respeito”, “corrupção”, “esperança” e outras. (REIS, 2016)

reordenação da ordem neoliberal e pelo incômodo gerado com o investimento em políticas sociais e ampliação do acesso à direitos. Atestando esse argumento, o ex-vice-presidente de Dilma, Michel Temer, ao ocupar o lugar da presidência, tomou uma série de medidas que denunciavam uma guinada ao neoliberalismo no Brasil.

Buscando mudar a direção das estratégias econômicas dos governos anteriores para estratégias mais liberais, Temer implementou a Proposta de Ementa Constitucional (PEC) nº 241/2016 (Emenda Constitucional nº 95) que limitou os gastos públicos por 20 anos, impactando diretamente as áreas de saúde, educação, habitação, segurança alimentar e assistência social.

Para Souza e Hoff (2019), dessa forma Temer enxugou significativamente o Estado e impediu que o sistema constitucional de proteção social funcionasse adequadamente no atendimento à população. Outra mudança proposta foi a reforma da previdência, expressa na PEC 287/2016, que aumentou de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição e exigia, ainda, ao menos 49 anos de contribuição previdenciária para acesso ao benefício integral. Buscando a diminuição do Estado, o governo Temer previa ainda privatizações, mudança do marco regulatório do pré-sal e a aprovação da Lei nº 13.429/2017 que permitia a terceirização de trabalhadores/as. Dessa forma, o governo já apresentava uma ruptura com o compromisso social que marcou os governos anteriores. (SOUZA; HOFF, 2019).

Seguindo esta lógica de diminuição da força estatal, no dia 05 de outubro de 2016, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, reuniram-se o então presidente Michel Temer, a primeira-dama Marcela Temer e o Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para o lançamento do Programa Criança Feliz. Instituído sob o Decreto nº 8.869/2016, o programa tem como foco o atendimento de gestantes e crianças de até seis anos de idade, auxiliando no “desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida” (BRASIL, 2016). O Art. 3º do Decreto apresenta como objetivos do Programa:

- I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e  
V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (BRASIL, 2016)

Para atingir esses objetivos, o Decreto aponta as seguintes frentes de atuação:

I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;  
II - a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da intersetorialidade;  
III - o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;  
IV - o apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, visando à mobilização, à articulação intersetorial e à implementação do Programa; e  
V - a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral. (BRASIL, 2016)

As particularidades, materialização e o desenvolvimento de tais ações não são bem definidas, tampouco a natureza das visitas domiciliares aos e às assistidas, que parece ser o ponto forte da iniciativa. Historicamente, a visita social como método de ação assistencial remonta ao movimento higienista iniciado na Europa no século XIX e cujos ideais foram aplicados no Brasil no início do século XX.

O movimento higienista – ou “sanitarista”, como alguns autores convencionaram chamar – tem sua origem na Revolução Industrial, tensionado pelos problemas sociais surgidos nas cidades a partir da nova rotina das fábricas. A nova lógica de produção e consumo, nesse contexto, trouxe para o centro do debate a saúde pública. As fábricas precisavam de trabalhadores fortes e saudáveis, dóceis e disciplinados, movimentando todo um grupo de pessoas preocupadas com a saúde física e moral dos trabalhadores.

O movimento higienista mobilizou filantropos, médicos-sanitaristas, políticos, organizações caritativas, maternalistas e outros, caracterizando-se como um movimento teórico e ideologicamente heterogêneo. Argumentos biológicos, sociais, liberais e progressistas engrossavam o caldo do higienismo que apontava os “maus hábitos” de famílias paupérrimas como as causas para diversos problemas sociais, desde a mortalidade e enfermidade infantil até a imoralidade da população. Para corrigir isso, ideais médicos-sanitários eram difundidos, alcançando principalmente as mães e crianças pobres, acessadas através das visitadoras sociais que

acompanhavam as famílias sob o pretexto de orientar no puerpério e na higiene com os filhos (CAMARA, 2011). Em território brasileiro, o higienismo esteve atrelado à um ideal ainda mais perverso, o eugenismo, que envolvia, além das problemáticas supracitadas, a preocupação com o embranquecimento da população e a higiene da raça (CUNHA; AGUIAR, 2020).

No ato de Cerimônia de Lançamento do Programa Criança Feliz, a ex-primeira-dama, Marcela Temer, foi apresentada como Embaixadora do projeto. De acordo com o dicionário *online Priberam*<sup>11</sup>, embaixador é um “emissário, mensageiro”, um “representante” ligado geralmente ao “âmbito cultural ou humanitário”; o dicionário *Michaelis*<sup>12</sup> define embaixador como a “pessoa encarregada de missão pública ou particular”. Assim, a “função” da primeira-dama seria a de divulgar o projeto pelo país (REDAÇÃO VEJA [...], 2017), muitas vezes em reuniões com outras primeiras-damas (QUIXABEIRA, 2017).

No discurso de lançamento, Marcela fez uso de um tom de voz emotivo para falar sobre a importância do cuidado materno na primeira infância, capaz – nas palavras dela – de proporcionar um desenvolvimento saudável e feliz aos “pequenos”. Ela disse, ainda, que “cuidados na primeira infância ajudam a inibir comportamentos agressivos e violentos em adolescentes”. Ao sugerir que o problema da violência reside na falta de cuidado materno na primeira infância, a primeira-dama isolou os indivíduos do seu contexto social e reduziu a solução de um problema complexo à um “hábito” que poderia ser corrigido. Corroborando com os ideais higienistas, ela retirou os aspectos históricos, culturais e socioeconômicos que envolvem esse debate e centralizou o problema nas dinâmicas intrafamiliares.

Portanto, resta-nos concluir que, do mesmo modo que as visitas domiciliares no século XIX, as visitas do Programa Criança Feliz tinham caráter reparador: para prevenir a violência e outras mazelas sociais, as visitadoras deveriam “orientar” as mães no cuidado com os filhos. Assim, enquanto as mães são responsabilizadas pela violência, os indivíduos pelo desemprego, às famílias pela pobreza e toda “má sorte”, o Estado e o mercado se esquivam de responsabilidades

---

<sup>11</sup> Embaixador. **Dicionário Michaelis**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/embaixador>. Acesso em: 24 jul. 2022.

<sup>12</sup> Embaixador [a]. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/embaixador>. Acesso em: 24 jul. 2022

frente aos problemas causados pelo acúmulo de capital e consequente aprofundamento da pauperização da população.

Ainda sobre as frentes de atuação do programa, destacamos a intersectorialidade das políticas, o que significa que o Programa Criança Feliz sozinho deve atender questões de saúde, assistência social, educação, direitos humanos, cultura e direitos das crianças e dos adolescentes, conforme o Art. 5º do Decreto estabelece (BRASIL, 2016). Essa medida sobrecarrega e consequentemente inviabiliza o efetivo desenvolvimento da política, que deveria ser executada pelos governos municipais.

Para administrar o projeto, o Decreto prevê um Comitê Gestor composto pelos titulares, representantes e suplentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – responsável por planejar e articular os componentes do Criança Feliz –, e dos Ministérios da Justiça e Cidadania, da Educação, da Cultura e da Saúde. Representantes de outros órgãos e/ou instituições “envolvidas com o tema” também podem ser convidados a participar do Comitê Gestor. Sobre isso, destacamos que o Decreto estabelece que a participação dos representantes do Comitê não será remunerada, pois “será considerada prestação de serviço público relevante” e que, de acordo com o Art. 9º, a execução do programa poderá ser firmada a partir de parcerias com órgãos e entidades privadas, além de públicas (BRASIL, 2016).

Ao justificar a não remuneração de profissionais envolvidos com o programa – observado nos membros do Comitê Gestor, na atuação da primeira-dama e no envolvimento de instituições privadas – como “um serviço público relevante”, o programa trata a assistência social como uma atividade de honra e a reveste de moralidade, causando um efeito *desprofissionalizante* na política pública. Ademais, a metodologia de “visitadores sociais” adotada como ação de trabalho social remete a uma concepção assistencialista que fere os princípios e diretrizes da LOAS, como a universalização dos direitos sociais e o “[...] respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”. A dependência do terceiro setor enfraquece a responsabilidade do Estado, ferindo também a III diretriz do art. 5º da Lei, que define “[...] primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo”. (BRASIL, 1993)



Dessa forma, o Programa Criança Feliz assentou o terreno para o retorno do primeiro-damismo e do assistencialismo no país, revelando um grave retrocesso no que se refere às políticas de assistência social. Essa tendência regressiva nas políticas sociais foi denunciada pelas assistentes sociais como projeto inerente ao Golpe de 2016 (KELLER, 2019; SILVEIRA, 2017), e teve continuidade no governo seguinte, o governo Bolsonaro, vigente durante a pesquisa e escrita deste trabalho.

Jair Bolsonaro foi eleito presidente em outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos. Ex-militar, abertamente favorável à Ditadura, ultraneoliberal, conservador e crítico à “esquerda” e suas pautas, Bolsonaro desbancou o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, sob a promessa de instituir reformas favoráveis ao mercado (AVRITZER, 2016). No âmbito da assistência social, o novo governo lançou, em julho de 2019, pouco mais de seis meses após a posse, o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, denominado Pátria Voluntária. Instituído sob o Decreto 9.906/2019, o Programa tem as seguintes finalidades:

- I – promover o voluntariado de forma articulada entre o Governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado; e
- II – incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade. (BRASIL, 2019)

Se no Programa Criança Feliz o voluntariado aparece timidamente, no Pátria Voluntária ele se torna o objetivo central, o grande escopo da política social. O voluntariado é uma estratégia de política pública vinculada a um esforço de desmonte da justiça social, pregoada pelo neoliberalismo. No primeiro capítulo de “Nas ruínas do neoliberalismo”, Wendy Brown discorre sobre a intensão dos Estados neoliberais em destruir a ideia de sociedade e justiça social; o que ocorre, de acordo com a autora, através de privatizações, terceirizações, até mesmo a completa eliminação de qualquer resquício de bem-estar social (BROWN, 2020). O voluntariado, nesse caso, é a terceirização das tarefas do Estado ou, em outras palavras, a delegação das atribuições e responsabilidades estatais aos indivíduos.

Em 2019, ano de lançamento, o Programa esteve vinculado ao Ministério da Cidadania, que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Em 2020, o Decreto nº 10.501/2020 instituiu que a coordenação do Programa será da Casa Civil da Presidência da República. Essa forma de organização colocou serviços sociais diretamente ligados as vontades da figura presidencial, tirando a autonomia

prevista pelo SUAS. A Norma Operacional Básica do SUAS prevê, como objetivo do sistema, a gestão compartilhada e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, articulados. Dessa forma, o Pátria Voluntária presta assistência paralelamente ao SUAS, independentemente de suas regulações e normas. Assim, além de assimilar a assistência à figura do presidente, contribui para o esvaziamento e enfraquecimento do Sistema Único de Assistência Social, construído a partir da LOAS.

Ao Pátria Voluntária, ficou estabelecido as seguintes competências:

- I - firmar parcerias com entidades públicas ou privadas com vistas à mobilização, à divulgação e ao desenvolvimento de atividades voluntárias;
- II - fomentar projetos de cooperação nacional e internacional para a promoção do voluntariado;
- III - promover a integração das bases de dados sobre entidades responsáveis por atividades voluntárias;
- IV - promover o desenvolvimento e a gestão da base de dados e das estatísticas sobre as atividades de voluntariado no País;
- V - dar visibilidade a projetos e voluntários de destaque nacional, regional e local;
- VI - fomentar estudos e pesquisas sobre o voluntariado no País; e
- VII - elaborar relatório de atividades e de execução do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. (BRASIL, 2019)

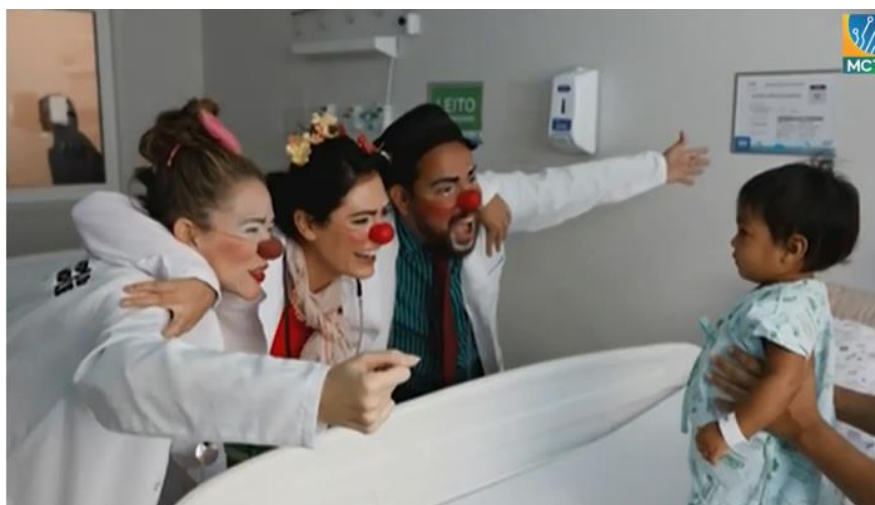
O Decreto institui um Conselho para o Pátria Voluntária, composta por um/a representante da Controladoria-Geral da União, da Secretaria de Governo da Presidência da República e dos Ministérios do governo (da Casa Civil; da Justiça e Segurança Pública; da Defesa; da Economia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Cidadania; da Saúde; das Comunicações; da Ciência, Tecnologia e Inovações; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Regional; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), além de quinze representantes da sociedade civil “com reconhecida atuação em atividade voluntária” (BRASIL, 2019). Assim como no Programa Criança Feliz, a participação de membros no Conselho é não-remunerada. Ademais, pelo Decreto, cabe ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil escolher o/a Presidente/a e Vice-Presidente/a do Conselho. Michelle Bolsonaro, a primeira-dama, foi apresentada como Presidenta do Conselho já na Cerimônia de Lançamento do Programa que aconteceu no Hospital da Criança de Brasília. Na ocasião, o então Ministro da Cidadania, Osmar Terra, afirmou em discurso:

Qualquer país do mundo, por mais rico que seja, por maior orçamento que tenha na área social, ele precisa do voluntariado para chegar a todos. E o voluntariado é um instrumento pouco utilizado no Brasil. As pessoas ficam

muito esperando que o governo resolva tudo, que o governo atenda a todos, e nós estamos numa situação de dificuldade, de crise, e o voluntariado pode ajudar para que ninguém fique para trás nessa dificuldade, [para] que todos tenham, de alguma forma, algum tipo de atendimento. (LANÇAMENTO..., 2019)

O Presidente da República e a primeira-dama também discursaram na cerimônia. Em vídeo sobre o lançamento do Pátria Voluntária, curiosamente divulgado pela plataforma oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no *Youtube*, Michelle Bolsonaro afirma que “lutaremos [o Conselho] para que o voluntariado seja a marca do novo governo” (LANÇAMENTO..., 2019). Ao final, são exibidas imagens da primeira-dama em ações em que trabalhou como voluntária, “para dar o exemplo” – como diz a narração do vídeo: são fotografias de Michelle atuando em campanhas de doação de sangue; como palhaça em um hospital infantil; e outras atividades não identificadas.

Figura 5 - Michelle Bolsonaro em voluntário em hospital infantil.



Fonte: (LANÇAMENTO..., 2019).

Figura 6 - Michelle Bolsonaro usando fantasia de palhaço para trabalho voluntário em hospital infantil



Fonte: (LANÇAMENTO..., 2019).

O Relatório social 2019-2020, disponível no *site* oficial do Pátria Voluntária, apresenta-se as ações desenvolvidas pelo Programa durante o seu primeiro ano de existência<sup>13</sup>. De acordo com o Relatório, foram realizadas campanhas do agasalho e cobertores, arrecadação de brinquedos no Dia das Crianças e, frente à Covid-19, dois projetos buscaram atender demandas emergenciais: o Brasil Acolhedor e o Arrecadação Solidária.

A Arrecadação Solidária, em parceria com a Fundação Banco do Brasil – banco público em que o presidente do banco é nomeado pelo presidente da república – consiste na arrecadação de recursos financeiros da iniciativa privada. Através de um canal direto na plataforma do Pátria Voluntária, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode realizar doações a partir de R\$ 30,00. O valor arrecadado é recebido pela Fundação e distribuído por ela às instituições filantrópicas selecionadas. Num primeiro momento, a seleção das instituições aconteceu via prospecção direta – isto é, a própria Fundação Banco do Brasil selecionou as instituições que receberam o valor arrecadado – e, posteriormente, através de Chamadas Públicas para a seleção de entidades.

Por sua vez, o Brasil Acolhedor é uma iniciativa do Programa que visa mobilizar o atendimento à população “em situação de vulnerabilidade” através de doação de itens “de primeira necessidade”, como cestas básicas e produtos de higiene, que são doados diretamente às instituições selecionadas para sua distribuição. O nome da iniciativa – Brasil *Acolhedor* – expressa o ideal presente no

---

<sup>13</sup> Os outros anos foram impactados pela pandemia ou resolveram não publicar mais.

Programa, que trata a assistência como uma ação humanitária, de boa vontade individual de quem presta “acolhimento”. Tratar a assistência sob o viés da beneficência é esvaziar o social de sentido, do seu sentido político; afinal, como coloca Wendy Brown:

[...] o social é o local em que cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto. É o local em que somos admitidos como cidadãos com direitos políticos [...] e reunidos politicamente (não meramente cuidados) por meio da provisão de bens públicos, e que as desigualdades historicamente produzidas se manifestam como acesso, voz e tratamento políticos diferenciados, bem como o local em que essas desigualdades podem ser parcialmente corrigidas. (BROWN, 2020, p. 38)

O reforço ao voluntariado e às ações de caráter emergencial visíveis no Pátria Voluntária denunciam a intensificação das vias neoliberais nas políticas públicas de assistência social, fato anunciado desde o *impeachment* da ex-presidenta Dilma. À medida que iniciativas assistencialistas, como o Pátria Voluntária, tomam força e crescem, vê-se paulatinamente o desmonte de políticas e programas pré-estabelecidos e consideradas de sucesso, como o Programa Bolsa Família, que foi descontinuado pelo governo Bolsonaro em 2021.

Assistentes sociais denunciam a frágil estrutura constituída para as políticas sociais nos anos dos governos neodesenvolvimentistas, que possibilita o desmonte das políticas e a corrosão da institucionalidade democrática dos serviços socioassistenciais que se tentou construir ao longo da primeira década dos anos 2000 (KELLER, 2019; SILVA, 2020). Nesse contexto, o que se pode observar, como coloca Mossicleia Mendes da Silva (2020), é um crescente viés político e ideológico tradicional e conservador no âmbito da política social, responsável por recolocar no centro do debate e da ação social concreta o voluntariado e a terceirização como medidas de enfrentamento às expressões da pauperização. Mais uma vez, a atuação caritativa de instituições privadas, reforçadas pelo “exemplo” das primeiras-damas, desresponsabiliza o Estado diante da vulnerabilidade social.

## 4.2 *IMPEACHMENT* ANTES, DURANTE E APÓS: OFENSIVA NEOCONSERVADORA E OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO EM MARCELA TEMER E MICHELLE BOLSONARO

Na primeira seção deste capítulo examinamos os programas Criança Feliz e Pátria Voluntária, ambos apresentados à sociedade pelas primeiras-damas de Estado e ligados a um projeto de intensificação neoliberal e desmonte das políticas de proteção social no Brasil. Para tanto, iniciamos o texto falando brevemente sobre o processo de ascensão e queda da ex-presidenta Dilma Rousseff, bem como os processos políticos e socioeconômicos que motivaram o *impeachment*, pois compreendemos o Golpe de 2016 como parte do projeto político que se buscava consolidar nos governos subsequentes.

O desafio que nos propomos nesta pesquisa de dissertação foi pensar o gênero e a sua relação com o projeto político e socioeconômico, refletido nas múltiplas formas do primeiro-damismo brasileiro. Por esse motivo, assim como na primeira seção, iniciaremos esta segunda retomando o *impeachment* contra a ex-presidenta, sobretudo os discursos de gênero que, usando as palavras desta, “formaram a linguagem do golpe” (LIMA, 2021).

Como vimos em outros momentos nesse trabalho, as mulheres foram historicamente reservadas ao espaço privado, do lar, longe do espaço da esfera pública, da política, tradicionalmente masculinizados. Embora essas duas esferas – pública e privada – sejam necessariamente antagônicas, elas são codependentes, isto é, necessitam uma da outra para adquirir significado nas relações de poder. E qualquer deslize entre essas esferas representa uma ameaça na estrutura de poder que é, por elas, sustentada. Diante disso, observamos que em 120 anos de República o Brasil teve apenas homens a frente do poder executivo, estrutura essa que teve o seu “deslize” apenas em 2011, ano da posse da primeira presidenta desse país.

A exemplo da República brasileira, podemos dizer que os papéis de Presidente/Primeira-dama são necessariamente a reprodução da lógica público/privado, uma vez que as funções atribuídas às primeiras-damas fazem clara referência ao papel de cuidado que as mulheres desempenham no interior das suas famílias. Portanto urge uma observação: embora concordemos com a Dilma quando esta, acertadamente, afirma que o golpe aconteceu porque ela representava um

projeto "de redução da desigualdade e de desenvolvimento com inclusão", há outro "projeto" que a sua presidência representava e incomodava "os donos do poder": o da divisão entre as esferas pública e privada e, conseqüentemente, dos papéis sociais de gênero.

Em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu oficialmente o cargo, a ideia de que o lugar das mulheres na esfera política era o do primeiro-damismo estava rigidamente introduzida no imaginário coletivo de modo que, ao menor sinal de subversão desta lógica, uma crise socio-estrutural se instaurou (ROSA, 2018). Nos meios de comunicação o debate iniciou com uma simples questão: como se referir à Dilma? Como presidentE ou presidentA? E o masculino de primeira-dama?

Figura 7 - *Print* de reportagem no jornal Estadão



Fonte: ("E" OU "A"? [...], 2010).

Figura 8 - *Print* do *blog* Brasil Acadêmico.



Fonte: (DILMA [...], 2010).

O debate em torno do termo – da *palavra* – revela o desconforto social causado pela aparente transformação da ordem de gênero. Reivindica-se a palavra não pela palavra, esse amontoado de sílabas, mas pelo seu significado. Indaga-se não a gramática, mas o que significa ser mulher, o que é ser mulher, o que é ser mulher em espaços de poder, ser mulher em ambientes masculinizados. Indaga-se a lacuna deixada no espaço simbólico do “cargo” de primeira-dama, lacuna essa que não foi preenchida – por primeira-dama, primeiro-cavalheiro, “primeiro-damo”, ou o que fosse – e, portanto, rendeu especulações sobre a identidade sexual da presidenta.

Figura 9 - A sexualidade de Dilma”, reportagem da Revista Veja.





RADAR Por Robson Bonin

Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Gustavo Maia, Laís Dall'Agnol e Lucas Vettorazzo. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

SIGA   

Brasil

## A sexualidade de Dilma

Efrém Ribeiro, jornalista do Meio Norte e colaborador de O Globo no Piauí, perguntou à Dilma Rousseff hoje à tarde se a candidata era homossexual – uma pergunta, ressaltou-se, descabida. Dilma, que fazia campanha pelas ruas de Teresina, irritou-se com o questionamento. Mas respondeu: – Ah, meu querido, não vou responder a isso. Eu tenho filho e [...]

Por Da Redação Atualizado em 31 jul 2020, 13h57 - Publicado em 13 out 2010, 20h51



Fonte: (REDAÇÃO VEJA [...], 2010).

No campo das normas de gênero a sexualidade sempre é recuperada como um elemento classificatório dos sujeitos. Mobilizar elementos da sexualidade implica em categorizar os sujeitos entre normais e anormais, colocando estes últimos em constante processo de vigilância social, a fim de que suas “preferências” sexuais e afetivas não se choquem com seu lugar social, ainda mais quando se ocupa o principal cargo eletivo de uma República, a presidência.

As especulações sobre sua sexualidade sempre acompanharam os mandatos de Dilma Rousseff, sendo inclusive elemento utilizado para desqualificá-la e desabilitá-la de ocupar a cadeira presidencial. A opção por não aderir a conjugalidade, ou seja, ter ao seu redor a figura de um marido, foi o suficiente para que seus adversários e opositores a enquadrassem no campo da anormalidade, sendo esse um dos elementos constantemente acessados para contestar seu lugar de autoridade, conforme é possível perceber nas duas imagens sobre o tema.

Figura 10 - Bolsonaro pede a Dilma para assumir 'se gosta de homossexual'", notícia o G1.

24/11/2011 17h17 - Atualizado em 24/11/2011 19h31

## Bolsonaro pede a Dilma para assumir 'se gosta de homossexual'

'Se o teu negócio é amor com homossexual, assuma', disse na tribuna. Parlamentares apontaram falta de decoro. Ao G1, Bolsonaro negou ofensa.

Mariana Oliveira e Nathalia Passarinho  
Do G1, em Brasília

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) pediu à presidente Dilma Rousseff, em discurso na tribuna da Câmara na manhã desta quinta (24), para parar "de mentir" e assumir "se gosta de homossexual".

Bolsonaro criticava o que chama de "gay" do Ministério da Educação, uma referência à homofobia que sena

**Conteúdo não disponível.** Infelizmente, este vídeo não está mais disponível. Desculpe-nos pelo inconveniente.

Política  
veja tudo sobre >

Presidente sanciona com veto lei sobre bloqueio de bens de...  
08/03/2019

Candidata do PSL em MG diz que ex-assessor de ministro do...  
08/03/2019

No Dia da Mulher, Bolsonaro diz que ministério é...  
08/03/2019

Bolsonaro e Michelle participam de cerimônia no Planalto...  
08/03/2019

Fonte: (OLIVEIRA; PASSARINHO, 2011).

Casada por 25 anos com Carlos Araújo, advogado que conheceu durante os anos de militância contra a ditadura militar e com quem teve uma filha, Dilma estava divorciada desde 2000. Tornou-se presidenta da república sem se casar novamente e, portanto, era uma mulher sem qualquer tutela masculina. Nas suas aparições públicas, Dilma – com os cabelos curtos, geralmente vestindo terno – discursava seriamente, com a firmeza esperada de qualquer chefe de Estado. Demonstrava solidez e pouca ou nenhuma emoção, atitude considerada adequada, uma vez que a política carrega em si o “masculino” e se caracteriza enquanto um “assunto sério”, de natureza racional e não emocional. A postura da presidenta demonstrava sua adequação ao cargo que a equiparava aos seus antecessores.

A representação de Dilma, contudo, deixava uma lacuna profunda. Não se tratava somente da falta de um consorte político, de uma tutela masculina, mas de uma ausência ainda mais pungente: a da feminilidade que se fazia presente pelo primeiro-damismo. Feminilidade, esta, que não estava sendo suprida sequer com a figura da presidenta, já que ela não correspondia à expectativa dos tradicionais estereótipos de gênero, construídos sob um quadro doméstico de referência.

Durante o *impeachment*, a postura enrijecida da presidenta deixou de ser vista como um decoro profissional para se tornar a base do discurso de gênero que envolveu e legitimou o golpe. Os principais jornais e revistas do país fizeram circular narrativas com o objetivo de atestar a inviabilidade da permanência de Dilma Rousseff na presidência da República. Em 06 de abril de 2016, a revista IstoÉ publicou uma reportagem com o título “As explosões nervosas da presidente”:

Figura 11 - Capa da revista IstoÉ1



Fonte: (REVISTA ISTOÉ, 2016).

A reportagem principal dessa edição da revista, intitulada “Uma presidente fora de si”, afirma que nos “bastidores do planalto” a iminência do *impeachment* fez Dilma perder “o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Usam os

termos “explosões nervosas”, “destempero”, “desconexão com a realidade”, “agressiva” e “descompostura” para se referir à presidenta. As fotografias na capa e na reportagem principal coadunavam com o discurso textual e, juntos, comunicavam sobre um suposto descontrole emocional e agressividade.

Pensando nas relações de gênero, a agressividade foi culturalmente admitida como uma característica da masculinidade. No imaginário social sobre o homem, a postura impositiva, autoritária, dominadora e arbitrária, que implicam certa hostilidade, está relacionada à “natureza” masculina. No caso das mulheres, quando elas demonstram um comportamento igual ou similar, passam a ser lidas como “descontroladas”, afinal, é um desvio da sua “natureza materna”, paciente e acolhedora. Dessa forma, a impetuosidade da ex-presidenta Dilma foi tida como um desregramento emocional grave e atestava, ao público leitor, o seu despreparo para o cargo de presidenta e a inaptidão feminina em lidar com a vida pública. (ROSA, 2018).

Apenas dois dias após a publicação da revista IstoÉ, a revista Veja publicou uma reportagem apresentando o perfil da vice-primeira-dama intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”.

Figura 12 - *Print* da reportagem da revista Veja.



Fonte: (LINHARES, 2016).

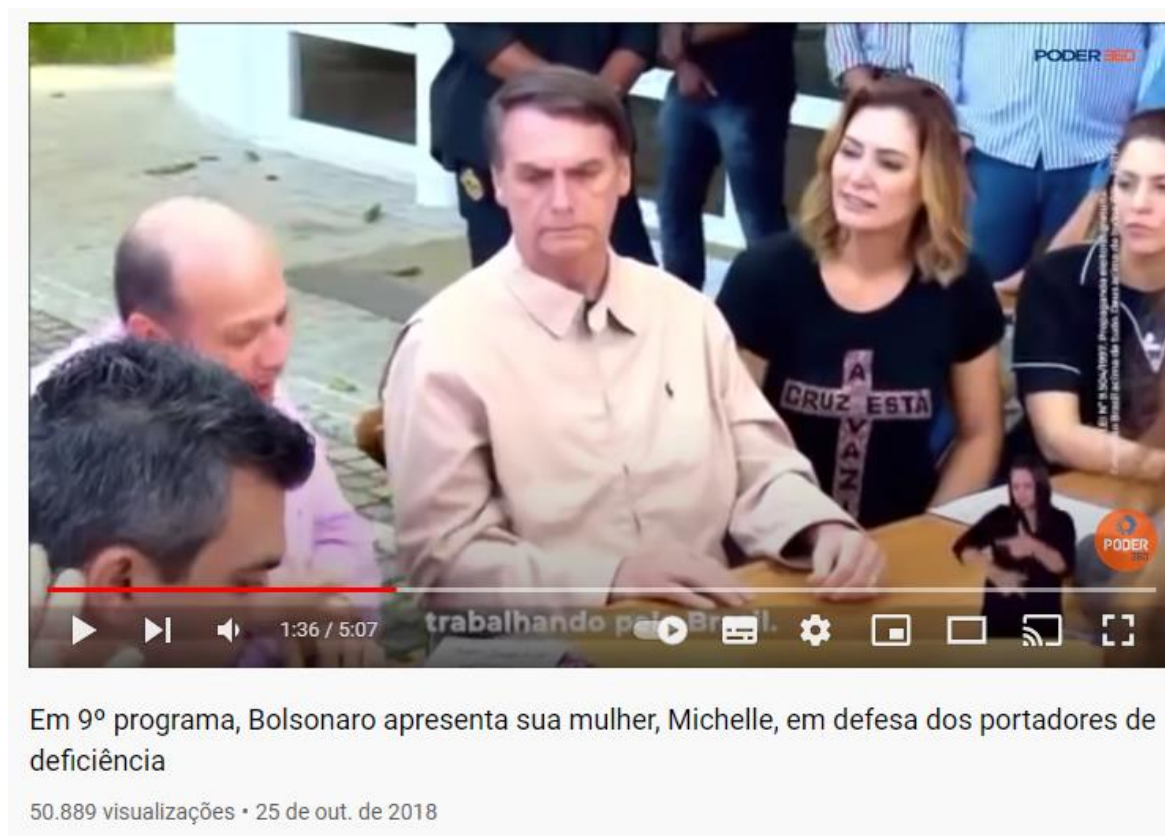
A reportagem da revista *Veja* sobre a vice-primeira-dama apresenta um tom completamente diferente da *IstoÉ* sobre a presidenta. De acordo com o texto, Marcela Temer – também chamada de “quase primeira-dama” – é recatada, gosta de “vestidos na altura do joelho”, “sonha em ter mais um filho” e é uma “vice-primeira-dama do lar”. O retrato doméstico, complacente e materno que se arquitetou sobre a Marcela contrasta grosseiramente com o perfil estabelecido sobre a presidenta Dilma; revelando, assim, o desejo por uma feminilidade que se ausentava e pela reestruturação dos papéis sociais de gênero, então subvertidos.

Consolidado o golpe e a posse de Michel Temer como presidente, a construção da imagem maternal e recatada da Marcela serviu para garantir alguma estabilidade ao novo governo. De pronto, a nova primeira-dama foi anunciada como embaixadora do Criança Feliz, estreando na vida pública com um discurso sensível e maternal na cerimônia de lançamento do programa. Sua participação foi discreta, contudo, preencheu a lacuna deixada pela Dilma e marcou oficialmente a retomada do primeiro-damismo no país, continuada pela sua sucessora, Michelle Bolsonaro.

Durante a campanha presidencial de 2018, Michelle foi apresentada oficialmente ao eleitorado brasileiro através do 9º programa eleitoral de Jair Bolsonaro, exibido no dia 25 de outubro de 2018. O programa, transmitido na TV aberta, estava recheado de elementos e discursos fortemente presentes durante todo o período de campanha de Bolsonaro: a valorização de Deus, a defesa da família, o ataque ao PT e reforço ao combate à corrupção e ao comunismo.

Narrado por uma mulher desconhecida, o vídeo inicia a apresentação da aspirante à primeira-dama com um discurso introdutório afirmando que “[...] o dia a dia de uma pessoa com deficiência no Brasil é muito difícil”. Em seguida, um registro de Michelle e Jair rodeados de pessoas, no que parece ser um encontro com representantes da comunidade surda do Brasil, é acompanhado da voz da narradora que anuncia: “Conheça, agora: Michelle Bolsonaro. Mulher forte e sensível, dedicada à causa das pessoas com deficiência e que estará junto com Jair Bolsonaro trabalhando pelo Brasil”.

Figura 13 - *Print* de vídeo do 9º programa eleitoral da campanha de Jair Bolsonaro (PSL)



Fonte: (Poder360, 2018).

Filha de motorista de ônibus e cabeleireira, Michelle Bolsonaro nasceu na Ceilândia, cidade com a maior parcela de pessoas em situação de extrema pobreza do Distrito Federal. Tornou-se evangélica na adolescência, quando passou a frequentar a Igreja Assembleia de Deus. Após o casamento com Bolsonaro e a mudança de toda a família para o Rio de Janeiro, passou a frequentar a Igreja Batista Atitude, via pela qual se envolveu com trabalhos filantrópicos. Na Atitude, ela atuou como voluntária de intérprete de Libras no ministério de surdos Incluir, que promove a tradução de cultos e o ensino da língua brasileira de sinais na igreja (TEIXEIRA, 2018).

No vídeo da propaganda eleitoral, Michelle Bolsonaro relata que o seu interesse pelo voluntariado tem origem na educação recebida de sua mãe e na relação com um tio surdo:

A minha mãe foi sempre uma pessoa que nos ensinou que a gente não deveria negar água e comida para ninguém. E a gente cresceu com isso, né. Eu tenho um tio surdo e ele plantou essa sementinha na minha vida e me despertou o amor pela Libras. Eu comecei a estudar sozinha, e esse amor foi aumentando. (Poder360, 2018)

Em todo o momento nas imagens do programa, Michelle aparece acompanhando o marido em encontros com representantes de diferentes segmentos sociais, enquanto este afirma compromisso do seu futuro governo com os direitos das pessoas com deficiência. Michelle é retratada como uma mulher “sensível” a causa PCD e, apresentando-se ao lado do marido, reitera a sua intenção de “colaborar” com a questão social.

Diante da vitória de Jair Bolsonaro (PSL) sobre Fernando Haddad (PT), Michelle Bolsonaro levou o seu comprometimento com as causas das pessoas com deficiência ao púlpito do cerimonial de posse do novo governo. Foi a primeira vez que uma primeira-dama discursou no parlatório, momento mais formal da cerimônia. Deixando de lado o papel secundário que assumiu durante a campanha eleitoral, Michelle discursou antes mesmo do novo presidente e verbalizou a promessa de defesa aos direitos PCD. Falando na Língua Brasileira de Sinais, ela agradeceu à Deus pela “oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam” e afirmou que como primeira-dama pretendia ampliar as ações de “ajuda ao próximo”:

[...] Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa.

É uma grande satisfação, um privilégio, poder contribuir e trabalhar para toda a sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não era ouvido e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados.

Eu gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019)

Ao declarar que pretendia “ajudar” as pessoas que precisam, Michelle confundiu política com atitude individual, benevolente, caritativa, relacionada à generosidade praticada por um indivíduo a outrem e distante de qualquer garantia de direitos sociais. Ademais, a primeira-dama afirmou que seria uma grande satisfação “trabalhar” para a sociedade brasileira. O uso do termo – trabalhar – é curioso, pois faz referência à uma atividade profissional, à execução de um serviço cujo qual ela se encarregaria. A mensagem transmitida era a de que, assim como o presidente, a primeira-dama estava assumindo um cargo, sendo também empossada.

O discurso surpreendeu de forma que, no dia seguinte, as capas dos principais jornais do país não noticiaram apenas o trunfo do novo governo, mas a fala notória da primeira-dama. O jornalista Tony Goes publicou no A Folha de São Paulo uma coluna intitulada “Michelle Bolsonaro pode ser a popstar do novo governo” (GOES, 2022). No Uol, Reinaldo Polito publicou “Michelle Bolsonaro aproveita a posse para encantar o país com seu carisma” (POLITO, 2019). No El País, o enfoque na primeira-dama estava acompanhado de um prenúncio: “Discurso inédito de Michelle Bolsonaro na posse abre portas para protagonismo no Governo” (MENDONÇA, 2019). Todos os principais meios de comunicação do país estampavam o rosto da primeira-dama.

Figura 14 - *Print* da reportagem “Michelle Bolsonaro pode ser a popstar do novo governo” do jornal A Folha de São Paulo.



Fonte: (GOES, 2022).



Em “Bruxas, perigosas e desordeiras – a mulher e a culpa na inquisição”, Ailton Dias de Melo e Paula Regina Costa Ribeiro discutem a relação mulher-culpa a partir de textos religiosos e guias inquisitoriais utilizados para identificar, inquirir e julgar mulheres hereges, prática conhecida como “caça às bruxas” do período medieval. As análises e questões colocadas ao longo do texto demonstram como o discurso religioso culpabilizou as mulheres pelo pecado e as consequentes “mazelas do mundo terreno”:

O texto bíblico do Gênesis marca a mulher como uma abertura do portal da morte e do pecado ao se deixar levar pela sedução demoníaca da serpente, quebrando a ordem original. Tentada, a mulher se torna tentadora e rompe com a transcendência do homem ao provocar sua exclusão do paraíso. Tentadora a mulher é associada à paixão, à natureza, à carne, às relações sexuais e ao prazer, tudo que deve ser controlado, rigidamente normatizado. Na relação com a mulher do Éden a serpente, símbolo da fertilidade em algumas culturas passa, no cristianismo, a representar uma das formas do demônio, tentador e fonte de todo pecado. O anjo decaído carrega o pecado por excelência, a insubordinação. É símbolo da desobediência e se torna entre os humanos a expressão da fraqueza da carne, da humanidade. (MELO, RIBEIRO, p. 34, 2021.)

Assim, além do afeto e do cuidado maternal, a narrativa religiosa também vincula a feminilidade aos sentimentos, aos desejos e as tentações carnis. Tudo aquilo que se sente – afeto ou excitação – é “feminino”, opondo-se e em contraste à racionalidade “masculina”. Essa ideia cristaliza no imaginário social uma espécie de “medo das mulheres” pois, tentadoras, elas podem representar a ruína dos homens ou de uma sociedade inteira. Ailton Dias e Paula Regina argumentam que esse receio aos “perigos que emanam das mulheres” reverbera no imaginário social até os dias de hoje e, coadunando com Silvia Federici (2017), faz com que as mulheres sejam vistas como um empecilho na efetivação de grandes projetos – dentre os quais está a estratificação do capitalismo (MELO, RIBEIRO, 2021).

Diante disso, a leitura possível sobre o discurso jornalístico referente à presença de Michelle Bolsonaro na cerimônia da posse é a de que, além do aparente fascínio pela sua feminilidade, as reportagens exteriorizam algum receio frente ao seu protagonismo no governo. Se uma mulher pode representar o trunfo ou a ruína de um homem a depender do descontrole dos seus ímpetos, a atuação de Michelle deveria permanecer em harmonia com o projeto político e ideológico que o governo Bolsonaro representava.

Por outro lado, o discurso da primeira-dama no púlpito foi bastante ovacionado. A campanha eleitoral de 2018 foi marcada por disputas de narrativas que colocavam, de um lado, os bolsonaristas<sup>14</sup>, e de outro, o movimento *EleNão*. Diante das polêmicas envolvendo o então candidato à presidência – os quais, destacamos o ataque contra a deputada Maria do Rosário (PT) em 2014 e a polêmica declaração de que considera justo uma mulher receber menos que um homem no trabalho –, o movimento *EleNão* foi protagonizado por mulheres e LGBTs frente às inúmeras declarações machistas e homofóbicas de Bolsonaro.

Num levante para tentar evitar a vitória eleitoral do candidato do PSL, o grupo denunciava a eclosão de um projeto neoliberal e conservador, relacionado sobretudo às questões das minorias sociais e ao ataque aos direitos constitucionais públicos (SCHWENGBER; PINHEIRO, 2020).

Nessa conjuntura, o discurso da primeira-dama, tratando-se de uma quebra inédita de protocolo, serviu para as bases bolsonaristas proclamarem a existência de uma irrefutável valorização das mulheres no novo governo. Era uma contra narrativa que buscava consolidar a ideia de que há igualdade de gênero, e esta foi comprovada pelo protagonismo da primeira-dama. Assim, tentaram invalidar o levante feminista contra o Bolsonaro e consequentemente descredibilizar os movimentos feministas em suas demandas, colocando-os na condição de vitimistas.

A invalidação das pautas feministas, contudo, não é mérito do bolsonarismo isoladamente, mas é uma demanda do neoliberalismo global. Nancy Fraser (2009) já denunciava a cooptação das lutas feministas pela lógica neoliberal quando o capitalismo cedeu lugar ao neoliberalismo ou, nas palavras da filósofa, ao capitalismo “desorganizado”.

O pensamento neoliberal defende que o esforço individual é suficiente para resolver todas as questões, ignorando quaisquer diferenças sociais que marcam os indivíduos. Não existe raça, sexo, sexualidade ou classe. O social sequer existe, como coloca a Wendy Brown (2020) e o “povo” não passa de “unidades empresariais em concorrência” vivendo em uma sociedade que é um grande mercado (MARIE,

---

<sup>14</sup> Nesse trabalho utilizamos o termo “bolsonarista” ou “bolsonarismo” em relação ao movimento e as bases de apoio ao candidato Jair Bolsonaro durante e após a eleição de 2018. De acordo com Pinheiro-Machado e Freixo (2019, p. 19), o bolsonarismo se trata de “[...] um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, [...] se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo.”

ANDRADE, 2019). Nessa lógica, os movimentos feministas estariam preocupados com questões já resolvidas pela igualdade formal entre homens e mulheres, expressas nas leis que protegem as mulheres. Assim, paulatinamente, nós assistimos a substituição dos ideais de solidariedade social e coletividade pela lógica de autonomia individual e meritocrática que invisibiliza o social e edifica o mercado liberal.

Diante disso, observamos que o governo Bolsonaro, neoliberal, utiliza da mesma lógica para desmontar o sentido de coletividade dos movimentos sociais feministas, LGBTQIA+ e anticapitalistas. Afinal, o bolsonarismo não é contra as mulheres, o protagonismo da Michelle atesta isso: ela é uma mulher, ela tem voz ativa e representa um projeto. Ela retrata uma feminilidade ideal, representa pouco ou nenhuma ameaça, afinal, “nem todas as mulheres são perigosas, somente as que se levantam de modo a contrariar as ordens de seus maridos e da Igreja” (MELO; RIBEIRO, 2021, p. 39).

#### 4.3. JAIR BOLSONARO, LÍDERES RELIGIOSOS E O PROJETO POLÍTICO NEOCONSERVADOR

Na primeira e segunda seção deste capítulo, vimos como um projeto neoliberal e neoconservador avançou no Brasil a partir do Golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Iniciamos a nossa análise a partir do Programa Criança Feliz e do Programa Pátria Voluntária, afim de compreender as propostas dos governos Temer e Bolsonaro frente às políticas de assistência social. Em seguida, analisamos os atravessamentos de gênero imbricados ao processo de *impeachment* de 2016, tomando como ponto de partida uma lacuna aberta pela ausência do primeiro-damismo no governo Dilma, que nos levou à refletir sobre as implicações de gênero na atuação de Marcela Temer e Michelle Bolsonaro como primeiras-damas. Por fim, esta última seção pretende concluir as reflexões tensionadas no capítulo abordando características e questões do neoconservadorismo que aproxima os segmentos religiosos do governo Bolsonaro.

Militar reformado do Exército brasileiro, Jair Bolsonaro iniciou a carreira política em 1988, quando foi eleito vereador para a Câmara Municipal do Rio de

Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC)<sup>15</sup>, partido associado à igreja evangélica protestante Assembleia de Deus (MACHADO, 2018).

Em 1990, foi eleito para a Câmara dos Deputados, cargo para o qual foi reeleito seis vezes, totalizando 27 anos como congressista e representante da extrema-direita no Congresso Nacional. Católico, a trajetória de Bolsonaro na política foi marcada pela defesa de pautas conservadoras, sobretudo em oposição a ampliação da cidadania e dos direitos da população LGBTQIAP+. Em 2018, “surfando na onda” do discurso conservador que se difundia, Bolsonaro se lançou candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL)<sup>16</sup> e, com o *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, venceu a eleição no segundo turno com 55,13% dos votos válidos.

A vitória de Jair Bolsonaro para o cargo de Presidente da República tem muitas nuances passíveis de análise. São muitas as pesquisas que analisam a coalizão entre o governo Bolsonaro e os setores evangélicos. A nós, interessa a intensa produção de discursos veiculados antes e durante a campanha eleitoral de 2018 e que funcionaram como um elo entre o candidato e os evangélicos, formando uma aliança fundamental para a sua vitória no pleito eleitoral naquele ano.

Para Ariel Goldstein (2021), o avanço das igrejas evangélicas nas periferias das grandes cidades modificou a dinâmica política do Brasil, conferindo aos segmentos religiosos forte competência na construção de capitais políticos e transformando o espaço evangélico em área de disputa. Diante disso, o terceiro e último item deste capítulo propõe uma reflexão acerca da coalização religiosa e neoconservadora que envolveu a ascensão de Jair Bolsonaro ao maior cargo do alto escalão da estrutura republicana brasileira.

Diante de uma iminente crise política, Bolsonaro se serviu de uma narrativa antissistema que enlaçou em teia a agenda antigênero, anticorrupção e anticomunista. Nesse enlace perdurou a ideia de que uma crise moral assolava a sociedade e ameaçava a ordem social caracterizada pela hegemonia masculina, branca, patriarcal e cisheteronormativa.

Para Fhoutine Marie e Daniel Andrade (2019, p. 163), a crise política brasileira apresentava os sintomas de um contexto maior, o de crise internacional,

---

<sup>15</sup> O Partido Democrata Cristão foi fundado em julho de 1945 pelo professor da Universidade de São Paulo, Antônio Ferreira Cesarino Júnior, e extinto em abril de 1993.

<sup>16</sup> Em fevereiro de 2022 o Partido Social Liberal e o Democratas se fundiram e formaram o União Brasil.

envolvendo um alto índice de desconfiança em partidos, parlamentos e governos, descontentamento com a corrupção e com a erosão da cidadania. Essa crise desencadeou um levante de vários movimentos de contestação que, ao invés de provocar a derrocada de governos e elites neoliberais, aceleraram a sua investida sob um formato ainda mais atroz:

Se o período anterior [do neoliberalismo] se caracterizava pelo esvaziamento da democracia, o atual parece se notabilizar por uma virada autoritária, com a extrema direita canalizando a insatisfação em diversos lugares do mundo. O neoliberalismo flerta agora com outras racionalidades políticas autoritárias de modo a se compor de maneira híbrida com elas. (MARIE, ANDRADE, 2019, p. 164)

No Brasil, destacamos os protestos de junho de 2013 como um movimento que antecedeu a ascensão do neoliberalismo associado ao neoconservadorismo no Congresso Nacional. Desde a redemocratização na década de 80 e 90, o neoconservadorismo estreita o laço com a agenda política neoliberal e disputa por representação, espaço e pela instituição de uma perspectiva moral como base para a regulação da vida social e reprodutiva, mobilizada principalmente por atores religiosos ligados a congregações católicas e pentecostais.

De acordo com Flávia Biroli (2020), o neoconservadorismo expressa uma reação à incorporação da agenda de gênero nos documentos resultantes das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorridas no Cairo, em 1994, e em Pequim, em 1995. Para a autora, a noção de “ideologia de gênero” surgiu nesse contexto e foi “transformada em uma estratégia política”. Maria das Dores Campos Machado (2020, p. 83) coaduna com esse pensamento, afirmando ainda que “os avanços dos movimentos feministas e LGBTQI [...] expressa coalizações políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita”.

A ascensão do neoconservadorismo nas agendas também demonstra uma nova forma de pensar associada aos segmentos religiosos, sobretudo os pentecostais, em que a luta contra as “coisas mundanas” passa agora pela necessidade de intervenção política. Esse pensamento substituiu a perspectiva de que o “mal” só seria verdadeiramente combatido com o retorno do “messias”, fazendo com que líderes religiosos e fiéis buscassem ocupar as cadeiras em diferentes espaços públicos de decisão (MACHADO, 2020).

No que se refere a presença evangélica nos espaços políticos, Júlio Córdova Villazón (2015, p. 164) afirma que desde o século XIX até os dias atuais é possível observar esse movimento em quatro etapas: a primeira, ocorrida no final do século XIX e início do XX, é marcada por um caráter liberal, em que setores evangélicos lutavam pela separação entre a Igreja católica e o Estado; a segunda, ocorrida nos anos 1960 e 1970, refere-se a postura passiva e/ou legitimadora das ditaduras que assolavam a latino-américa, em detrimento a uma pequena parcela de evangélicos que se comprometeram com os movimentos de resistência; a terceira etapa trata da redemocratização, nos anos 1980 e 1990, caracterizada pela emergência de partidos políticos confessionais, pela mobilização política dos fiéis e a indicação de representantes das igrejas nas listas de diferentes agremiações partidárias; por fim, a quarta e última etapa, com início na primeira década do século XXI, é marcada pelos movimentos “pró-família” e “pró-vida”.

A esta última etapa atribuímos parte do discurso que levou a participação de evangélicos na coalização que elegeu Jair Bolsonaro para a presidência em 2018. Cumpre observar que os movimentos que se autointitulam “a favor” da família e da vida, como elencado na quarta etapa, são movimentos em defesa da família heterossexual – isto é, a família nuclear tradicional composta de pai, mãe e filhos/as – e contra o aborto. Publicamente, esses movimentos denunciam que o Estado interfere na criação dos seus filhos e permite a “sexualização precoce das crianças”. Essa narrativa esconde uma postura contrária ao avanço da cidadania da população LGBTQIAP+ e das mulheres e aparece na forma de “ideologia de gênero”.

Conforme dito anteriormente, o termo “ideologia de gênero” tem sua origem na década de 1990. No Brasil, a terminologia tem sido usada como estratégia retórica desde 2003, como concluiu o cientista social e político, Raniery Teixeira, analisando as proposições parlamentares na Câmara dos Deputados na sua dissertação de mestrado.

Raniery afirma, contudo, que o embate dos setores conservadores religiosos contra a agenda política de igualdade de gênero se acirrou principalmente a partir do Plano Nacional de Educação para o período de 2011 e 2020, o PL n. 8.035/2010, que incorporava em seus objetivos a superação das desigualdades com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Com a pressão de representantes parlamentares e da sociedade civil, sobretudo

evangélicos e católicos, o PNE foi alterado e foi aprovado em abril de 2014 sem as referências às questões de gênero e de orientação sexual. (TEIXEIRA, 2019).

A trajetória da agenda antigênero no Brasil demonstra o decurso traçado pelos neoconservadores na política brasileira a partir da primeira década dos anos 2000. As tensões envolveram, de um lado, setores fundamentalistas religiosos, e de outro, movimentos feministas e LGBTQIAP+, e não se limitaram as disputas nos poderes Executivo e Legislativo. Na sociedade civil, recordamos as denúncias encaminhadas aos Conselhos Regionais de Psicologia em 2007 e 2014 sobre duas profissionais da psicologia que estariam realizando atendimento psicológico de reversão da homossexualidade, Rozângela Alves Justino e Marisa Lobo, vinculadas a Igreja Presbiteriana e à Igreja Batista respectivamente.

Do lugar de “psicólogas cristãs”, essas profissionais defendem a psicoterapia de conversão para pessoas LGBTs e se opõem à resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe esse tipo de tratamento por profissionais da área. Rozângela Alves e Marisa Lobo encabeçaram diversos movimentos antigênero no país, como o Movimento Psicólogos em Ação e o Movimento Ex-gays do Brasil, e durante a campanha eleitoral de 2018 fizeram campanha para a eleição de Bolsonaro. (MACHADO, 2020).

Embora fosse católico, Bolsonaro recebeu apoio de setores evangélicos organizados que reconheceram na sua retórica compatibilização com a agenda fundamentalista religiosa. Cumpre observar que narrativas neoconservadoras apareceram durante toda a trajetória de Bolsonaro na política. Em 2011, quando ainda era deputado pelo Partido Progressista (PP), ele esteve envolvido em polêmica relacionada ao programa Escola sem Homofobia, ação de combate a discriminação por orientação sexual encomendada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Bolsonaro criticou a distribuição do material pelo Ministério da Educação, chamando a iniciativa de “kit gay” e afirmando que a proposta estimularia “o homossexualismo e a promiscuidade” (REDAÇÃO G1 [...], 2011). Em 2018, durante entrevista ao Jornal Nacional, Bolsonaro voltou a falar do projeto: mostrando às câmeras o livro “Aparelho sexual e Cia”, ele afirmou que o candidato da oposição, Fernando Haddad (PT), era o responsável pelo projeto, que estava sendo lançado em um suposto Seminário LGBT Infantil (DELLA COLETTA, 2022).

O programa Escola sem Homofobia, que tinha como público-alvo os professores e as professoras da rede pública de ensino, nunca chegou a ser implementado devido a forte pressão de grupos conservadores à época. De qualquer forma, o livro exposto pelo candidato, de autoria de Philippe Chappuis e Hélène Bruller, nunca fez parte do projeto. Além disso, as afirmações de um suposto envolvimento de Haddad no projeto e a existência de um Seminário LGBT Infantil também foram desmentidas.

Embora falsas, as acusações de Bolsonaro serviram para reforçar a postura antigênero do seu discurso político e aproximar ainda mais o candidato de setores católicos e evangélicos. Paulatinamente, a narrativa neoconservadora conquistou espaço, ganhou voz e ecoou na figura do Bolsonaro, de seus apoiadores e também do partido com o qual concorreu. No *site* do PSL estão elencados como ideais do partido, entre outras coisas:

[...] j) combate à censura, ao constrangimento e aos desequilíbrios morais e sociais decorrentes do discurso “politicamente correto”;  
k) combate à sexualização precoce de crianças;  
l) combate à apologia da ideologia de gênero;  
m) combate aos privilégios decorrentes de “quotas” que resultem na divisão do povo, seja em função de gênero, opção sexual, cor, raça, credo; [...]  
(NOSSOS ideais, [S. /].)

A ideia de que a “ideologia de gênero” coloca as crianças em perigo mobiliza uma parcela significativa de mulheres conservadoras que lideram campanhas antigênero no Brasil. No governo Bolsonaro, duas lideranças femininas evangélicas têm grande destaque: Damares Alves e Michelle Bolsonaro.

Advogada e pastora da Igreja Batista, Damares atuou como assessora jurídica de políticos da Frente Parlamentar Evangélica e foi secretária-geral do Movimento Nacional Brasil sem Aborto. Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, tornou-se Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cargo ocupado de janeiro de 2019 a março de 2022.

Enquanto ministra, promoveu um seminário na Câmara Federal para discutir a abstinência sexual como método de prevenção à gravidez na adolescência (SASSINE, 2020). Entre os palestrantes do seminário estava Nelson Júnior, presidente do Instituto Eu Escolhi Esperar, iniciativa desenvolvida por pastores evangélicos dos Estados Unidos e implementada no Brasil desde 2011 com o objetivo de incentivar a castidade entre os jovens. O seminário serviu de base para a



elaboração de um programa, anunciado pela ministra no início de 2020 como uma política pública do MDH, para estimular os adolescentes e jovens a adiar o início da vida sexual para prevenir a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis (SIMONI, 2020).

Quanto a Michelle Bolsonaro, abordamos o seu protagonismo como primeira-dama no item anterior desse mesmo capítulo. Contudo, relembramos aqui o discurso que ela proferiu na ocasião da posse. Direcionando-se especificamente a comunidade surda e as pessoas com deficiência, Michelle os prometeu que teriam seus direitos respeitados. Apesar da promessa, os ataques aos direitos das pessoas com deficiência iniciaram logo no dia seguinte, quando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), que havia sido criada com o objetivo de atender as demandas relativas à educação inclusiva, entre outras, foi extinta, dando lugar a Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Além disso, a secretária Nídia L. de Sá afirmou que estavam preparando um decreto para “flexibilizar” as “possibilidades” de educação voltada para pessoas com deficiência ou TEA; em defesa de escolas especiais. A ideia era haver escolas especiais direcionadas exclusivamente ao atendimento de pessoas com deficiência. Essa medida é excludente pois desobriga as escolas típicas de receber PCDs.

Uma vez que o protagonismo de uma primeira-dama que se posiciona em prol das necessidades das pessoas com deficiência não garante direitos sociais básicos, o discurso em Libras proferido pela mesma se mostra mera estratégia de propaganda política. A sua participação na campanha e no governo contribuíram para positivar a imagem do Bolsonaro e aproximar o governo dos segmentos evangélicos.

Em maio de 2022, momento em que essa pesquisa se finalizava, viralizou um vídeo da primeira-dama orando ajoelhada em culto de Dia das Mães organizado pelas lideranças evangélicas na Câmara dos Deputados. Na ocasião, a primeira-dama pede “cura” para o Brasil: “[...] Deus, age um avivamento na nossa nação, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário [...]” (DALL'AGNOL, 2022). Em ano de eleição, as aparições cada vez mais frequentes da primeira-dama indicam novas tentativas de positivar a figura de Bolsonaro, além de cristalizar a imagem da primeira-dama como mulher ideal: esposa atenciosa, mãe de família, filantropa e religiosa.

Por fim, cabe observar que Bolsonaro e os líderes evangélicos têm algumas agendas em comum: o Estatuto do Nascituro, o Estatuto da Família, o anticomunismo e o neoliberalismo. Este último, atestado não somente pelas políticas econômicas do governo Bolsonaro, mas pela Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados em que a maioria votou a favor de medidas como a reforma da previdência, por exemplo (GOLSTEIN, 2020). Nesse sentido, o vínculo de Bolsonaro com os evangélicos foi decisivo para edificar a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Afinal, há muito tempo as feministas denunciam que a opressão de gênero, de sexualidade e étnico-racial está enraizada na subordinação da reprodução social que gera e repõe a mão-de-obra da produção que visa o lucro (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

## 5 CONCLUSÃO

A conclusão desse trabalho imersivo de pesquisa se mostra um novo desafio. Como historiadora, e durante os anos da graduação em história, as conclusões das mais árduas pesquisas foram escritas sem grandes complexidades. Tratavam-se de processos históricos distantes do tempo da pesquisadora que o escrevia, histórias de mulheres que não conhecíamos além das narrativas apresentadas nas fontes analisadas. Agora, no mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, desenvolvemos uma investigação interdisciplinar com uma temporalidade ainda mais presente: os anos de 1995 a 2020. Assim, esse trabalho se finda, mas o objeto da pesquisa segue pulsando na forma de discursos que não se encerram, de fontes que não se esgotam e que foram – são – produzidas cotidianamente enquanto essas páginas eram – são – escritas.

Buscamos, ao longo desse trabalho, analisar o envolvimento – ou a ausência – das primeiras-damas com as políticas de assistência social em relação ao projeto socioeconômico dos grupos políticos no poder. O recorte temporal foi definido a partir de um questionamento inicial: como o primeiro-damismo se transformou nos anos que sucederam a Constituição de 88, que prevê a assistência social como um direito a ser prestado pelo Estado, e com o fim da Legião Brasileira de Assistência, que instituiu um modelo de atuação pública para as primeiras-damas no Brasil? Ante as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro desde a redemocratização, nossa análise abordou a atuação das primeiras-damas Ruth Cardoso, Marisa Letícia, Marcela Temer e Michelle Bolsonaro, bem como a ausência do primeiro-damismo durante os governos Dilma Rousseff.

Historicamente conhecidas pelo trabalho caritativo, as primeiras-damas receberam especial atenção nas pesquisas da área do Serviço Social, onde, a partir do conceito de controle social, pesquisadoras propuseram refletir sobre a construção e a manutenção de capital político pela atuação das primeiras-damas na esfera pública. A curta bibliografia publicada deixou uma lacuna importante no que se refere a pensar o espaço do primeiro-damismo a partir de uma perspectiva de gênero. Por esse motivo, nesse trabalho, aproximamos a pesquisa às teóricas de gênero para ampliar a definição do termo de forma que o primeiro-damismo se apresenta como um

local simbólico capaz de produzir e manter capital político independentemente do envolvimento direto com as políticas públicas.

Buscando respostas às nossas inquietações iniciais, dividimos o trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo analisou a atuação pública da Ruth Cardoso frente ao Programa Comunidade Solidária, criado e administrado por ela. O cenário em que o programa foi implementado estava marcado por disputas que colocavam, de um lado, profissionais da assistência social que lutavam pela regulamentação e profissionalização da área, e de outro, o governo FHC preocupado com a estabilidade e o crescimento econômico.

Assim, o carro-chefe do PCS foi a parceria entre o Estado e o terceiro setor no desenvolvimento de ações sociais. Essa estrutura desenhada para a assistência social não agradou as profissionais, que denunciavam a ineficiência do programa em oferecer respostas radicais no enfrentamento à pobreza.

Nesse contexto, identificamos que, diferentemente do que a bibliografia apresenta, embora a estratégia de combate à pobreza do PCS tivesse caráter emergencial, tratou-se de um programa elaborado a partir da trajetória intelectual da Ruth Cardoso. A proposta do Comunidade Solidária de parceria com as iniciativas da sociedade civil tem respaldo nos estudos que a antropóloga vinha desenvolvendo ao longo da década de 1980. Dessa forma, concluímos que o primeiro-damismo da Ruth Cardoso contribuiu para deslocar a assistência social do campo da caridade e aproximá-la à racionalidade.

No segundo capítulo do trabalho abordamos os aspectos do primeiro-damismo nos dois primeiros mandatos dos governos petistas, marcados pelo neodesenvolvimentismo. Analisamos os discursos que envolveram a primeira-dama Marisa Leticia ante as tentativas de profissionalização da assistência social e a ausência de um envolvimento direto da primeira-dama com as políticas públicas. Pudemos concluir que embora Marisa não tivesse participado ativamente da política social, fato que identificamos como parte da estratégia do governo em profissionalizar a assistência, no imaginário coletivo perdurou certa expectativa frente ao papel que a primeira-dama deveria desempenhar.

Identificamos na relação primeiro-damismo e política socioeconômica um projeto neodesenvolvimentista que incluía o fortalecimento das políticas sociais,

sobretudo as políticas de assistência social, através de programas de transferência de renda.

Por fim, concluímos que embora Marisa Letícia rompesse com a tradicional função social das primeiras-damas na assistência, sua figura foi associada aos trabalhos de cuidado e a feminilidade a fim de construir uma imagem positivada do presidente e do governo com base na personificação do ideal de família nuclear burguesa.

O terceiro capítulo aborda a ausência do primeiro-damismo no governo Dilma Rousseff e a relação dessa ausência com os acontecimentos seguintes, marcados pelo retorno e intensificação do primeiro-damismo tradicionalmente ligado à esfera social e pela ascensão da extrema-direita no governo federal. Nesse – que é também o último capítulo – concluímos que a ascensão de uma mulher ao cargo de presidenta da república representou uma inversão nos papéis sociais de gênero, historicamente representados nas funções Presidente/Primeira-dama.

À mulher, esperavam apenas a função de consorte político, portanto a ascensão de Dilma à presidência deixou uma lacuna no primeiro-damismo que levou a muitos desconfortos sociais. Analisando a retórica que se construiu sobre a imagem de Dilma durante o processo de *impeachment*, bem como as narrativas desenhadas sobre a vice-primeira-dama, Marcela Temer, identificamos um discurso que se contrasta e revela a importância do primeiro-damismo pela manutenção da estabilidade política.

Abordamos, ainda no terceiro capítulo, o protagonismo de Michelle Bolsonaro que, logo no primeiro dia de governo, discursou no pleito cerimonial e afirmou que a sua função como primeira-dama seria focada em ampliar as atividades filantrópicas que desenvolvia na sua vida privada. Como resultado, Michelle preside o Programa Pátria Voluntária, lançado pelo governo federal como resposta de enfrentamento à pauperização. O objetivo do programa é o fortalecimento do voluntariado como estratégia de ação social.

Analisando o Programa Pátria Voluntária e o Programa Criança Feliz, bem como os discursos que justificaram o *impeachment* da ex-presidenta Dilma, concluímos que o primeiro-damismo pós-Golpe contribui para o reposicionamento da assistência social no campo humanitário/filantrópico, para a desprofissionalização da

área e para a desresponsabilização do Estado frente a garantia de direitos sociais básicos.

No cenário contemporâneo, cabe dizer, a primeira-dama fica incumbida de menor ou maior função social no Estado, a depender da inclinação político-ideológica do governo no poder. Observamos que desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar que encerrou o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, um forte protagonismo das primeiras-damas vem acompanhado de trágicas investidas em políticas neoliberais. Neste sentido, observamos que o protagonismo das primeiras-damas é mais pungente em governos que a assistência social é tratada como segundo plano no centro das preocupações políticas.

As linhas que foram se apresentando no texto dessa dissertação e as análises estabelecidas apresentam uma teia complexa em que o primeiro-damismo se amarra aos projetos políticos, constituindo-se de, para e a partir deles. Os acontecimentos que abarcam os anos aqui pesquisados envolvem estruturas econômicas e racionalidades neoliberais, projetos neodesenvolvimentistas, um golpe de Estado e a intensificação do neoconservadorismo na política.

Em diferentes cenários, o protagonismo das primeiras-damas serviu para criar, manter ou modificar o jogo político, representando ao mesmo tempo projetos socioeconômicos dos grupos políticos no poder e seus próprios projetos pessoais. Identificamos que enquanto mulheres, pesquisadoras ou não, donas-de-casa ou mães, religiosas ou filantropas, as primeiras-damas foram acima de tudo protagonistas, carregando consigo suas convicções, aspirações, pensamentos, ideais, princípios e ideologias.

## REFERÊNCIAS

"E" OU "A"?: Na Argentina, última letra do cargo presidencial gerou discussão. Na Argentina, última letra do cargo presidencial gerou discussão. **Estadão Internacional**. Buenos Aires. 02 nov. 2010. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/e-ou-a-na-argentina-ultima-letra-do-cargo-presidencial-gerou-discussao/>. Acesso em: 24 jul. 2022. 01 de abril de 2016.

ALVES, Giovanni. Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. **Revista TST**, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2014/n%203/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20e%20capitalismo%20no%20Brasil%20um%20par%20perfeito.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ARRETADO. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 3. 29 jul. 1994. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=120921](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=120921). Acesso em: 10 out. 2020.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

AS DAMAS nos bastidores da política. **O Pioneiro**, RS, 03 out. 2002. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/885959/335397>. Acesso em: 08 mar. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, Katia Aparecida. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, [s. l], v. 37, p. 225-248, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3560>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BARBOSA, Michele Tupich. **LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA)**: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). 2017. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48900>. Acesso em: 10 maio 2018.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge David; LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. A democracia participativa na Assembléia Nacional Constituinte e na Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, [s. l], v. 121, p. 421-454, dez. 2020.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/846>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOITO JR., Armando. A política neoliberal no Brasil. *In*: BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999. Cap. 1. p. 21-122.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In*: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, FGV, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVrYS4mD/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995. **Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1366-12-janeiro-1995-426118-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. **Institui o Programa Criança Feliz**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm). Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019. **Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, O Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, O Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e O Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9906.htm). Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre A Organização da Assistência Social e Dá Outras Providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.



BRASIL. **Uma estratégia de desenvolvimento social** [1996]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/uma-estrategia-de-desenvolvimento-social-1996/view>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Tradução Maria Helena Kühner.

BURLANDY, Luciene; LABRA, Maria Eliana. Redes de política no combate à fome e à pobreza: a estratégia Comunidade Solidária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1543-1552, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2007.v12n6/1543-1552/pt>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011.

CAMARA, Sonia. As "mensageiras do bem": as Damas da Assistência e a ação filantrópica e educativa no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/42/1466993747\\_ARQUIVO\\_artigoSobreasDamasdaAssistencia1\(2\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/42/1466993747_ARQUIVO_artigoSobreasDamasdaAssistencia1(2).pdf). Acesso em: 24 jul. 2022.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **SER Social**. [S.l.], n. 12, p. 165-190, 2009. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12932](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932). Acesso em: 29 jan. 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO pede desculpa a ACM por dona Ruth. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jul. 1994. *Política e Governo*, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=120764](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=120764). Acesso em: 10 out. 2020.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000400001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000400001). Acesso em: 08 fev. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, 131 p. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CARDOSO, Ruth. As mulheres e a democracia. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011a. p. 436-453.

CARDOSO, Ruth. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011d. p. 361-369.

CARDOSO, Ruth. A sociedade em movimento: novos atores dialogam com o Estado. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011c. p. 346-350.

CARDOSO, Ruth. Comunidade e movimentos sociais urbanos. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011b. p. 236-243.

CARRERA, Carolina. Un secreto a voces. In: ZAVALA, Ximena. **Memorias de ocupación**: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura. Santiago: Fundacion Instituto de La Mujer/Humanas, 2005. p. 51-72.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Cadernos Comunidade Solidária**: interlocução política. Brasília: Ipea, 1996.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: Para a primeira-dama, entidade não tem a função de atender as vítimas das enchentes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4 fev. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc040226.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

CORAZZA, Gentil; FILHO, Fernando Ferrari. A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 243-252, mai. 2004. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/view/247/430>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CÓRDOVA, Ismael de. A Política Nacional de Assistência Social e o Programa Bolsa Família em Criciúma-SC: aspectos regionais do combate à pobreza no Brasil. 2018. 157 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://200.18.15.60:8080/pergamumweb/vinculos/000064/000064aa.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CORREIA, Karla. Informe JB. **Jornal do Brasil**. 16 fev. 2009. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_12/258221](http://memoria.bn.br/docreader/030015_12/258221). Acesso em: 18 mai. 2021.

DEBERT, Guita et al. Ruth Cardoso (1930-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 23, n. 68, p. 5-10, out. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6Nh53zV3qLYPpxSDshbRL6b/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DALL'AGNOL, Laísa. Michelle Bolsonaro se ajoelha em culto na Câmara e pede 'cura' ao Brasil. **Veja**, Brasil., 04 maio 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/michelle-bolsonaro-se-ajoelha-em-culto-na-camara-e-pede-cura-ao-brasil/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DELLA COLETTA, Ricardo. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no 'Jornal Nacional'. **El País**. São Paulo, p. 0-0. 29 ago. 2022. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207\\_054097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html). Acesso em: 24 jul. 2022.

DILMA: presidente ou presidenta? E o masculino de primeira-dama?. presidente ou presidenta? E o masculino de primeira-dama?. 2010. Disponível em: <http://blog.brasilacademico.com/2010/11/dilma-presidente-ou-presidenta-e-o.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, n. 17, p. 86-101, 30 maio 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959>. Acesso em: 04 mar. 2021.

EM CASA com os candidatos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 jul. 1994. Política e Governo, p. 14. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/120614](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/120614). Acesso em: 10 out. 2020.

Embaixador. Dicionário Michaelis. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/embaixador>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Embaixador. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/embaixador>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 155-178, jan. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643140>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/sites/default/files/TD308%20%281%29.pdf>

FALCÃO, Maria do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 33, p. 153-156, 1990.

FIUZA, Solange Cristina Rodrigues; COSTA, Lucia Cortes da. O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas. **Serviço Social em Revista**,

Londrina, v. 17, n. 2, p. 64-90, jan. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/19220>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do discurso de Michelle Bolsonaro em Libras. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 0-0. 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-bolsonaro-em-libras.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FRAGA, Plínio. Boné da fome. **Folha de S. Paulo**, 09 jul. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0907200322.htm>.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/478>. Acesso em 21 jan. 2022.

FRIAS, Maria Cristina. RUMO A 98: primeira-dama afirma que tinha dúvidas sobre candidatura de fhc em 94, mas reconhece que se enganou. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 fev. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160221.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOES, Tony. Michelle Bolsonaro pode ser a popstar do novo governo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 0-0. 2 jan. 2022. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2019/01/michelle-bolsonaro-pode-ser-a-popstar-do-novo-governo.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GOLDSTEIN, Ariel. Jair Bolsonaro e os políticos evangélicos. **Em Tese**, v. 19, n. 9, 2021.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Livro de Ruth**. São Paulo: Fecap, 2009. 256 p. INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. 2001. Disponível em: [http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc\\_sintese.pdf](http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc_sintese.pdf).

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KOZAK, Carmen. Parceiras na conquista do poder. **Jornal do Brasil**, 5 mai. 2002. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/58507](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/58507). Acesso em: 11 jan. 2021.

KRAMER, Dora. Nos jardins da babilônia. **Jornal do Brasil**, 17 set. 2003. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/103958](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/103958). Acesso em: 11 jan. 2021.

KRIEGER, Gustavo. Mais uma mulher. **Jornal do Brasil**, 25 dez. 2002. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/72572](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/72572). Acesso em: 11 jan. 2021.

LADO A lado com o presidente. **Jornal do Brasil**, 02 mar. 2003. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/75963](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/75963). Acesso em: 18 mai. 2021.

LANÇAMENTO do Programa Pátria Voluntária. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2019. 1 vídeo (24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BqUnMz7hMq4>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LARIÚ, Cecília Ishikawa. A política social que queremos: um embate entre universalismo e focalização. **Revista do Serviço Público**, v. 55, n. 4, p. 71-75, 2004. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1344>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para discussão n. 596, 1998. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2458/1/td\\_0596.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2458/1/td_0596.pdf).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Tradução de: Bernardo Leitão.

LEBLON, Saul. Editorial 'Marisa e Lula'. Carta Maior, 2017. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/-Marisa-e-Lula-/37629>. Acesso em: 18 mai. 2021.

LINS, Cilene Sebastiana Braga. Família e assistência social: análise dos governos FHC e Lula. 2013. 175 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14593>. Acesso em: 14 jul. 2021.

LIMA, Luciana. **Dilma Rousseff avalia impeachment: a linguagem foi a misoginia. Metrôpoles**. Brasil. 18 abr. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/dilma-rousseff-avalia-seu-impeachment-a-linguagem-foi-a-misoginia>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e do lar. Veja**. Brasil, p. 0-0. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LULA DA SILVA, L. 2002. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 22. Jun. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfvLVSDYNnH8nzJV3MmQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Os programas de governo do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais brasileiras entre 1989 e 2002: uma investigação do tempo presente. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PÓSGRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PUC GOIÁS/UFG E SEMANA PROCAD PUC GOIÁS/UNB, 6./2. **Anais [...]**. Goiás: [s. n.], 2011, p. 1-16. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/34-\\_Os\\_Programas\\_de\\_Governo\\_do\\_Partido\\_dos\\_Trabalhadores.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/34-_Os_Programas_de_Governo_do_Partido_dos_Trabalhadores.pdf). Acesso em: 08 jun. 2020.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 901-908, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8MqwKGBKhNYpn4C4gss5Rkm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MARIE, Fhoutine; ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo, virada conservadora e a guerra contra as mulheres. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. Cap. 7. p. 161-174.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/drM3CNVf4nbSvCRKGxBLmfD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações históricoconceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.15-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pQz6CG9XwwYH6C7TxZ7Jm8c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Revista Direito e Práxis**, n. 9, v. 1, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VyhSzRbVW4HWrwSntYTqCDj/?format=html#>. Acesso em: 19 mar. 2022.

MATTEI, L. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. In: **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)**, Rio de Janeiro, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MELO, Ailton Dias de.; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Bruxas, perigosas e desordeiras: a mulher e a culpa na inquisição. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 21-48, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/12646/8750/41630>. Acesso em: 22 mai. 2022.

MENDONÇA, Heloísa. Discurso inédito de Michelle Bolsonaro na posse abre portas para protagonismo no Governo. **El País**. São Paulo, p. 0-0. 02 jan. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546361496\\_407537.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546361496_407537.html). Acesso em: 24 jul. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pTPzn8cRQyZ3svhH7prFkxJ/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Política Econômica e Reformas Estruturais**. Brasília, abril de 2003. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_015\\_Politica\\_Economica\\_e\\_Reformas\\_Estruturais.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_015_Politica_Economica_e_Reformas_Estruturais.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas Propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. *In*: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOLINIER, Pascale *et al.* Feminilidade, masculinidade, virilidade. *In*: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 101-106.

NASCIMENTO, Aline Fátima do; REIS, Carlos Nelson dos. Os programas de transferência condicionada de renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Revista Política Pública**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 183-193. 2009. Disponível em: [https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7932/2/OS\\_PROGRAMAS\\_DE\\_TRANSFERENCIA\\_CONDICIONADA\\_DE\\_RENDA\\_NA\\_AMERICA\\_LATINA\\_especificidades\\_de\\_uma\\_realidade\\_que\\_se\\_mantem.pdf](https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7932/2/OS_PROGRAMAS_DE_TRANSFERENCIA_CONDICIONADA_DE_RENDA_NA_AMERICA_LATINA_especificidades_de_uma_realidade_que_se_mantem.pdf). Acesso em: 18 jan. 2022.

NEFFA, Julio César. El Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJyJHD): Análisis de sus características y objetivos. Fortalezas y debilidades. **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. Vol. II, 2009. p. 281-347.

NOSSOS ideais. **Partido Social Liberal**, [S.I.]. Disponível em: <https://psl.org.br/opsl/#nossos-ideais>. Acesso em: 12 jul. 2022.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/NNHBvMBK87QHRYV9XCFcQSB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

NUNES, Augusto. A propósito. **Jornal do Brasil**, 27 abr. 2003. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/79022](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/79022)

NUNES, Augusto. A extensa galeria das mães da pátria. **Jornal do Brasil**, 18 jun. 2006. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_12/168884](http://memoria.bn.br/docreader/030015_12/168884). Acesso em: 10 dez. 2020.

NUÑEZ, Leda Mara Bertoloto *et al.* Uma análise crítica da lei orgânica da assistência social e do programa comunidade solidária. **Multitemas**, [s. l.], n. 14, p. 177-195, ago. 1999. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/1164>. Acesso em: 17 jun. 2020.

OLIVEIRA, Marina; PASSARINHO, Nathalia. Bolsonaro pede a Dilma para assumir 'se gosta de homossexual'. **G1**. Brasília, 24 nov. 2011. Política, p. 0-0. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/11/bolsonaro-pede-dilma-para-assumir-se-gosta-de-homossexual.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro**: uma avaliação preliminar. Mimeo. 2019.

PASQUIM, Elaine Martins. **Implementação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3476>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, [S.L.], n. 20, p. 63-84, 14 ago. 2009. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12767](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12767). Acesso em: 10 fev. 2021.

PERES, Thais Helena de Alcântara. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 109, 28 dez. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PEROSA, Graziela Serroni. A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 26, p. 87-111, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100005&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100005&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 13 ago. 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PEDUZZI, Pedro. **Governo lança programa de incentivo ao voluntariado**: iniciativa será coordenada pela primeira-dama Michelle Bolsonaro. Agência Brasil. Brasília. 09 jul. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/governo-lanca-programa-de-incentivo-ao-voluntariado>. Acesso em: 24 jul 2022.



PINHEIRO-MACHADO, Rosana.; FREIXO, Adriano de. (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

Poder360. **“Em 9º programa, Bolsonaro apresenta sua mulher, Michelle, em defesa dos portadores de deficiência”**. [Brasília]: Poder360, 2018. 1 vídeo (5:07 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MuzmxhkCXp0>. Acesso em 24 jul. 2022.

POLITO, Reinaldo. Michelle Bolsonaro aproveita a posse para encantar o país com seu carisma. **Uol**. Brasil, p. 0-0. 02 jan. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2019/01/02/discurso-primeira-dama-michelle-bolsonaro-carisma.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PORTO, Erick Brigante del. **A trajetória do Programa Comunidade Solidária 1995-2002**. 2006. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285608/1/DelPorto\\_ErickBrigante\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285608/1/DelPorto_ErickBrigante_M.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

PRIMEIRA-DAMA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 dez. 2003. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_12/94161](http://memoria.bn.br/docreader/030015_12/94161). Acesso em: 10 dez. 2021.

QUIXABEIRA, Larissa. Marcela Temer reúne primeiras-damas para apresentação do programa Criança Feliz. **Jornal Opção**. Brasil, p. 0-0. 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/marcela-temer-reune-primeiras-damas-para-apresentacao-do-programa-crianca-feliz-86835/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

RAMOS, Carlos Alberto. **O Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Ipea, Texto para discussão n. 357, 1994. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0357.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0357.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

REDAÇÃO G1 (Brasil). Bolsonaro critica 'kit gay' e diz querer 'mudar alguma coisa' na Câmara. **G1**. Brasília, p. 0-0. 01 fev. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/bolsonaro-critica-kit-gay-e-diz-querer-mudar-alguma-coisa-na-camara.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

REDAÇÃO R7 (Brasil). **Embaixadora do programa Criança Feliz, Marcela Temer ganha os holofotes em 1º discurso no Planalto**. **R7**. Brasil. 05 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/fotos/embaixadora-do-programa-crianca->

feliz-marcela-temer-ganha-os-holofotes-em-1-discurso-no-planalto-05102016#/foto/1. Acesso em: 24 jul. 2022.

REDAÇÃO VEJA (Brasil). **A sexualidade de Dilma. Veja**, Brasil, v. 0, n. 0, p. 0-0, 13 out. 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-sexualidade-de-dilma/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

REDAÇÃO VEJA (Brasil). **Marcela Temer promete ‘apoio’ e ‘entusiasmo’ ao Criança Feliz. Veja**. Brasil. 23 jan. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-promete-apoio-e-entusiasmo-ao-crianca-feliz/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

REIS, Thiago. Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment. **G1**. São Paulo, p. 0-0. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

REVISTA ISTOÉ. **As explosões nervosas da presidente**. Ano 39. N. 2417. Editora Três: 01 de abril de 2016. Disponível em: [https://istoe.com.br/edicao/894\\_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE](https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE). Acesso em: 24 jul. 2022.

RODRIGUES, Dayanny. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Sæculum – Revista de História**, [S.L.], v. 24, n. 41, p. 176-195, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/47108>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ROSA, Larissa. **É presidenta, não presidente**: a misoginia como elemento edificante do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

SASSINE, Vinicius. Governo defende abstinência sexual contra gravidez precoce. **O Globo**. Brasil, p. 0-0. 03 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-defende-abstinencia-sexual-contr-gravidez-precoce-1-24169206>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SATYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil pós-88: a importância das instituições e das ideias. p. 1-31, 2014. **Mimeo**.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione.; PINHEIRO, Naira Leticia Giongo Mendes. Movimento #EleNão: reconhecimento e afirmação do ato de fala das mulheres na

política. **Educação**, v. 45, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117162553060/117162553060.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA, Heliana Marinho da. Novos arranjos para a gestão de políticas sociais: a estratégia comunidade solidária. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 33, p. 103-113, set. 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7627/6154>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em Cena**: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501_1.PDF). Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, Maísa Miralva da. Assistência social na realidade municipal: o suas e a prevalência do conservadorismo. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 41-49, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/yC4CM7cTgkkSJSfyjDQkYnr/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Os programas de transferencia de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2004, p. 01-25. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/168>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LWDC6jLtzyRtGBT3pPS4BGK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SIMONI, Matheus. Após audiência com Damares, movimento 'Eu Escolhi Esperar' prepara livros didáticos para escolas. **Metro 1**. Salvador. 08 jan. 2020. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/85745,apos-audiencia-com-damares-movimento-eu-escolhi-esperar-prepara-livros-didaticos-para-escolas>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama darcy vargas (1930-1945). São Paulo: Unesp, 2008.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, Texto para discussão n° 1424, 2009. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1424.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf)

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOUZA, Mariana Barbosa de.; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. p. 9-14.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania e comunidade solidária. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVI, n. 48, p. 124-147, ago. 1995.

STAUFFER, Leilane Tolentino. Presidenta com a: notas sobre marcações históricas e políticas da língua. **Scripta**, [S.L.], v. 23, n. 47, p. 11-24, 24 maio 2019. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em:  
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/18933>. Acesso em: 06 mar. 2021.

TAHAN, Ana Maria. Informe JB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 jul. 2003. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/82878](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/82878).

TAVARES, F. M. B. *et al.* Um golpe anunciado: lula, dilma e o discurso pró-impeachment na revista veja. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 20-44, 2016. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5747423>. Acesso em: 22 mar. 2020.

TEIXEIRA, Patrícia. **A mulher dos bastidores**: saiba quem é Michelle Bolsonaro, a nova primeira-dama. **G1 Rio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 28 out. 2018. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/a-mulher-dos-bastidores-saiba-quem-e-michelle-bolsonaro-a-nova-primeira-dama.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”?** as reações à agenda política de igualdade de gênero no congresso nacional. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Programa de Pósgraduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35044/1/2019\\_RanieryParraTeixeira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35044/1/2019_RanieryParraTeixeira.pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.

THEODORO, Mário.; DELGADO, Guilherme. Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 7, ago. 2003. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4691>. Acesso em: 14 mar. 2021.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TRONTO, Joan C.. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. *In*: JAGGER, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203. Tradução de: Britta Lemos de Freitas.

UMA GRANDE mulher. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, p. 14-15. 3 set. 1955. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_05/17313](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_05/17313). Acesso em: 15 nov. 2016.

VELLOZO, Vitória. Comunidade Solidária: há algo de novo no reino das políticas sociais?. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 49-70, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v8n2/03.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

VENNUCHI, Camilo. **Marisa Letícia Lula da Silva**. São Paulo: Alameda, 2020.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O Partido da Social Democracia Brasileira**: trajetória e ideologia. 2012. 186 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_f0469673d90cc69f8ca47a817dfc47e8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_f0469673d90cc69f8ca47a817dfc47e8). Acesso em: 11 mar. 2021.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. **Direita, volver**, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Direita-volver-Final.pdf#page=164>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VILAS-BÔAS, Livia. A Focalização e Universalização na Política Social Brasileira: opostos e complementares. **Cede**, out. 2011. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/tds/TD56.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 43-50, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zyt7QqQzBCKgGpwL8x9PBMz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 out. 2021.

ZANON, Ronaldo. Exílio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 out. 1992. Coluna Zózimo, p. 3-3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=72520](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=72520). Acesso em: 18 fev. 2021.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima *et al.* A HISTÉRICA E AS BELAS, RECATADAS E DO LAR: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, [S.L.], n. 38, p. 225-250, 6 dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29077>. Acesso em: 22 abr. 2020.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – A extensa galeria das mães da pátria

PRIMEIRAS-DAMAS ■ Figurantes do poder

# A extensa galeria das mães da pátria

Augusto Nunes

Sem desconhecidos por perto, Marisa Leticia da Silva é mulher falante, despachada, opinática. Costuma dar palpite sobre tudo, de graves assuntos de Estado ao talhe do terno do marido presidente. Mas não consegue ficar à vontade quando confrontada com platéias, mesmo se diminutas. A viúva que se uniu a Lula no segundo casamento evita soltar a voz em público. Nesses períodos de recesso, continua a falar pelos episódios que fabrica.

O mais recente foi a obtenção da cidadania italiana. Por que reivindicar um passaporte que franquia ao portador os encantos da União Européia?

— Para que meus filhos possam ter um futuro melhor — explicou. A candura da resposta é comovente, por atestar que alguém em Brasília diz a verdade. É também desconcertante, porque o encarregado de melhorar o destino dos jovens brasileiros é o marido da declarante.

É compreensível que Marisa Leticia, de origem humilde e sofrida trajetória, protagonize momentos de deslumbramento explícito. Estaria melhor no retrato, por exemplo, se tivesse repassado à União as jóias que ganhou num emirado árabe.

A fundadora da linhagem não faria isso, garante quem conheceu Darcy Vargas. Sim, foi a mulher de Getúlio quem abriu a procissão das primeiras-damas de verdade. Com todo o respeito, as senhoras da República Velha não contam. Emudecidas por uma sociedade tão conservadora que ainda nem instituiu o voto feminino, foram apenas mulheres do Homem. Conformaram-se com o papel de figurante até 1930, quando entrou em cena Darcy Vargas.

Oficialmente, ocupou por 19 anos o cargo de primeira-dama. Mas teve de dividir o posto, no começo da década de 40, com a filha Alzira, uma soberba vocação política. Alzira virou secretária particular do pai (que chamava de "Patrão"). A Primeira Filha logo brilhava como conselheira para todos os assuntos, inclusive crises militares. A primeira-dama pôde concentrar-se na direção da Casa do Pequeno Jornaleiro,



Darcy Vargas (alto, à direita) abriu o caminho para Maria Tereza Goulart, Ruth Cardoso e Marisa Leticia

uma Liga Brasileira de Assistência em miniatura.

Sucedeu-a Santinha Dutra, carola irredutível, confiante de padres, bispos e cardeais ultraconservadores, que a induziram a recrutar o marido Eurico para a guerra de extermínio contra a jogatina. Santinha não sossegou até conseguir o fechamento dos cassinos, templos do demônio.

Sarah Kubitschek foi uma

Darcy Vargas sem alegria. Mortificava-se com as escapadas conjugais de Juscelino. Como JK escapava quase diariamente, Sarah sorria poucas vezes por ano. Eloá Quadros tampouco apreciava as aventuras amorosas de Jânio, mas aprendeu a fingir. Morou em Brasília sete meses, dedicados a uma atividade extenuante: tutelar o marido chegado a uns tragos. A renúncia sugere que Eloá combateu em vão.

Maria Teresa Goulart tinha 23 anos quando o marido se tornou presidente. Foi a mais jovem e a mais bela das primeiras-damas. E a mais injustiçada. Inimigos sem fronteiras lhe atribuíram casos amorosos que nunca existiram. E transformaram em exemplos de futilidade crânicos peritentes, como invadir o gabinete presidencial no meio da audiência para mostrar a Jango o disco autografado enviado por Frank Sinatra.

As patroas dos generais-presidentes oscilaram en-

tre a discórdia de Scylla Médici e Lucy Geisel e a peragem radical de Yolanda Costa e Silvana e, sobretudo, Dulce Figueiredo. A mulher de João Batista amava decolar no Sucatão presidencial para dançar no Rio com Omar Sharif.

Rosane Collor mostrou que a peragem pode acometer tanto sexagenárias cariocas quanto uma quase menina alagoana. Mari Sarney ensinou que primeiras-damas civis sabem ser tão sóbrias quanto as escoltadas por uma farda. Itamar Franco, separado e disponível, inventou num Carnaval a primeira-dama por uma noite. A novidade celebrou a modelo Lúlian Ramos, que posou para a posteridade — sem calcinha — no camarote do presidente folião.

Ruth Cardoso seria a prova incontestável de que milagres civilizatórios ocorrem mesmo nos grotões do planeta. Foi a única que chegou a Brasília com profissão definida. E luz própria: durante oito anos, a luminosidade da antropóloga dedicada a programas sociais clareou o coração do poder.

Marisa Leticia deveria mirar-se no exemplo de Ruth. Se aceitar o conselho, deixará de viajar tanto com o presidente. E nunca mais promoverá festas juninas em julho, como no ano passado. É uma desfeita aos santos fogueteiros. É pecado mortal. E é pura piração.

Fonte: NUNES, 2006.